

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**OS PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DO
COMPLEXO ENERGÉTICO AMADOR AGUIAR (MG) E OS ATINGIDOS NÃO-
PROPRIETÁRIOS DE TERRAS**

RENE GONÇALVES SERAFIM SILVA

**UBERLÂNDIA/MG
2014**

Foto: Autor, 2013.

RENE GONÇALVES SERAFIM SILVA

***OS PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DO
COMPLEXO ENERGÉTICO AMADOR AGUIAR (MG) E OS ATINGIDOS NÃO-
PROPRIETÁRIOS DE TERRAS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural.

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586p Silva, Rene Gonçalves Serafim, 1985-
2014 Os processos de des-re-territorialização na implantação do complexo
energético Amador Aguiar (MG) e os atingidos não-proprietários de terras /
Rene Gonçalves Serafim Silva. – 2014.

135 f. : il.

Orientador: Vicente de Paulo da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Usinas hidrelétricas - Araguari, Rio, Bacia
(MG) - Teses. 3. Usinas hidrelétricas - Amador Aguiar (MG) - Teses. I.
Silva, Vicente de Paulo da. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia



RENE GONÇALVES SERAFIM SILVA

OS PROCESSOS DE DES-RETERRITORIALIZAÇÃO NA
IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLEXO ENERGÉTICO AMADOR
AGUIAR (MG) E OS ATINGIDOS NÃO-PROPRIETÁRIOS DE
TERRAS

Professor Dr. Vicente de Paulo da Silva - UFU

Renato Leda

Professor Dr. Renato Leone Miranda Léda – UNEB

Gelze Luedt

Professora Dr^a. Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues - UFU

Data: 17 / 02 de 2014

Resultado: APROVADO

Aos meus pais, por tudo.
À minha esposa, Fernanda, por tudo.
Àqueles que não tiveram a oportunidade que eu tive.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ao Instituto de Geografia (IG), ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos de Grandes Empreendimentos (NEPEGE), estendendo-se aos seus alunos, técnico-administrativos e professores dos quais tive o prazer de conviver e aprender. Em especial ao meu orientador e amigo, prof. Vicente, que sempre esteve com sua porta aberta para me receber e me incentivou a realizar os processos seletivos para ingresso na pós-graduação, tanto do mestrado quanto do doutorado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão da bolsa de mestrado pelos dois anos em que estive vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) na condição de aluno regular. No meu imaginário acadêmico, todos os alunos deveriam ter esta bolsa essencial e imprescindível para a realização das pesquisas, participação em eventos, aquisição de livros, etc., e, principalmente, sobreviver. Por isso, meu muito obrigado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), novamente, pelo financiamento do projeto em que esta dissertação está vinculada, intitulado de “Efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos: deslocamentos compulsórios e os processos de territorialização/desterritorialização no Rio Araguari-MG”.

Aos atingidos que nos concederam parte de seu tempo e compartilharam suas histórias de vida, sofrimento, preocupações, e, sobretudo, suas vivências com o rio das Velhas, rio que desde sempre, com meus quase 29 anos, ouvi muitas histórias e que em suas águas correntes já banhei. Hoje este rio está em nossa memória, nas profundezas dos reservatórios. Heráclito de Éfeso estava errado ao dizer que “não é possível entrar duas vezes no mesmo rio”. Mesmo não existindo mais em sua essência e aparência, entramos e saímos do rio das Velhas por meio de nossas memórias e experiências inúmeras vezes.

À minha família, especialmente meus pais e irmãos, pela convivência, agora um pouco mais distante. Aos meus amigos também, de antes e de agora, sem citar nomes para não incorrer no erro de esquecer alguém, pois todos foram e são importantes. Aqueles que foram meus padrinhos de casamento, obrigado por aceitar o convite e fazer parte de mais uma história compartilhada.

À minha esposa, Fernanda, a menina dos olhos, que com seu encanto e amor me proporcionou constituir uma nova família, agora nossa. Ainda é pequena, mas num futuro não tão distante seremos uma família maior, com nossos 3 ou 4 filhos, contrariando a tendência demográfica do Brasil e do mundo. Veremos! Além disso, um agradecimento especial pelas comidas deliciosas, louças e roupas lavadas que não tive tempo de fazer para poder dedicar um pouco mais ao mestrado e aos trabalhos. Agora inverteremos nossos papéis domésticos e você trilhará nessa caminhada final do seu mestrado enquanto eu farei o que não tive tempo de compartilhar e dividir nestes primeiros 8 meses de casamento.

Ao Sport Club Corinthians Paulista, que no decorrer deste mestrado me proporcionou as maiores alegrias que um torcedor possa ter, ganhando quase tudo, fato incomum, mas previsível, para seus fiéis torcedores. Isso tornou a caminhada um pouco mais leve, pois minha preocupação não era com os resultados que o timão obtinha em campo, mas com a dissertação que eu tinha de escrever. Além disso, este agradecimento, de certa forma inusitado, faz parte de uma promessa que só agora posso revelar, fruto de sua campanha magnífica, libertadora e incontestável na Libertadores da América de 2012. Somente sendo um louco do bando para compreender essa religiosidade. No Brasil ou no Japão, não dizemos amém, mas um “Vai Corinthians!”.

Por fim, quero agradecer ao sistema educacional brasileiro por eu fazer parte da pífia e vergonhosa estatística de 0,32% da população brasileira, segundo pesquisas de 2010, que possui mestrado (embora ainda não o tenha, de fato). Este dado não me alegra e me preocupa, pois fazer parte desta estatística me coloca na elite educacional/intelectual do Brasil e demonstra a amplitude das desigualdades econômicas, culturais e regionais do território brasileiro. Além disso, provavelmente grande parte deste percentual refere-se à população de etnia branca e poder aquisitivo mais elevado em relação a grande maioria da população brasileira, acentuando-se as desigualdades deste grande sertão (e esta constatação é empírica a partir da realidade da UFU e de outras universidades com as quais já tive contato). Cabe a nós, estudantes, profissionais e brasileiros, reverter e transformar esta realidade, ampliando e democratizando o ensino superior (público, gratuito e de qualidade), a pós-graduação brasileira e lutando por dias melhores na educação básica.

O menino que ganhou um rio

Minha mãe me deu um rio(...).
Meu irmão ficou magoado porque ele gostava
do rio igual aos outros.
A mãe prometeu que no aniversário do meu
irmão
Ela iria dar uma árvore para ele.
Uma que fosse coberta de pássaros (...).
Os pássaros ficavam durante o dia nas margens
do meu rio
E de noite eles iriam dormir na árvore do
meu irmão.
Meu irmão me provocava assim: a minha árvore
deu flores lindas em setembro.
E o seu rio não dá flores!
Eu respondia que a árvore dele não dava
piraputanga.
Era verdade, mas o que nos unia demais eram
os banhos nus no rio entre pássaros.
Nesse ponto nossa vida era um afago!

Manoel de Barros – in "Memórias Inventadas : A Terceira Infância". São Paulo:
Editora Planeta do Brasil, 2008. Iluminuras de Martha Barros.

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa sobre os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH) no processo de des-re-territorialização de atingidos na bacia hidrográfica do rio Araguari, em Minas Gerais. O Complexo Energético Amador Aguiar, empreendimento composto pelo Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), foi escolhido como estudo de caso. Neste trabalho, objetivou-se descrever e analisar a implantação e operação deste empreendimento e compreender o processo de des-re-territorialização deflagrado como efeito socioespacial de empreendimento deste porte. Os sujeitos da pesquisa, os atingidos não-proprietários de terra, foram escolhidos como fonte de pesquisa para a compreensão desta des-re-territorialização. Como procedimento metodológico, foram levantadas e discutidas referências bibliográficas pertinentes à temática e às categorias de análise geográfica, como território e lugar. Foram descritas e analisadas a implantação e operação das Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar I e II, integrantes do Complexo Energético Amador Aguiar, além da composição do Consórcio Capim Branco Energia (CCBE). Por último, discutiu-se a implantação de dois assentamentos rurais, Olhos D'Água e Vida Nova, ambos no município de Uberlândia (MG), para atender os atingidos não-proprietários de terra que optaram pela permanência na terra. Estes assentamentos foram a opção dada pelo consórcio como forma de indenização, sendo contemplados com pequenos lotes onde puderam se reterritorializar e realizar suas atividades econômicas. A conclusão é que os atingidos moradores dos lotes apresentam realidades distintas atualmente. A maioria dos proprietários dos lotes presentes no assentamento Olhos D'Água, para aqueles que ainda lá permanecem, utiliza-os apenas como moradia e não conseguem reproduzir economicamente, como previa o consórcio. Alguns proprietários venderam seus lotes e migraram devido à situação econômica em que se encontravam. Diferentemente, os moradores do assentamento Vida Nova conseguiram se restabelecer nestes novos territórios em virtude de uma série de fatores que os favoreceram, como a localização próxima do deslocamento, proximidade com a água da represa da UHE Amador Aguiar I e as atividades econômicas desenvolvidas. Entretanto, ainda não possuem as escrituras de suas propriedades e há um temor de que eles possam sofrer uma nova desterritorialização.

Palavras-chave: Grandes Empreendimentos Hidrelétricos; Rio Araguari; Amador Aguiar; Território; Atingidos.

ABSTRACT

This work is the result of a research about Great Hydroelectric Projects (GHP) and the process of de-re-territorialisation of affected people in the river basin Araguari, Minas Gerais. The Amador Aguiar Energy Complex, an enterprise composed by Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), was chosen as a case report. This study aimed to describe and analyze the implementation and operation of this project and understand the process of de-re-territorialisation triggered as social and spacial effects in an enterprise of this size. The study subjects, the affected non-landowners, were chosen as a research resource for understanding this de-re-territorialisation. As a methodological procedure, were raised and discussed relevant references about the theme and geographical analysis categories, such as place and territory. The implementation and operation of hydropower plants Amador Aguiar I and II, composed by Amador Aguiar Power Complex, were described and analyzed, besides the composition of Consórcio Capim Branco Energia (CCBE). Finally, the implementation of two rural settlements was discussed (Olhos D'Água and Vida Nova), both in Uberlândia (MG), to attend the non-affected landowners who chose to remain on the land. These settlements were the option given by the consortium as a form of compensation, being awarded with small land where they could reterritorialize and conduct their economic activities. The conclusion is that the affected who resides in each settlements has different realities today. Most owners of lands in the settlement Olhos D'Água, for those who are still there, use them only as property and cannot reproduce economically, as predicted by the consortium. Some owners sold their lands and migrated due to the economic situation in which they found themselves. In contrast, the residents of the settlement Vida Nova managed to restore these new territories due to a number of factors that favored them, such as the location next to the displacement place, proximity to the water dam Amador Aguiar I hydropower plant and their developed economic activities. However, they still do not have the contract of their properties and there is a fear that they may get a new displacement.

Keywords: Great Hydroelectric Projects; Araguari River; Amador Aguiar; Territory; Affected.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – Referencial Teórico: Grandes empreendimentos, atingidos, território e lugar ..	16
1.1 Os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH).....	16
1.2 Os atingidos por Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH)	19
1.3 O território, o lugar e suas concepções	25
Capítulo 2 – A geração de energia hidrelétrica no Brasil e a Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (MG) neste contexto	35
2.1 A Geração de Energia no Brasil	35
2.2 Os Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil.....	40
2.3 Os Empreendimentos Hidrelétricos no Estado de “Usinas” Gerais	46
2.4 A Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e seus empreendimentos hidrelétricos	49
Capítulo 3 – A territorialização do Complexo Energético Amador Aguiar.....	59
3.1 Territórios atingidos: a natureza e a cultura.....	59
3.2 O Consórcio Capim Branco Energia (CCBE): o agente des-territorializador	66
3.3 O Complexo Energético Amador Aguiar: implantação e características	73
3.4 Os efeitos socioespaciais do empreendimento hidrelétrico: movimentos sociais, a justiça e os atingidos.....	82
Capítulo 4 – A reterritorialização dos atingidos nos assentamentos Vida Nova e Olhos D’Água	87
4.1 A reterritorialização dos atingidos não-proprietários de terra.....	87
4.2 Memórias dos lugares alagados.....	101
4.3 Novas identidades e territorialidades.....	107
4.4. Uma nova desterritorialização?	114
Considerações Finais.....	119
Referências	127

Introdução

O desenvolvimento econômico de uma sociedade necessita de uma sólida infraestrutura de base, sendo que a disponibilidade energética é um dos elementos necessários para alimentar uma destas infraestruturas essenciais. Além disso, a disponibilidade de energia (elétrica, principalmente) é um aspecto básico da sociedade desde o século XX, sem a qual as atividades cotidianas e a vida não ocorreriam de forma “normal”.

Deste modo, podemos pensar sobre os tipos de disponibilidade energética que possuímos em nosso território para gerar energia e, ainda, a capacidade de transformá-los em eletricidade. A esta disponibilidade e capacidade de transformação em energia chamamos de matriz energética.

No caso brasileiro, a matriz energética tem sido um assunto controverso à medida que explora de forma intensa a geração de energia por meio de aproveitamentos hidráulicos, utilizando-se da potencialidade brasileira em dois aspectos essenciais: rios abundantes e relevo favorável. Assim, os diferentes tipos de empreendimentos hidrelétricos foram se instalando no território brasileiro no intuito de gerar energia e desenvolver o país em seus diversos setores.

Entretanto, a implantação de empreendimentos hidrelétricos, além da alteração do meio físico, apresenta questões sociais de cunho delicado e merecedor de atenção por parte dos pesquisadores. Uma que se coloca é com relação àqueles que são atingidos por tais empreendimentos. São chamados de atingidos por barragens, embora esta conceituação seja ampla, apresentando diferenciações entre os diversos tipos de atingidos.

Neste contexto, apresentamos esta dissertação de mestrado intitulada de “Os processos de des-re-territorialização na implantação do Complexo Energético Amador Aguiar (MG) e os

atingidos não-proprietários de terras". Partimos do princípio que a implantação do Complexo Energético Amador Aguiar promoveu o que denominamos na Geografia de des-re-territorialização. Este processo, contínuo e desigual no tempo e espaço, promoveu uma série de transformações no território dos atingidos pelo empreendimento e no espaço geográfico da bacia hidrográfica.

A problemática da implantação deste grande empreendimento hidrelétrico, e de outros, não é aleatória no recorte espacial estudado e segue uma lógica da política energética brasileira e sua matriz, privilegiando a energia gerada a partir de fontes hidráulicas. Além disso, o histórico de implantação de empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari o torna ainda mais receptivo a este tipo de empreendimento. Todavia, sua implantação promoveu uma série de efeitos socioespaciais, os quais serão abordados ao longo da pesquisa.

Os atingidos pelo empreendimento em estudo, especificamente os não-proprietários de terras, perderam seus meios de vida e os elos construídos na relação Homem-rio-Homem. Estes elos, que estavam assentados e sedimentados devido à existência do rio, sofreram uma ruptura com a chegada do empreendimento. Nesta ruptura, territórios foram perdidos, apropriados e ressignificados.

Desta forma, podemos destacar que o objetivo geral desta pesquisa é compreender o processo de des-re-territorialização na implantação do Complexo Energético Amador Aguiar na bacia hidrográfica do rio Araguari (MG), ou seja, a territorialização do empreendimento e a des-territorialização dos atingidos não-proprietários de terra, submetidos ao deslocamento compulsório e posteriormente reterritorializados em outros locais. Com a opção de permanecer na terra, estes atingidos foram encaminhados a dois assentamentos rurais, Olhos D'Água e Vida Nova, onde, a princípio, puderam se restabelecer e se reterritorializar nos novos espaços.

Salientamos que o uso da palavra des-territorialização hifenizada é necessária para mostrar que não existe uma desterritorialização sem uma nova territorialização, ou reterritorialização, para utilizar o termo mais adequado (HAESBAERT, 2001; 2006; 2007; 2011). Os indivíduos perdem territórios com a desterritorialização, mas são movidos, de algum modo, a reterritorializar em outras áreas, ainda que de forma precária em relação ao território anterior.

Assim, apresentamos nossos objetivos específicos norteadores desta pesquisa e representados pelos seguintes tópicos:

- Apresentar a questão hidroenergética no Brasil e no estado de Minas Gerais, discutindo a matriz energética e os empreendimentos hidrelétricos;
- Descrever e analisar a implantação (e territorialização) do empreendimento hidrelétrico na bacia hidrográfica do rio Araguari, Minas Gerais;
- Compreender a des-re-territorialização dos atingidos não-proprietários de terras relocados para os assentamentos rurais Olhos D’Água e Vida Nova, avaliando a capacidade de criação de novas territorialidades e significações de seus novos lugares.

Como procedimento metodológico, levantamos e discutimos referências bibliográficas pertinentes à pesquisa, como as categorias de análise abordadas (território e lugar) e a temática (empreendimentos hidrelétricos e atingidos). Em seguida, foram feitos levantamentos de dados e informações utilizadas no desenvolvimento do trabalho, principalmente em relação ao empreendimento em estudo. Por último, os trabalhos de campo subsidiaram a coleta de informações com os atingidos não-proprietários de terra por meio de técnicas de pesquisa qualitativa, como entrevistas e documentação de fontes orais, além de registros fotográficos.

É oportuno dizer que esta pesquisa está pautada nos preceitos da pesquisa qualitativa e sobre isso afirmamos que se trata de um método de pesquisa, principalmente para a coleta de dados e investigação científica. Desta forma, na concepção apresentada por Pessôa (2012), concordamos que:

[...] a escolha do “caminho” metodológico é de responsabilidade do pesquisador e está em consonância com seus princípios filosóficos e posturas frente à realidade em que vive. O processo investigativo suscita olhares diferenciados de acordo com o propósito da pesquisa. Para responder o(s) problema(s) proposto(s) em sua pesquisa, o pesquisador pode escolher como método de pesquisa o paradigma quantitativo ou qualitativo (PESSÔA, 2012, p.5).

Escolhemos, portanto, o paradigma da pesquisa qualitativa para investigar e responder aos propósitos da pesquisa. Este caminho, que envolve as técnicas do trabalho de campo e a história oral, possibilitou que a figura do pesquisador se aproximasse dos sujeitos pesquisados, estabelecendo um elo importante na coleta de informações.

Sobre o trabalho de campo, revisitamos Armando Corrêa da Silva, em artigo publicado na década de 1980 quando da inauguração da Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), em que afirma:

O trabalho de campo em Geografia Humana tornou-se uma questão complexa, no momento em que a sociedade tornou-se ela também complexa. Há hoje um grande número de técnicas, aparelhos e instrumentos que devem facilitar a vida humana. É preciso apreender a prática, a técnica, a pesquisa, a ciência e a reflexão do trabalho de campo. (SILVA, 1982, p.53).

Há mais de três décadas atrás, o geógrafo Armando Corrêa da Silva já enxergava a complexidade da sociedade e, por isso, a dificuldade do trabalho de campo diante de tal complexidade. Por isso, escreveu sobre as limitações do trabalho de campo em Geografia Humana, na medida em que a fragmentação do conhecimento, e da própria Geografia Humana, resultava em uma dificuldade em apreender os elementos que cercam a sociedade, ou ainda, sua espacialidade.

Ainda em relação ao trabalho de campo, para Corrêa (1996) esta técnica de pesquisa se torna importante à medida que envolve uma reflexão crítica em sua concepção e realização e, além disso, deve-se estar atento, durante seu desenvolvimento, às complexas relações entre as diferentes escalas de apreensão da realidade.

Entendemos que, por meio do trabalho de campo, o contato com os sujeitos pesquisados cria um ambiente propício para que as informações e os dados possam ser coletados, contribuindo, ainda, para o estreitamento dos elos criados ao longo da pesquisa entre pesquisador e pesquisado.

Neste contexto, inserimos a História Oral como uma técnica de pesquisa inserida no trabalho de campo e apropriada para atingirmos o nosso objetivo geral, que é compreender a des-re-territorialização de indivíduos a partir de seus territórios e lugares. Sobre esta técnica, Thompson (1992, p.137) expõe que “a evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”. Assim, distanciamos os atingidos pesquisados da figura de “objetos” e os trazemos como “sujeitos”, humanizando a pesquisa e, principalmente, elucidando os fatos com versões verídicas, da própria fonte.

A presente dissertação de mestrado está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos os referenciais teóricos básicos que norteiam esta dissertação nas questões relativas aos conceitos geográficos e a temática proposta. Introduzimos, em primeiro lugar, uma discussão dos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH) e dos atingidos por tais empreendimentos, e a importância desta temática na Geografia. Em seguida, encaminhamos a discussão teórica das categorias de análise da pesquisa para o nível da reflexão, discussão e associação com a temática.

No segundo capítulo discutimos a geração de energia hidrelétrica no Brasil e a bacia hidrográfica do rio Araguari neste contexto. Analisamos a matriz energética brasileira bem

como a instalação de empreendimento hidrelétricos no Brasil e em Minas Gerais e sua capacidade de geração oriunda de fontes hidráulicas. Na discussão dos empreendimentos hidrelétricos instalados no rio Araguari, fizemos alguns apontamentos sobre as principais questões socioespaciais envolvidas nas Usinas Hidrelétricas (UHE).

Posteriormente, no terceiro capítulo, debatemos a territorialização do Complexo Energético Amador Aguiar, implementado e operado pelo Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), composto por uma série de empresas, dentre elas a CEMIG e a Vale. Discorremos sobre os territórios atingidos bem como a formação e a composição do CCBE. Ademais, apresentamos características dos dois empreendimentos que formam o complexo, as UHE's Amador Aguiar I e II e os efeitos socioespaciais promovidos pela implantação destes empreendimentos.

No quarto capítulo abordamos a reterritorialização dos atingidos não-proprietários de terras do Complexo Energético Amador Aguiar que optaram pela permanência no campo, relocados para os assentamentos Olhos D'Água e Vida Nova. Analisamos, por meio das informações coletadas, os territórios alagados e as novas territorialidades, além de tentar compreender os novos significados do lugar de cada morador. Finalmente, discutimos a possibilidade de uma nova desterritorialização em cada um dos assentamentos e por motivos distintos.

Por fim, cabe ressaltar que esta dissertação de mestrado está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado “Efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos: deslocamentos compulsórios e os processos de territorialização/desterritorialização no Rio Araguari-MG”. Este projeto encontra-se em andamento no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos de Grandes Empreendimentos (NEPEGE), sendo financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Capítulo 1 – Referencial Teórico: Grandes empreendimentos, atingidos, território e lugar

1.1 Os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH)

O intuito desta dissertação é discutir a realidade do empreendimento denominado Complexo Energético Amador Aguiar, no rio Araguari-MG, constituído pelas Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar 1 e 2, e seus efeitos sobre o território e sobre os moradores atingidos por tal empreendimento. Neste sentido, a discussão teórica aqui apresentada será uma contribuição para o entendimento dessa realidade e um suporte aos trabalhos de campo realizados com fins de identificar, *in loco*, a problemática dos deslocamentos provocados por esse empreendimento.

Os grandes empreendimentos, de uma forma geral, são agentes transformadores do espaço geográfico. Estes utilizam e apropriam-se do território, desterritorializando indivíduos e grupos sociais, criando novas territorialidades, impondo a necessidade de ressignificação do lugar pelos grupos sociais que estão envolvidos nas tramas desta realidade. São empreendimentos que se territorializam no espaço por meio de sua capacidade de aquisição e atração de grandes volumes de capitais, da influência política e de quaisquer meios necessários para sua efetivação no território.

Martins (1993) apresenta uma definição de grandes empreendimentos como “projetos econômicos de envergadura, como *hidrelétricas*, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais” (MARTINS, 1993, p.61-62, grifo nosso). Na obra intitulada “A chegada do estranho”, o autor

associa o termo “grandes empreendimentos” como sendo o “estranho”, fazendo uma análise a partir dos empreendimentos que chegam a uma determinada sociedade e ali se instalam.

Estes projetos, como apresenta o autor, são de grande magnitude econômica, envolvendo investimentos em setores da economia voltados, principalmente, à infraestrutura. Devido à apropriação de determinada porção do espaço geográfico, estes empreendimentos não geram, efetivamente, uma melhora na qualidade de vida (em todos os seus sentidos) da totalidade da população que os recebem.

Corroborando com a afirmação acima, Bortoleto (2001) assinala que, de fato, há apenas um *boom* momentâneo de desenvolvimento em virtude da inserção de parcela da população na construção de grandes empreendimentos, principalmente no pico das obras de instalação. O principal objetivo destes empreendimentos, segundo os responsáveis por sua concretização, é o desenvolvimento, pretensamente, atribuído às regiões onde são instalados bem como dos próprios moradores atingidos. Entretanto, é preciso entender, conforme Sigaud e outros (1987), que o principal objetivo, no caso, por exemplo, de empreendimentos hidrelétricos, é a produção de energia, ou seja, o desenvolvimento do próprio capital. Conforme assinala Bortoleto (2001):

Por meio desses investimentos, surgiram as políticas setoriais e os planos de investimentos, como os grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte e que foram elaborados como meio para a implementação da infraestrutura necessária para a industrialização e, ainda, como uma forma de levar o “desenvolvimento” às regiões em que foram instalados. (BORTOLETO, 2001, p.53)

Estes discursos desenvolvimentistas tendem a referendar suas ações no espaço geográfico, mesmo que estas ações causem efeitos socioespaciais e ambientais significativos e até mesmo irreversíveis, onde a população de fato beneficiada muitas vezes não se encontra no local.

Utilizando-se da noção “Grandes Projetos de Investimento (GPI)”, os autores Vainer e Araújo (1992) apresentam uma concepção semelhante para discorrer sobre empreendimentos de grande magnitude. De acordo com os autores, são “projetos que mobilizam em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos minerais, energia e território” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.29). Este conjunto de elementos é facilmente associado com a definição dada por Martins (1993).

Ainda em relação aos Grandes Empreendimentos, é imperativo compreender que:

São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.34)

Os espaços exógenos dos quais estes empreendimentos estão relacionados se aproximam com a visão de Bortoleto (2001) e Martins (1993), ao compreenderem que a população local, que vive o território e o lugar, não são os “destinatários” dos investimentos econômicos promovidos pelos mesmos, segundo a compreensão de Vainer e Araújo (1992). Há apenas o uso do território, ou em outros termos, uma nova apropriação do território. Apropriação esta que difere muito das apropriações dos indivíduos e grupos sociais que se estabeleceram antes dos grandes empreendimentos.

Exemplos próximos aos aplicados nesta pesquisa, temos Silva (2004) que se utilizou do termo “Grandes Projetos” para discutir a questão dos grandes empreendimentos na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari. Nesta concepção, apoiado na definição proposta por Vainer e Araújo (1992), o autor estudou os efeitos socioespaciais da implantação da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte.

Por sua vez, e seguindo a mesma linha de pensamento, Lima (2013) incorporou em seus estudos uma nova nomenclatura ou noção dos grandes empreendimentos, embasado

também nas concepções de Vainer e Araújo (1992). Para Lima (2013), por se tratar especificamente de projetos hidrelétricos, adicionou em seus estudos a noção de Grandes Projetos de Investimento Hidrelétrico (GPIH). Esta incorporação, segundo o autor, qualificaria o GPI em análise.

Para encaminhar o sentido que estamos propondo ao termo “Grandes Empreendimentos”, é preciso relembrar as palavras de Martins (1993), cuja concepção refere-se a variados tipos de empreendimentos de grande magnitude. Neste sentido, propomos por ora estabelecer de qual tipo de empreendimento estamos falando: são aqueles que se utilizam da água dos rios para geração de energia elétrica.

Portanto, estamos (re)apresentando neste estudo os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH) e os efeitos socioespaciais que estes impõem ao território. Nestes recortes espaciais, as pessoas manifestam seu viver, sua produção sociocultural, econômica, ou seja, suas materialidades e imaterialidades.

1.2 Os atingidos por Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH)

Não há como se pensar os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH) sem pensar nas populações que são atingidas pelo processo de construção de um aproveitamento hidrelétrico, seja o indivíduo ou o grupo social atingido. Muito se discutiu e ainda se discute no Brasil e no mundo sobre o conceito de atingido. Atualmente, o caso mais emblemático, que gera discussões na mídia e na academia nacional e internacional, é o de Belo Monte, hidrelétrica de grandes proporções que está sendo construída na região amazônica e que

atingirá diversas populações de diferentes contextos históricos, sociais e econômicos na ocupação da terra.

Por este motivo, compreender as perdas que sofrem ao longo do processo de implantação de um Grande Empreendimento Hidrelétrico (GEH) é papel, também, dos estudos acadêmicos, porta-vozes de uma série de questões que não se apresentam claramente para a sociedade nos meios de informação em massa, com exceção da internet. Na rede mundial de computadores, porém, o acesso é livre, e por este motivo, poucos são os indivíduos que buscam informações relativas aos grupos de atingidos por empreendimentos hidrelétricos.

Na falta de uma ênfase e uma discussão mais aprofundada no meio social, de convívio de pessoas de todas as classes e experiência/conhecimento, as pesquisas acadêmicas tornam-se importantes, embora precisemos repensar a melhor maneira de divulgação das reflexões obtidas nas pesquisas. Ultrapassar as fronteiras que circunscrevem as unidades acadêmicas é algo para outras reflexões.

Retomando o assunto dos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH) e os atingidos por tais empreendimentos, devemos recorrer a autores que tratam da temática, do setor elétrico brasileiro, da concepção advinda fora do Brasil sobre ser “atingido” e, obviamente, da legislação que, em última instância, legitimará aqueles que sofrem os impactos e efeitos da construção de hidrelétricas. Estamos dissertando, portanto, dos atingidos por barragens, ou seja, pessoas que de alguma forma são expropriadas de seus espaços, tanto no aspecto material quanto simbólico.

Comecemos admitindo que o atingido, o lado mais “fraco” na relação de poder econômico e político instaurado com a implantação de um Grande Empreendimento Hidrelétrico (GEH), é o grupo que necessita resistir e/ou ressignificar sua vida e sua ocupação

no espaço. Entretanto, é preciso compreender quem são os atingidos e até que ponto eles estão respaldados pelo reconhecimento acadêmico e jurídico.

No contexto acadêmico, Vainer (2008) discute o conceito de “atingido”, especificamente os atingidos por barragens, na obra organizada por Rothman (2008) e que agrega diversos outros estudos da temática dos empreendimentos hidrelétricos no estado de Minas Gerais, principalmente dos conflitos socioambientais instaurados por barragens implantadas nos rios do estado.

Na visão do autor, a partir de estudos acerca das acepções do termo apresentado pelo setor elétrico, há duas concepções: a territorial-patrimonialista e a hídrica. De acordo com Vainer (2008), é preciso esclarecer que “a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica” (VAINER, 2008, p.40). Trata-se, neste modo, de uma noção que deve incorporar uma série de elementos e variáveis, englobando todos aqueles que são afetados pelas instalações hidrelétricas em nossos rios.

Na concepção territorial-patrimonialista, segundo Vainer (2008), os atingidos são os proprietários de terras alagadas pelo empreendimento, ou aqueles que estão na terra na forma de posseiros. Assim, nesta compreensão, poucas pessoas são contempladas como atingidas. Por outro lado, há a concepção hídrica da qual atingido é o inundado, ou seja, aquele que do ponto de vista prático teve suas terras alagadas, independente do título de posse, incluindo os trabalhadores não proprietários de terras. A única limitação desta concepção está no fato de considerar atingido apenas aquele que está na área limite do reservatório, relegando outros atingidos que estão próximos aos empreendimentos hidrelétricos, inclusive nas proximidades do reservatório, ao não reconhecimento.

Em reflexão importante sobre as concepções, Vainer (2008) afirma que:

A única forma de superar de maneira consistente as concepções que têm como núcleo o direito do empreendedor, e não os direitos das populações afetadas, é entender a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental. Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. (VAINER, 2008, p.44)

Essa multiplicidade de processos deflagrados pelos empreendimentos hidrelétricos só são tangíveis na medida em que nossos olhares incorporam categorias de análise da Geografia, como o território e o lugar. Um trabalho nosso já foi realizado neste sentido em Silva e Silva (2011), acrescentando reflexões e novas incorporações em relação ao que Vainer (2008) discorre. Incorporamos, além das concepções hídrica e territorial-patrimonialista, uma concepção que abrange o deslocado econômico, ou seja, aquele que de alguma forma perde o seu trabalho ou meio de vida.

No âmbito mundial, um documento apresentado pela Comissão Mundial de Barragens¹ (CMB) intitulado “Deslocamento, Reassentamento, Reabilitação, Reparação e Desenvolvimento” (2000, tradução nossa²), Bartolome e outros (2000) discutem não somente a questão do atingido, mas o “deslocamento”, tratando-se de um movimento involuntário na maioria das vezes, com pouca participação significativa da população atingida.

Os atingidos³, segundo o documento apresentado pela Comissão Mundial de Barragens (2000),

têm sido [...] frequentemente os últimos a receber qualquer informação significativa do projeto de barragem. Que as informações que eles recebem são tipicamente limitadas e fornecidas muito tarde no planejamento e implementação de medidas mitigadoras. (BARTOLOME et al., 2000, p.3, tradução nossa⁴).

¹ The World Commission on Dams (WCD) em inglês.

² Displacement, Resettlement, Rehabilitation, Reparation, and Development. Final Version: November 2000.

³ O documento apresenta o termo “affected”, que em tradução literal do inglês para o português seria afetado(s).

⁴ Original: The displaced and other affected people have often been the last to receive any meaningful information on the dam project. What information they have received has typically been limited and provided very late in the planning and implementation of mitigation measures.

O documento em questão ainda informa que o deslocamento “refere-se não somente àqueles que são forçados a se relocarem fisicamente a fim de realização do projeto e seus aspectos relacionados, mas também incluem aqueles que são deslocados de seus recursos básicos e meio de vida” (BARTOLOOME et al., 2000, p.4, tradução nossa⁵). Nesta concepção, o atingido não precisa, necessariamente, realizar o ato de ir de um ponto a outro, mas o próprio fato de expropriação de seu meio de vida o caracteriza como atingido ou deslocado.

No contexto dos estudos destes deslocamentos, Sigaud (1988) realiza uma comparação entre os deslocamentos compulsórios realizados em função da construção das barragens de Sobradinho e Machadinho, cujas realidades distintas não originaram processos de deslocamentos tão diferentes de outras realidades nacionais. Em outra pesquisa, Germani (2003) relata e acompanha as negociações de reassentamento das populações atingidas por Itaipu no final da década de 1970 e início de 1980. Destarte, atingido e deslocado apresentam-se como sinônimos, pois o elo que os unem é, em essência, o mesmo.

Muito embora os atingidos não tenham, ao longo da história, muito espaço na legislação brasileira, recentemente um decreto sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva “legalizou” a situação do atingido em âmbito federal e deu direitos sobre sua existência. O Decreto nº 7.342 de 26 de outubro de 2010 instituiu o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

De fato, o decreto apresentou uma série de atributos que caracterizam aqueles que são atingidos por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica:

⁵ Original: In this context displacement refers not only to those who are forced to physically relocate in order to make way for the project and its related aspects but also includes those who are displaced from their resource base and livelihoods.

Art. 2º O cadastro socioeconômico previsto no art. 1º deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;

II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;

III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;

V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;

VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e

VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Decreto, o polígono do empreendimento abrange áreas sujeitas à desapropriação ou negociação direta entre proprietário ou possuidor e empreendedor, incluindo as áreas reservadas ao canteiro de obras, ao enchimento do reservatório e à respectiva área de preservação permanente, às vias de acesso e às demais obras acessórias do empreendimento. (BRASIL, 2010).

Este artigo do decreto abre um precedente para que atingidos de outros empreendimentos, principalmente em implantação, utilizem-no como forma de garantir seus direitos perante o empreendimento e a legislação vigente, possibilitando que suas perdas sejam minimizadas. Além disso, o indivíduo atingido não se restringe apenas àqueles que têm suas terras “alagadas” pelo reservatório, mas todos que de alguma forma sofrem os impactos e efeitos da construção de um empreendimento hidrelétrico, conforme é destacado no parágrafo único do artigo 2º.

Em Minas Gerais, entretanto, desde 1998 existe uma legislação que ampara os atingidos por empreendimentos hidrelétricos, antecipando-se em mais de uma década ao

decreto federal. Trata-se da Lei Estadual nº 12.812, de 28 de janeiro de 1998, que “Regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios [...]. De acordo com a legislação estadual, em seu parágrafo único do art. 1º, podemos observar a seguinte redação:

Parágrafo Único. A assistência social será prestada àqueles que habitem imóvel rural ou urbano desapropriado, bem como aos que nele exerçam qualquer atividade econômica, aí incluídos comerciantes, posseiros, **assalariados**, parceiros, arrendatários, meeiros e assemelhados. (MINAS GERAIS, 1998, grifo nosso).

Destacamos na citação a palavra “assalariados” justamente por caracterizar os atingidos pesquisados nesta dissertação de mestrado. Os atingidos assalariados pelo Complexo Energético Amador Aguiar foram indenizados e relocados, além de serem acompanhados pelo consórcio, em virtude da existência desta legislação estadual, respaldando-os de possíveis omissões frente às negociações estabelecidas entre consórcio e proprietários de terras atingidas pelo empreendimento em questão.

No ano de 2004, esta lei ainda sofreu alterações em seus dispositivos com a publicação da Lei Estadual nº 15.012 de 15 de janeiro de 2004, favorecendo a questão dos atingidos, uma vez que incorporou no inciso I do art. 2º a prestação de “assistência jurídica, entre outras ações, no acompanhamento das negociações com o empreendedor, relativas ao reassentamento e à desapropriação” (MINAS GERAIS, 2004).

1.3 O território, o lugar e suas concepções

O território é um conceito polissêmico, cujas abordagens e concepções merecem destaque, principalmente aquelas que utilizaremos nesta pesquisa para tratar dos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH) e dos atingidos. São múltiplos territórios e é preciso compreender cada lógica espacial.

Por se tratar de um conceito que não é exclusivo da Geografia, porém fundamental nas pesquisas geográficas, e por ser um conceito que se transformou muito ao longo dos anos na ciência geográfica, é preciso se alinhar a um pensamento, a uma concepção que referenda o nosso estudo, a nossa abordagem.

Nesta dissertação de mestrado, foram utilizadas abordagens e concepções que trabalham na perspectiva de território enquanto “chão mais a identidade” (SANTOS, 2006, p.14) e as relações de poder que circunscrevem essas áreas, nem sempre palpáveis devido à imaterialidade em que muitas vezes se processam.

Do ponto de vista teórico, é preciso entender que:

Espaço e território não são termos equivalentes. [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Assim,

[...] o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas. Podemos dizer que essa é a noção mais ampla de território, possível assim de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, e podendo igualmente ser confundida com a noção de espaço geográfico. (HAESBAERT, 2006, p.53).

Com as contribuições desses dois autores, podemos dizer que a questão colocada pelo primeiro está na separação entre espaço e território. Estes dois conceitos, embora estejam um

assentado sobre o outro, na prática não são iguais. Tampouco são semelhantes, uma vez que o território existe a partir da apropriação do espaço.

Essa apropriação, conforme destaca Raffestin (1993) na citação acima, pode ocorrer de duas formas: concreta ou abstrata. Esta segunda, não sendo possível sua visualização, utiliza-se de representações que de alguma forma mostram sua “territorialização”. Haesbaert (2006) vem complementar a essência básica do território, enquanto local da reprodução dos grupos sociais e confundida com a noção de espaço geográfico.

Em uma visão que traduz a essência do território, Santos (2006, p.13) dirá que território “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Nessa concepção, Santos (2006) demonstra o caráter amplo do território.

O geógrafo brasileiro Marcos Aurélio Saquet (2010), analisando obras de autores europeus que trabalham a categoria território, incorpora na concepção do termo a natureza enquanto fator relacional concomitante com os aspectos antropocêntricos conceituais apresentados nas definições dos autores supracitados. Assim, na visão do autor, baseado principalmente em Dematteis e Governa,

[...] o território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitat, viver e produzir. (SAQUET, 2010, p. 118).

Incorporando os sujeitos desta pesquisa na questão teórica, visualizamos uma proximidade desta conceituação de território no cotidiano de vida passada e presente dos atingidos. Se o território é o “lugar de relações sociais [...] de vida, para além da produção econômica”, os indivíduos vivem no e do território, pois se assentam sobre um determinado espaço e desenvolvem suas atividades cotidianas.

Não há um prazo ou um tempo determinado de duração de um território, visto que dependendo de sua concepção existe a possibilidade de um deslocamento. Também é preciso frisar que o território, neste estudo, não se refere ao território nacional, concepção esta que originou as primeiras noções do conceito. Para tanto, Souza (2009) esclarece o entendimento de território que adotamos aqui, mostrando que o território não é somente um recorte espacial delimitado e há diversas escalas do conceito:

[...] o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto, ele *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional”. (SOUZA, 2009, p. 81, grifo do autor).

Além desta contribuição, Souza (2009) faz um retorno às primeiras concepções do conceito de território, desde as primeiras contribuições de Ratzel até as noções mais recentes do uso do território nas pesquisas geográficas. A construção e desconstrução de territórios, nas diferentes escalas temporais, como bem destaca o autor, é resultado do movimento e fluidez do território. Nesta pesquisa, por exemplo, o território dos atingidos e o território do empreendimento hidrelétricos são distintos em sua localização e apropriação, e em suas temporalidades. No entanto, a existência de um território dos atingidos é resultado da ação de territorialização do empreendimento hidrelétrico nos territórios ocupados e atualmente alagados.

Como consequência da abordagem de território, principalmente em uma pesquisa na qual se trabalha com atingidos por barragens e deslocamentos compulsórios devido a agentes

externos (os empreendimentos hidrelétricos), desmembramentos do conceito também se fazem presentes na pesquisa e não caracterizar o movimento e a dinâmica do território. Consiste no processo de desterritorialização e reterritorialização que acontece devido às mudanças que ocorrem no interior do território, ou a partir dele, não somente uma mudança física de um lugar a outro, mas, principalmente, da perda de acesso a ele.

Antes de relacionar, no âmbito deste trabalho, a desterritorialização como forma de promoção da perda do território pelos sujeitos que o vivem, propomos a pensá-la numa outra perspectiva:

[...] desterritorialização relacionada à efetiva apropriação e ao domínio do espaço, especialmente aquela ligada aos processos de exclusão socioespacial. Trata-se, de fato, de uma des-territorialização como perda de acesso à terra, visto não só em seu papel de reprodução material, num sentido físico (como na principal bandeira do movimento dos sem-terra), mas também como *locus* de apropriação simbólica, afetiva (HAESBAERT, 2001, p. 127, grifo do autor).

Desse modo, a desterritorialização por ora trabalhada nesta pesquisa, refere-se ao processo de privação do acesso à terra e trabalho que os atingidos por barragens sofrem (ou sofreram) com a chegada de grandes empreendimentos hidrelétricos, além da desapropriação simbólico-afetiva realizada pelo deslocamento compulsório, acarretando em transformações, ou mesmo perda, dos símbolos que faziam parte do cotidiano e do espaço vivido do atingido, restando-lhe apenas a memória daquilo que existia antes.

Como a desterritorialização requer, nesse caso, uma nova territorialização a partir do momento em que não existe mais o território sucumbido, a reterritorialização é o movimento seguinte à perda de um território. Pensar nessa reterritorialização não é apenas refletir na mudança física de um determinado lugar a outro. É pensar como os símbolos e identidades foram reproduzidos no novo território, e até que ponto as perdas foram superadas pela incorporação de novos símbolos ou pelas relações afetivas entre o Homem e o novo território.

Neste contexto, incorporamos a territorialidade como sendo a manifestação no/do território, ou o sentimento de pertencimento a um dado território. Reavendo um texto do início da década de 1980 e publicado em português no início do século XXI, Bonnemaison (2002) afirma que

[...] a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira. Assim, existem povos para quem a noção de fronteira é praticamente inexistente, sem que isso signifique que eles não tenham território. (BONNEMAISON, 2002, p.99-100)

Trata-se de uma vivência no território, o território dos povos e indivíduos que vivem no espaço geográfico e das relações que ali são estabelecidas. Não é o território de limites e fronteiras delineadas pela cartografia política, mas o território cultural, e que assemelha-se aos territórios, e territorialidades, o qual pode ser ilustrado, por exemplo, pela reação que os aborígenes australianos vivenciam no filme “Onde sonham as formigas verdes”⁶.

A territorialidade, portanto, nos apresenta como uma virtude do território, uma essência-existência que os indivíduos e grupos sociais atribuem ao espaço geográfico, impregnada de símbolos e significados, caracterizado pela (i)materialidade do território. Ao geógrafo, cabe reconhecer e compreender as territorialidades presentes no território e no lugar.

Na visão de Saquet (2010), a territorialidade é compreendida a partir de quatro níveis correlatos:

⁶ Filme do cineasta alemão Werner Herzog, cujo título original é “Wo die grünen Ameisen träumen” de 1984. O filme retrata o conflito estabelecido entre uma grande empresa mineradora e os aborígenes australianos na disputa por territórios. No filme, os aborígenes, que vivem há milhares de anos no território hoje conhecido como Austrália, são confrontados pela instalação de uma mineradora estrangeira que descobriu minas para ser exploradas em uma porção do espaço onde um pequeno grupo de aborígenes vive e realiza seus ritos e manifestações. Neste embate, um geólogo da empresa mineradora, após uma série de negociações e vivências da territorialidade aborigene, comprehende que aquele espaço é um território cultural, carregado de símbolos e significações que ultrapassam a compreensão daqueles que estão alheios à sua vivência.

a) como **relações** sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como **apropriações** do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, **intencionalidades**, desejos e necessidades e, por fim, d) como **práticas** espaço-temporais (sic), multidimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo. (SAQUET, 2010, p. 77-78, grifo do autor).

Podemos extrair deste entendimento de territorialidade algumas questões relativas aos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos (GEH) e aos atingidos. No nível da apropriação, estão os empreendimentos hidrelétricos, implicando na dominação e delimitação de um território, com uma intencionalidade: geração de energia. Por outro lado, está a territorialidade dos atingidos, através de suas práticas espaço-temporais. O importante, e destacado pelo autor, é que independente do nível da territorialidade elas são correlatas, ou seja, acontecem sem a necessidade da exclusão de um sobre o outro.

Assim, podemos compreender a territorialidade como a expressão daquele indivíduo ou grupo que usa o território. Suas práticas sociais, culturais e econômicas representam a territorialidade, permeadas pelos quatro níveis de correlação apresentados por Saquet (2010).

No interior do território, e da manifestação da territorialidade, encontramos o lugar. Este se caracteriza como a dimensão do espaço mais próxima do Homem. Não significa uma oposição ao território, mas uma relação ainda mais específica entre a sociedade e as coisas e que, também, merece atenção quando se trata de uma ação de agentes externos no território dos outros. Esta categoria de análise ganha destaque, principalmente, em estudos da Geografia Humanista, em que há o envolvimento de sujeitos, como os atingidos. Diante disso, Silva (2007) nos apresenta uma compreensão de lugar que é uma interessante introdução e que se alinha ao pensamento desta pesquisa:

A conceituação de lugar parte do entendimento de que ele permite análises mais localizadas, no tempo e no espaço, e proporciona respostas mais nítidas, pois é ele que representa a dimensão do espaço mais próxima seja para o indivíduo, seja para a coletividade. Por outro lado, a inserção do lugar no chamado espaço global acaba por transformar os gestos, os sonhos, a utopia. Mesmo assim, sua característica de corresponder à dimensão do vivido, do cotidiano, não se perde e atua para manter a coerência do grupo. Ele é experienciado por uma população local, embora envolto por uma trama, progressivamente, regional, internacional, global. (SILVA, 2007, p.20)

Nesta primeira análise, destacamos aquilo que procurou ser trabalhado na questão do território: o espaço vivido e o cotidiano como representação desse território. O espaço vivido, no interior de uma mesma família, nem sempre apresenta os mesmos valores, as mesmas “vivências” entre os indivíduos. Captar o espaço vivido de cada indivíduo na sociedade requer adentrar na vida cotidiana das pessoas para compreender, minimamente, o lugar desses indivíduos na sociedade. Buttiner (1982) tratou esta questão como “mundo vivido”, buscando um método de compreensão do espaço geográfico a partir de correntes fenomenológicas.

Um autor clássico da geografia, também na perspectiva fenomenológica, Tuan (1980, p.5) apresenta o termo topofilia, segundo o qual “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Com base nessa afirmação e retratando a formação do “lugar”, os elos são criados a partir das relações e vivências que os indivíduos realizam com o seu lugar, dentro de um determinado território, inseridos de maneira mais ampla no espaço geográfico. Da mesma forma, Buttiner (1982) aproximou sua visão introduzindo a questão do “habitar”:

Habitar implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é o símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa. (BUTTINER, 1982, p. 166).

Toda esta construção do habitar, segundo a autora, reflete o viver o mundo, ou o mundo vivido do indivíduo. Significa que, em relação aos sujeitos desta pesquisa, viver e habitar são noções aproximadas e refletem a territorialidade do grupo no espaço ocupado antes e depois da chegada do empreendimento hidrelétrico, carregadas de sentidos e expressas

no lugar. Retomando as ideias de Tuan, os sentidos são as bases da percepção do indivíduo em relação ao seu lugar, afirmando ainda que o termo “[...] topofilia associa sentimento com lugar” (TUAN, 1980, p.129).

Em outra obra, Tuan (1983), assim como diferenciamos espaço de território anteriormente, discorre sobre a diferenciação conceitual de espaço e lugar. Para o autor, “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p.151). Novamente, o “significar” o espaço remete à existência do lugar e a sua construção pelos indivíduos que o ocupam.

Acrescentando o entendimento de lugar proposto por Buttiner (1982) e Tuan (1980;1983), Oliveira (2012) comprehende as “dimensões significativas do lugar”. Para a autora, “é o sentido que se atribui a este ou àquele (o meu, o seu ou nosso lugar), são pensadas em termos geográficos a partir da experiência, do habitar, do falar e dos ritmos e transformações” (OLIVEIRA, 2012, p.15). Novamente, a questão do habitar é posta, demonstrando a necessidade de viver e significar o espaço habitado, ou seja, o lugar.

Edward Relph (2012) enumera uma série de aspectos do conceito de lugar que ele considera importante. Dentre estes aspectos, destacamos o lugar enquanto “raízes e enraizamento”:

[...] a partir da perspectiva da experiência cotidiana, lugar é muitas vezes entendido como o onde se tem nossas raízes, o que sugere uma profunda associação e pertencimento, mas também imobilidade. A teoria rizomática, proposta por Deleuze e Guattari, parece sugerir que a noção de raízes precisa ser reconsiderada; que lugares podem se reproduzir por tubérculos que são invisíveis, ainda que conectados a uma fonte original. A teoria rizomática parece sugerir que podemos ter raízes simultaneamente em vários locais diferentes, mantendo todos conectados. (RELPH, 2012, p.24).

A experiência e o cotidiano constrói o lugar do indivíduo no espaço. Apresenta um significado dado pelo próprio sujeito, enraizando-o e tornando aquele espaço seu lugar. A imobilidade, citada pelo autor, não parece ser um aspecto determinante no lugar do sujeito ou

de um grupo. Ao discorrer sobre a teoria rizomática de Deleuze e Guattari, Relph (2012) faz uma reconsideração sobre sua própria afirmação, relativizando esta imobilidade causada pelo lugar sob o aspecto das raízes.

Aproximando o lugar discutido aqui e a nossa temática, encontramos uma questão específica da pesquisa: a existência de dois lugares, o lugar alagado ou desapropriado, e o novo lugar, o lugar reconstruído em outro espaço. Esta dualidade de lugares remete a uma constante tentativa de reprodução do lugar anterior ao novo lugar. Continuar em áreas rurais, por exemplo, é a primeira forma de manter o ambiente que caracterizava o lugar alagado dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa. É a primeira forma de habitar e significar o novo lugar, a partir da mesma condição natural do espaço anteriormente habitado.

Capítulo 2 – A geração de energia hidrelétrica no Brasil e a Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (MG) neste contexto

2.1 A Geração de Energia no Brasil

A geração de energia hidrelétrica promove, além do impacto socioespacial e ambiental, efeitos de diferentes níveis sobre o território. Estes efeitos persistem por longos períodos e, às vezes, não é possível, como no impacto, ser visualizado de forma imediata, principalmente os efeitos produzidos nos territórios e lugares dos atingidos por barragens.

Diferentemente dos impactos, que são mais imediatos e, por vezes, fugazes, os efeitos, quaisquer que sejam, possuem a capacidade de reconfigurar aquilo que foi impactado ao longo do tempo. No caso do espaço geográfico, o efeito alcança vários elementos que, juntos, vão reconfigurar e requalificar um lugar, uma paisagem, um território ou uma região.

Esclarecendo a utilização do termo efeito, Silva (2013) nos diz:

A opção pelo uso do termo efeito, ao invés de impacto, é por entender que com ele caracterizamos melhor as mudanças advindas da execução de um empreendimento, pois sugere uma abrangência e uma durabilidade maior no tempo e no espaço. Isso possibilita, por exemplo, que se relate a criação de novos equipamentos, ou novas frentes de trabalho na cidade, num tempo já distante daquele do empreendimento, como sendo efeitos desse processo. (SILVA, 2013, p. 111).

Entendemos, portanto, que efeito é uma continuidade das alterações do espaço geográfico mediante a instalação de grandes empreendimentos. Se voltarmos hoje aos empreendimentos investigados por Sigaud (1988) e Germani (2003), apresentados no primeiro capítulo, poderemos compreender e visualizar novos efeitos ainda inerentes aos empreendimentos hidrelétricos estudados pelas pesquisadoras em questão.

Por estes motivos apresentados, torna-se necessário discutir a geração de energia hidrelétrica no Brasil, e, por conseguinte, a Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (MG), para compreender as mudanças ocorridas na vida dos atingidos e a magnitude dos empreendimentos hidrelétricos sobre o espaço geográfico.

Primeiramente, é preciso estar esclarecido que a energia é um dos pilares que move a sociedade e, por conseguinte, a produção do espaço geográfico. A utilização de energia, qualquer que seja sua fonte, foi o meio pela qual a sociedade obteve suas evoluções e revoluções – vide as grandes navegações do século XVI ou a revolução industrial no Reino Unido a partir do século XVIII.

Em um mundo cada vez mais dinâmico, cujo emprego de tecnologia atinge patamares elevados nos processos que envolvem os meios de comunicação, os transportes, os eletroeletrônicos, dentre outros, a energia torna-se fundamental e imprescindível. Não há, nos moldes como a sociedade vive na atualidade, outra forma de viver e desenvolver suas atividades cotidianas sem o uso de alguma fonte de energia, até mesmo em sociedades mais rudimentares.

No Brasil, a produção energética deve ser considerada como algo importante a ser estudada, principalmente sob a ótica geográfica, uma vez que a organização do território brasileiro na atualidade é definida, sobretudo, pelas atividades do campo e da cidade, que de uma forma ou de outra, demandam energia.

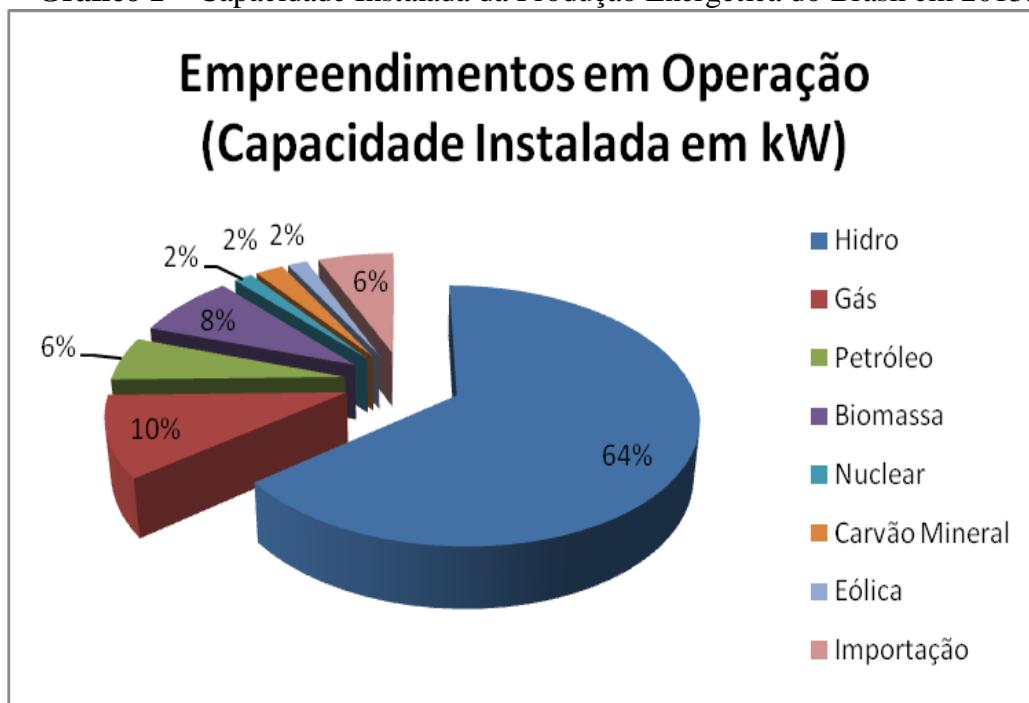
Nesse contexto, é preciso compreender a capacidade instalada da produção energética do Brasil, sua matriz energética e como ela está distribuída pelos agentes geradores de eletricidade. Para tanto, lançamos mão dos dados disponibilizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio de seu Banco de Informação de Geração (BIG). Esta ferramenta possibilita visualizar um panorama atualizado dos dados referente à capacidade instalada do país em geração de energia elétrica.

Com base em dados de agosto de 2013, o Brasil possui 132.571.525 quilowatt (kW) de potência instalada em todo o território nacional, distribuídos em 2.901 empreendimentos em operação. Deste total, os empreendimentos hidrelétricos somam 1.070 unidades e representam 64,39% da matriz energética instalada.

Se somarmos a importação de energia de países vizinhos ao Brasil, este número pode se aproximar a 70%. Do total de energia importada (vide gráfico 1), cerca de 5% é oriunda do Paraguai, da energia produzida em Itaipu, e direcionada diretamente à rede elétrica brasileira como parte dos acordos de compra e venda entre os dois países em relação à Binacional Itaipu.

O gráfico 1 representa a distribuição da matriz energética brasileira em capacidade instalada, demonstrando a desigualdade entre as fontes de energia instaladas e utilizadas no país:

Gráfico 1 – Capacidade Instalada da Produção Energética do Brasil em 2013.



Fonte: Banco de Informação de Geração (BIG) – ANEEL – Dados atualizados em 18/08/2013.
Organização: Autor, 2013.

A partir da análise do gráfico, evidencia-se a distância, em produção de energia, entre os empreendimentos hidrelétricos e as demais fontes. O gás, responsável por cerca de 10% da capacidade instalada e em 2º lugar dentre as fontes de energia da matriz energética brasileira, está longe de se aproximar das fontes hidroelétricas.

Este gráfico ainda apresenta um dado estarrecedor em relação à matriz energética brasileira: apenas 2% da capacidade instalada são provenientes das usinas eólicas, e as fontes solares (usinas fotovoltaicas) nem aparecem como fontes da capacidade instalada de geração de energia do Brasil devido sua incipiente.

Os debates em torno desta discrepância da matriz energética sugerem que façamos uma análise mais profunda e inserida na questão econômica e social que envolve a geração de energia por meio de fontes hidroelétricas. Isso significa debater o caráter capitalista e gerador de riqueza que os empreendimentos hidrelétricos representam nos dias atuais para pequenos grupos detentores de capital e dos meios de produção destes empreendimentos, afetando diretamente os sujeitos que estão nas áreas propensas a receber um empreendimento hidrelétrico.

Em entrevista escrita concedida ao jornal *Brasil de Fato*, o professor e engenheiro da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) Dorival Gonçalves Júnior expõe a realidade dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil, sob a “perspectiva da classe trabalhadora”, como ele mesmo ressalta:

Vender eletricidade produzida em base hidráulica, ao preço da produção térmica, transformou esta cadeia produtiva em fonte de elevada lucratividade e de intensa disputa de muitos setores capitalistas. Desde então, os segmentos capitalistas ligados à indústria de eletricidade, organizados segundo os seus interesses específicos e gerais, atuam em várias frentes, sobretudo, no interior do estado brasileiro, procurando institucionalizar e regulamentar uma cadeia industrial para a eletricidade, aglutinada em negócios de baixo risco e fonte de lucros inigualáveis neste ramo da produção no mundo. [...] as hidrelétricas no Brasil tornaram-se fábricas de produção de eletricidade, de risco de realização da receita nulo e elevada lucratividade. Risco de realização nulo, porque o grupo que ganha o leilão, já tem assegurado antes de construí-la, a venda de sua produção durante 30 anos com os contratos assinados e endossados pelo estado brasileiro com as empresas distribuidoras, que são obrigadas a comprar a sua energia nestes leilões. Elevada lucratividade, pois de um modo geral, estes empreendimentos tem [sic] sido conquistados, referenciados no custo de produção térmica. (GONÇALVES JÚNIOR, 2013, p. 9-10)

Esta elevada lucratividade, sem risco do capital investido ser perdido, torna empreendimentos hidrelétricos em “fábricas de produção de eletricidade”, como bem destaca o autor. Estas fábricas, como todo negócio inserido na visão capitalista, visa o lucro de seus investimentos maximizados, com baixo ou nulo risco de perda do capital investido.

Nesta lógica, os empreendimentos hidrelétricos, por meio de seus consórcios e distribuidoras, vendem a energia de origem hidráulica a um preço próximo aos praticados pelas termelétricas⁷, tornando o produto – a energia elétrica – em negócio rentável e seguro para os investidores do setor elétrico.

Esta conjuntura exposta por Gonçalves Júnior (2013), explica a discrepância existente na matriz energética brasileira analisada no gráfico 1, expondo uma realidade que dificilmente é apresentada pela mídia e aos que são atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos. Os grupos atingidos, ao contrário, como discutem Vainer e Araújo (1992), são colocados como entraves na execução de projetos hidrelétricos, transformando-se em apenas um custo adicional passível de indenização.

⁷ As termelétricas possuem um custo financeiro mais elevado de produção de energia que as hidrelétricas.

2.2 Os Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil

Compreender os marcos históricos da implantação de empreendimentos hidrelétricos no Brasil torna-se importante para entender a produção do espaço geográfico brasileiro em alguns aspectos. A situação atual também representa uma consequência, ou um efeito, destes marcos históricos.

Neste contexto, o histórico da produção de energia hidrelétrica no Brasil remete ao próprio estado de Minas Gerais no final do século XIX. Segundo Mielnik e Neves (1988), os primeiros aproveitamentos hidrelétricos foram instalados através de empresas de origem privada, atendendo uma demanda das empresas de mineração e fábricas têxteis da época, cujo objetivo era a autoprodução.

Oliveira (2012) descreve e analisa o período do início do século XX, destacando as hidrelétricas implantadas no Brasil com o objetivo de geração de energia para atender os centros urbanos que se consolidavam na época, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente.

Após esse período, o país atravessou sua fase de consolidação da atividade industrial. Na década de 1950, o Estado brasileiro ampliou o modelo de desenvolvimento energético a partir de hidrelétricas, impulsionado pelo discurso desenvolvimentista e investimentos em infraestrutura no governo de Juscelino Kubitschek (LEITE, 1997).

A partir da década de 1970, Rosa (1988) destaca que o Brasil já era um dos que mais investiam em grandes projetos hidrelétricos. Nesse mesmo período, Conant e Gold (1981) afirmam que a energia hidrelétrica no país triplicou na medida em que se investiu na construção de grandes usinas. Um número expressivo de hidrelétricas de grande porte que temos hoje foram construídas ou concebidas nesse período.

No entanto, com as seguidas demandas energéticas no final do século XX e início do século XXI, novas estratégias e construções de empreendimentos hidrelétricos foram realizados, principalmente de portes menores em relação aos primeiros grandes investimentos nesse setor, numa tentativa de apresentar “alternativas” mais viáveis do ponto de vista socioambiental.

Acompanhando estes marcos históricos, observamos que a produção energética pautada nas hidrelétricas se inicia com o capital privado, voltado para a autoprodução, em uma situação ainda incipiente de industrialização do Brasil. Em seguida, vemos o investimento público maciço para consolidar um parque industrial que se formava no país.

Na atualidade, os investimentos nessa forma de obtenção de energia não cessaram. Ao contrário, continuam fazendo parte da agenda de políticas públicas energéticas. Financiado pelo capital público e privado, os consórcios, unindo empresas de vários setores da economia (empresas de mineração, construção civil, companhias públicas de energia, indústrias, dentre outras) surgem com a finalidade de investir na construção de barragens e aproveitamentos hidrelétricos que muitas vezes vão atender suas próprias necessidades, não necessariamente as necessidades da população.

Buscando alternativas para os empreendimentos hidrelétricos tradicionais, de grande magnitude e verdadeiras obras faraônicas da engenharia civil e do capital investido, os novos empreendimentos para aproveitamentos hidráulicos são classificados de três formas distintas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Características e Classificação dos Empreendimentos Hidrelétricos

	Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH)⁸	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Usinas Hidrelétricas (UHE)
Potência	Igual ou inferior a 1.000 kW	Entre de 1.001 e 30.000 kW	Superior a 30.000 kW
Reservatório⁹	Não	Igual ou inferior a 3 km ²	Grandes reservatórios
Autorização/Concessão ANEEL	Não	Sim	Não ¹⁰
Outorga de Concessão em Processo de Licitação Pública	Não	Não	Sim

Fonte: Guia do Empreendedor de Pequenas Centrais Hidrelétricas (ANEEL, 2003).

Adaptação e organização: Autor, 2013.

As características de cada empreendimento hidrelétrico definem sua classificação e enquadramento de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos que regulam o setor elétrico e ambiental do Brasil. Assim, a potência instalada e o tamanho do reservatório vão definir a característica do empreendimento juntamente com o inventário do potencial hidrelétrico de uma bacia hidrográfica.

Estes empreendimentos de porte menores, como as CGH e PCH, embora apresentem reservatórios menores (ou inexistentes), se implantados em série numa mesma bacia hidrográfica, tornam-se, potencialmente, ainda mais desastrosos do ponto de vista social, conforme discussões já realizadas no NEPEGE. Nossa entendimento é que populações sempre são afetadas, de alguma forma, na implantação de empreendimentos hidrelétricos,

⁸ Embora a CGH não necessite de autorização ou concessão, é obrigação do empreendedor deste tipo de empreendimento comunicar sua implantação ao órgão regulador e fiscalizador para fins de registro.

⁹ No caso das PCH, o empreendimento que ultrapassar o valor total de área inundada para formação do reservatório, a ANEEL autoriza desde que considerados aspectos e especificidades regionais e com base em parecer técnico. No documento analisado não foi informado sobre a questão dos reservatórios das CGH, apenas uma informação de utilização do próprio curso d'água.

¹⁰ Este “não” é relativo. As UHE’s necessitam de concessão da ANEEL, porém, ela é dada através de um processo de licitação pública, conforme mostrado no quadro 1.

pois na formação do lago ou na apropriação de terras, populações são atingidas e perdem suas terras e trabalhos.

Sobre esse assunto, de empreendimentos em série ou cascata, o ecologista Philip Fearnside, pesquisador dos impactos e efeitos ambientais de hidrelétricas na Amazônia, em entrevista concedida à Felix Filho (2013), aponta que a implantação de empreendimentos em série “escapam do atual processo de licenciamento ambiental” (FELIX FILHO, 2013, p.69). De acordo com Fearnside, esta característica dos empreendimentos hidrelétricos de geração de energia em que há interconexão por estar em um mesmo rio, difere das demais formas de geração de energia, em que cada usina é um produtor independente. Desta forma, há um aumento dos impactos e efeitos socioambientais na medida em que empreendimentos hidrelétricos são construídos à jusante ou montante de um rio a partir de um empreendimento hidrelétrico pré-existente.

Por não haver nenhuma regulamentação ou normatização que delimite a quantidade e/ou a distância entre um empreendimento e outro dentro de uma mesma bacia hidrográfica¹¹, estes empreendimentos tornam-se alternativas de menor custo aos empreendedores, e não necessariamente alternativas de menor impacto socioambiental. Para visualizar a territorialização dos três tipos de empreendimentos hidrelétricos apresentados no quadro 1, utilizamos um Sistema de Informação Geográfica (SIG) e ferramentas de manipulação *online* da qual a ANEEL denominou de Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico (SIGEL).

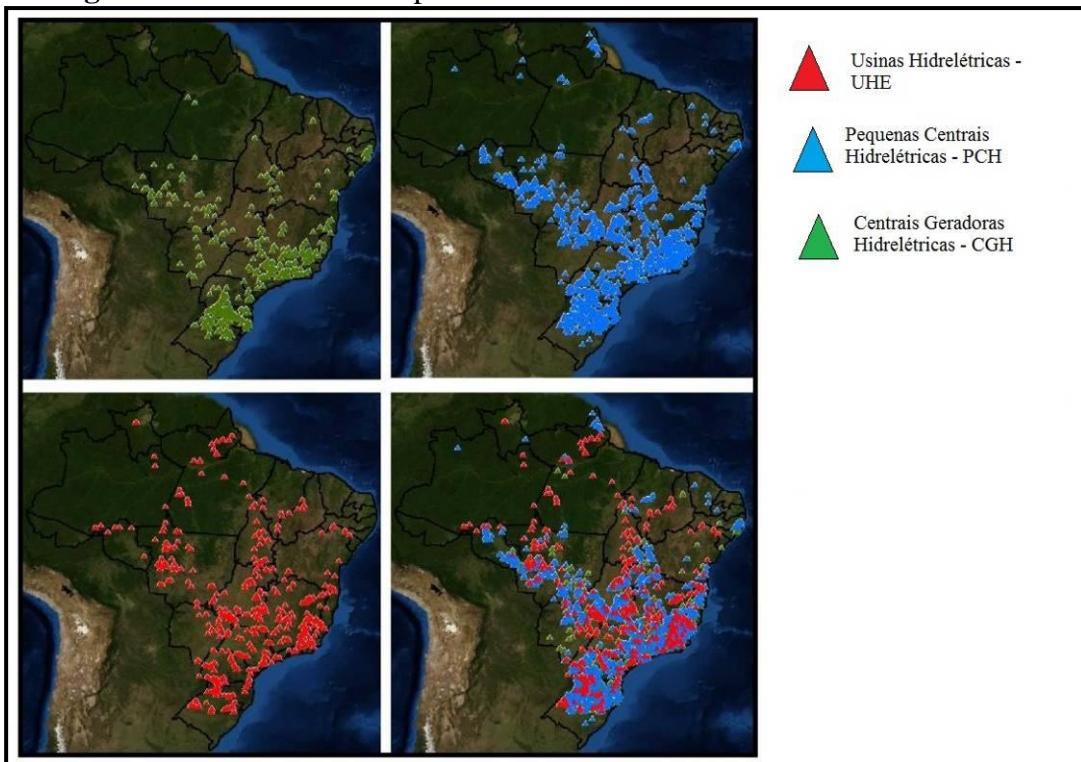
Este programa possibilitou que os dados sobre a quantidade e localização dos três tipos de empreendimentos hidrelétricos fossem cruzados, gerando mapas de identificação dos empreendimentos em operação no país. Assim, inserimos informações de localização dos

¹¹ Não encontramos nada, do ponto de vista legal e ambiental, que delimite a quantidade ou o intervalo de empreendimentos hidrelétricos instalados em uma mesma bacia hidrográfica. O que vemos, por meio da experiência empírica, é que os rios com grande potencial de geração de hidroeletricidade são usurpados e descaracterizados com a formação dos reservatórios, levando ao limite extremo a bacia hidrográfica.

empreendimentos hidrelétricos separadamente e em conjunto, possibilitando visualizar onde há concentrações e vazios de empreendimentos geradores de energia elétrica.

O resultado apresentado na figura abaixo é um mosaico do panorama geral dos empreendimentos hidrelétricos instalados no Brasil, tanto individualmente como em conjunto:

Figura 1 – Mosaico dos empreendimentos hidrelétricos instalados no Brasil.



Fonte: SIGEL – Ferramenta disponível em: <http://sigel.aneel.gov.br/>

Elaboração: Autor, 2012.

A observação do mosaico permite inferir sobre a territorialização dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil. É visível que estão concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, de acordo com a divisão regional proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há áreas de concentração e áreas de vazios de empreendimentos hidrelétricos.

Estas áreas de concentração coincidem com as áreas mais povoadas e industrializadas do Brasil. Coincidem, também, com as áreas cujas bacias hidrográficas possuem um regime

hídrico e morfologia do relevo favorável, possibilitando aproveitamentos hidrelétricos de maior potencial gerador de energia elétrica.

Entretanto, vemos que áreas menos propensas¹² à instalação de empreendimentos hidrelétricos, como a região amazônica, apresenta-se como área de expansão da instalação destes empreendimentos, principalmente de Usinas Hidrelétricas (UHE). Se em determinado momento da produção do espaço geográfico brasileiro o Cerrado e Amazônia foram considerados “fronteiras agrícolas”, podemos dizer que atualmente a Amazônia é fronteira hidroelétrica.

Algumas explicações para que esta região, em específico, atraia novos e vultuosos investimentos em aproveitamentos hidrelétricos podem ser encontradas na recente publicação de Becker (2012) sobre suas reflexões acerca da tríade “água, energia e desenvolvimento” na região amazônica. A autora faz uma crítica sobre a questão da implantação de hidrelétricas na região, pois, em seu ponto de vista, visa somente a atender uma demanda do mercado consumidor presente na região Centro-Sul do Brasil, além de alterar drasticamente as relações socioambientais nas áreas implantadas.

Além disso, Becker (2012) propõe uma utilização múltipla dos recursos hídricos amazônicos, principalmente voltados para o desenvolvimento regional e local. Para tanto, propõe o uso dos rios para a navegação, e não para geração de energia elétrica como está sendo tratado prioritariamente pelos agentes públicos e privados.

Retomando a figura 1, percebemos que o estado de Minas Gerais, quando mostrado na imagem em que os três tipos de empreendimentos hidrelétricos são sobrepostos, é impossível de ser observado sem uma abstração de seus contornos políticos devido ao elevado número de

¹² A título de explicação sobre considerarmos a região amazônica menos propensa para receber um empreendimento hidrelétrico situa-se nas condições geomorfológicas da área, com grande volume hídrico, porém em áreas de planície de inundação. Portanto, para formação de barragem em terras amazônicas, uma grande área deve ser destinada para a formação do reservatório, causando impactos e efeitos sobre a rica biodiversidade local e populações tradicionais, como ribeirinhos e indígenas.

empreendimentos em operação. A próxima seção deste capítulo abordará especificamente o estado de Minas Gerais e a bacia hidrográfica do Rio Araguari neste contexto.

2.3 Os Empreendimentos Hidrelétricos no Estado de “Usinas” Gerais

O neologismo jocoso no título desta seção tem o intuito de provocar o debate acerca da opção de governos mineiros por grandes hidrelétricas, além de elucidar a posição de Minas Gerais na produção de energia elétrica no Brasil. Deixamos de ser o estado das “minas”, que remete ao histórico de exploração econômica – principalmente das minas de ouro e diamante – do Brasil colonial, para ser o “estado das usinas hidrelétricas”.

Historicamente, o estado mineiro é pioneiro em implantação de empreendimentos hidrelétricos, conforme datação histórica de Gomes e outros (2002):

Em 1883 é construída a primeira hidrelétrica brasileira, no município de Diamantina (MG). Aproveitando as águas do ribeirão do Inferno, afluente do Jequitinhonha, a energia gerada era transportada por uma linha de transmissão de dois quilômetros, para acionar equipamentos utilizados na extração de diamantes da mineração Santa Maria. Nos anos de 1885 e 1887, dois outros projetos hidrelétricos foram implantados para autoprodução: o da Companhia Fiação e Tecidos São Silvestre (Viçosa, MG) e o Compagnie des Mines d’Or du Faria (Nova Lima, MG). (GOMES, et al., 2002, p.2)

Esta datação histórica coincide com as afirmações de Mielnik e Neves (1988), quando citados anteriormente sobre a origem dos primeiros empreendimentos hidrelétricos implantados no Brasil e a sua finalidade. O contexto econômico influenciou fortemente a implantação destes empreendimentos, reforçando o caráter produtivo-capitalista da produção de energia elétrica no país e no estado de Minas Gerais.

A grande quantidade de bacias hidrográficas, aliada à topografia de vales em formato de cânions, fez com que o estado de Minas Gerais recebesse atenção especial do Estado brasileiro para a implantação de empreendimentos hidrelétricos. Além disso, para Zhouri e Rothman (2008), a disseminação de empreendimentos hidrelétricos no estado de Minas Gerais decorre da privatização do Setor Elétrico ocorrida na década de 1990, apresentando novos cenários dos conflitos sociais instaurados com a implantação destes projetos.

Rothman (2008), afirma ainda que:

Na década de 1990, políticas neoliberais de reestruturação econômica e privatização do setor elétrico brasileiro proporcionaram incentivos à formação de consórcios de empresas privadas. O objetivo foi o aumento de investimento do setor privado na construção de hidrelétricas para a geração de energia para uso próprio da indústria. [...] o movimento dos atingidos por barragens e as entidades de apoio se preocupavam com o fato de que a privatização do setor elétrico ameaçava os avanços políticos e institucionais. Na bacia do Rio Doce, na Zona da Mata, no sudeste de Minas Gerais, empresas privadas proponentes de projetos de barragens deixaram de informar populações atingidas sobre diversos impactos sociais e ambientais negativos, que provavelmente iriam ocorrer, e evitaram reconhecer entidades representativas das populações atingidas. (ROTHMAN, 2008, p.194-195)

Este jogo político-econômico da década de 1990 representou um importante passo para que Minas Gerais se tornasse um dos estados com os maiores números de empreendimentos hidrelétricos instalados no Brasil. Em termos de geração de energia elétrica, considerando todas as fontes de geração, Minas Gerais perde apenas para o estado de São Paulo em potência instalada (ANEEL, 2013)¹³. Deste modo, Minas Gerais não é o único estado que intensificou a implantação de projetos hidrelétricos. Entretanto, nossas análises e o nosso recorte espacial situam sob o domínio do território mineiro, visto que os empreendimentos hidrelétricos de Amador Aguiar I e II estão vinculados ao contexto de Minas Gerais e, especificamente, à bacia hidrográfica do Rio Araguari.

¹³ Este dado pode ser acessado diretamente no BIG (Banco de Informações de Geração), atualizado diariamente pela ANEEL no seguinte endereço: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/ResumoEstadual.cfm>. Acesso em: 27 de agosto de 2013.

De acordo com os dados obtidos na ANEEL, podemos visualizar nas tabelas 1 e 2 os empreendimentos hidrelétricos em operação e em construção, respectivamente, no estado de Minas Gerais:

Tabela 1 – Empreendimentos Hidrelétricos em Operação em Minas Gerais (2013).

Empreendimentos Hidrelétricos (Operação)		
Tipo	Quantidade	Potência (kW)
CGH	109	68.705
PCH	99	826.686
UHE	51	17.195752

Fonte: ANEEL – BIG – Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=15>>.

Elaboração: Autor, 2013.

Tabela 2 – Empreendimentos Hidrelétricos em Construção em Minas Gerais (2013).

Empreendimentos Hidrelétricos (Construção)		
Tipo	Quantidade	Potência (kW)
CGH	1	848
PCH	6	55.335
UHE	1	52.500

Fonte: ANEEL – BIG – Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=15>>.

Elaboração: Autor, 2013.

No Brasil, considerando todos os tipos de empreendimentos hidrelétricos, estão em operação 1090 aproveitamentos hidrelétricos (ANEEL). Deste total, o estado de Minas Gerais é responsável por 23,7% do total dos empreendimentos instalados em território mineiro. Este número sobe se considerarmos apenas as Usinas Hidrelétricas, que é o objeto em estudo nesta pesquisa, passando para 26,1% do total. Estes dados revelam a receptividade do estado em receber empreendimentos cuja finalidade é a geração de energia.

2.4 A Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e seus empreendimentos hidrelétricos

Há uma enorme importância da bacia hidrográfica do Rio Araguari no contexto dos empreendimentos hidrelétricos de Minas Gerais e do Brasil. A representatividade da bacia é grande, não somente em termos de produção de energia hidroelétrica, mas como espaço povoado e intensamente alterado pela ação antrópica.

Os usos decorrentes da implantação dos empreendimentos hidrelétricos, bem como seus efeitos, apresentam características semelhantes a outros empreendimentos localizados em outras bacias hidrográficas de Minas Gerais e no Brasil. Não obstante, apresentam também peculiaridades, mesmo em empreendimentos hidrelétricos instalados sequencialmente no Rio Araguari.

Estas afirmações são plausíveis e verdadeiras na medida em que elas não são meramente opiniões nossas, desprovidas de embasamento teórico e empírico. São afirmações baseadas em estudos acadêmicos advindas de artigos, monografias, dissertações e tese produzidas ao longo dos anos por integrantes, atuais e passados, do NEPEGE, do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia.

Silva (2004) defendeu tese sobre os efeitos socioespaciais da implantação da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, discutindo a questão do deslocamento compulsório e reorganização urbana promovida pela implantação do empreendimento em questão, que alagou todo o núcleo urbano da cidade de Nova Ponte (MG). Com a construção de uma nova sede urbana, a vida cotidiana e a organização do espaço urbano mereceram destaque na pesquisa.

Em relação à UHE de Miranda, Silva (2012) defendeu dissertação que abordou as mudanças socioespaciais em Indianópolis (MG) em virtude da implantação do

empreendimento hidrelétrico. A autora propôs uma análise das transformações na paisagem natural e cultural.

Nos empreendimentos hidrelétricos que estamos abordando como recorte temático e espacial, o Complexo Energético Amador Aguiar, Bernardelli (2012) e Lima (2013) defenderam suas dissertações de mestrado em investigações diversificadas, abrangendo deslocamentos compulsórios e políticas de sustentabilidade, respectivamente.

Na temática das PCH's, este tipo específico de empreendimento hidrelétrico também já foi objeto de estudo do NEPEGE. Damasceno (2011) defendeu sua monografia sobre os efeitos desta PCH no espaço e o ressurgimento desta concepção de empreendimento como alternativa socioambiental aos grandes empreendimentos hidrelétricos.

Outros trabalhos, como monografias, artigos em periódicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos, foram realizados por estes e outros pesquisadores do NEPEGE, apontando a complexidade dos empreendimentos hidrelétricos instalados no Rio Araguari.

O quadro 2 faz um resumo dos empreendimentos hidrelétricos citados acima, caracterizados como UHE e instalados no Rio Araguari. A partir dele, podemos pensar a sequência de implantação de empreendimentos hidrelétricos e transformação do rio em um grande lago, após a barragem para a formação dos reservatórios.

Quadro 2 – Resumo das UHE instaladas no Rio Araguari (MG)

	Nova Ponte	Miranda	Amador Aguiar I	Amador Aguiar II
Ano de Operação	1994	1998	2006	2007
Capacidade Instalada em MW (megawatt)	510	408	240	210
Área Inundada (km²)	397,41	52,36	18	45
Proprietário(s)	CEMIG	CEMIG	VALE, CEMIG, SUZANO ¹⁴ e VOTORANTIM	
Principais questões Socioespaciais	Deslocou a sede municipal inteira de Nova Ponte para outra área do município, criando novas dinâmicas socioespaciais com a reconstrução do núcleo urbano. Apresenta uma grande área alagada	Inundou terras dos municípios de Indianópolis e Uberlândia, deslocando proprietários e trabalhadores rurais. Mercantilização das terras no entorno do lago. Novas formas de turismo rural excludentes.	Inundou terras dos municípios de Indianópolis, Uberlândia e Araguari, deslocando proprietários e trabalhadores rurais. Criação dos assentamentos rurais Olhos D’água e Vida Nova	

Fonte: SIGEL-ANEEL; NEPEGE.

Organização: Autor, 2012.

Este quadro-resumo omite outros empreendimentos hidrelétricos presentes na bacia hidrográfica do Rio Araguari, como as PCH's. No entanto, esta comparação serve para pensarmos nos principais problemas enfrentados pela sociedade com os efeitos da implantação destes empreendimentos.

O efeito não deve ser pensado apenas no nível local, de entorno das áreas de implantação dos empreendimentos. Ele ultrapassa os limites circunscritos nas delimitações das áreas de entorno dos reservatórios, atingindo pessoas e equipamentos urbanos e rurais de áreas não tão próximas. A natureza, também, não possui limites pré-estabelecidos. Portanto,

¹⁴ Até o ano de 2012, a Suzano era uma das empresas que formavam o Consórcio Capim Branco Energia. Atualmente, ela já não se encontra no quadro de concessionários do Complexo Energético Amador Aguiar. No capítulo 3 esta informação será levantada e discutida com maiores detalhes.

não podemos admitir que o efeito de um empreendimento sobre a natureza esteja circunscrito a algumas áreas próximas ao empreendimento hidrelétrico.

A bacia hidrográfica do Rio Araguari abrange vários municípios desde sua nascente até a foz, na divisa de Minas Gerais com Goiás. Além disso, o rio é um importante afluente do Rio Paranaíba, formando uma macrobacia que ultrapassa os limites territoriais de algumas unidades federativas do Brasil. A tabela 3 apresenta os municípios que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Araguari e sua população:

Tabela 3 – Municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e sua população estimada (2013).

Município	População Estimada (2013)
Araguari	114.970
Araxá	99.986
Campos Altos	14.964
Ibiá	24.435
Indianópolis	6.568
Iraí de Minas	6.795
Nova Ponte	13.988
Patrocínio	87.178
Pedrinópolis	3.626
Perdizes	15.323
Pratinha	3.455
Rio Paranaíba	12.328
São Roque de Minas	6.973
Sacramento	25.225
Santa Juliana	12.455
Serra do Salitre	11.142
Tapira	4.423
Tupaciguara	25.171
Uberaba	315.360
Uberlândia	646.673
TOTAL	1.451.038

- **Fonte:** IBGE – Cidades – Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>.
Elaboração: Autor, 2013.

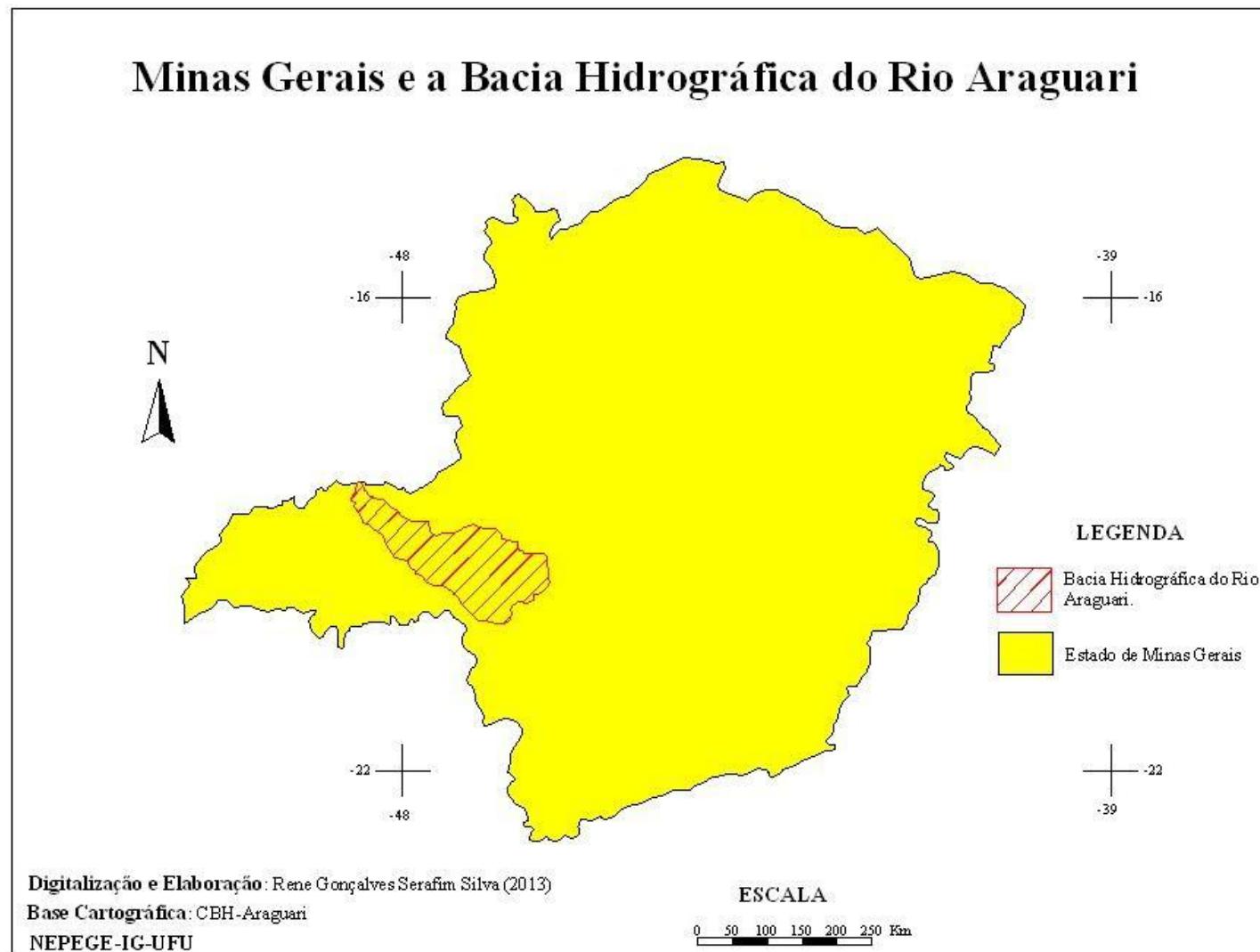
Os 20 municípios que fazem parte parcial ou integralmente da bacia hidrográfica do Rio Araguari, somam uma população total de 1.451.028 habitantes, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2013, dos quais Uberlândia e Uberaba são responsáveis por quase 1

milhão deste total. É um contingente importante e considerável presente na área de influência da bacia, ratificando a densa ocupação demográfica e antropização da bacia hidrográfica.

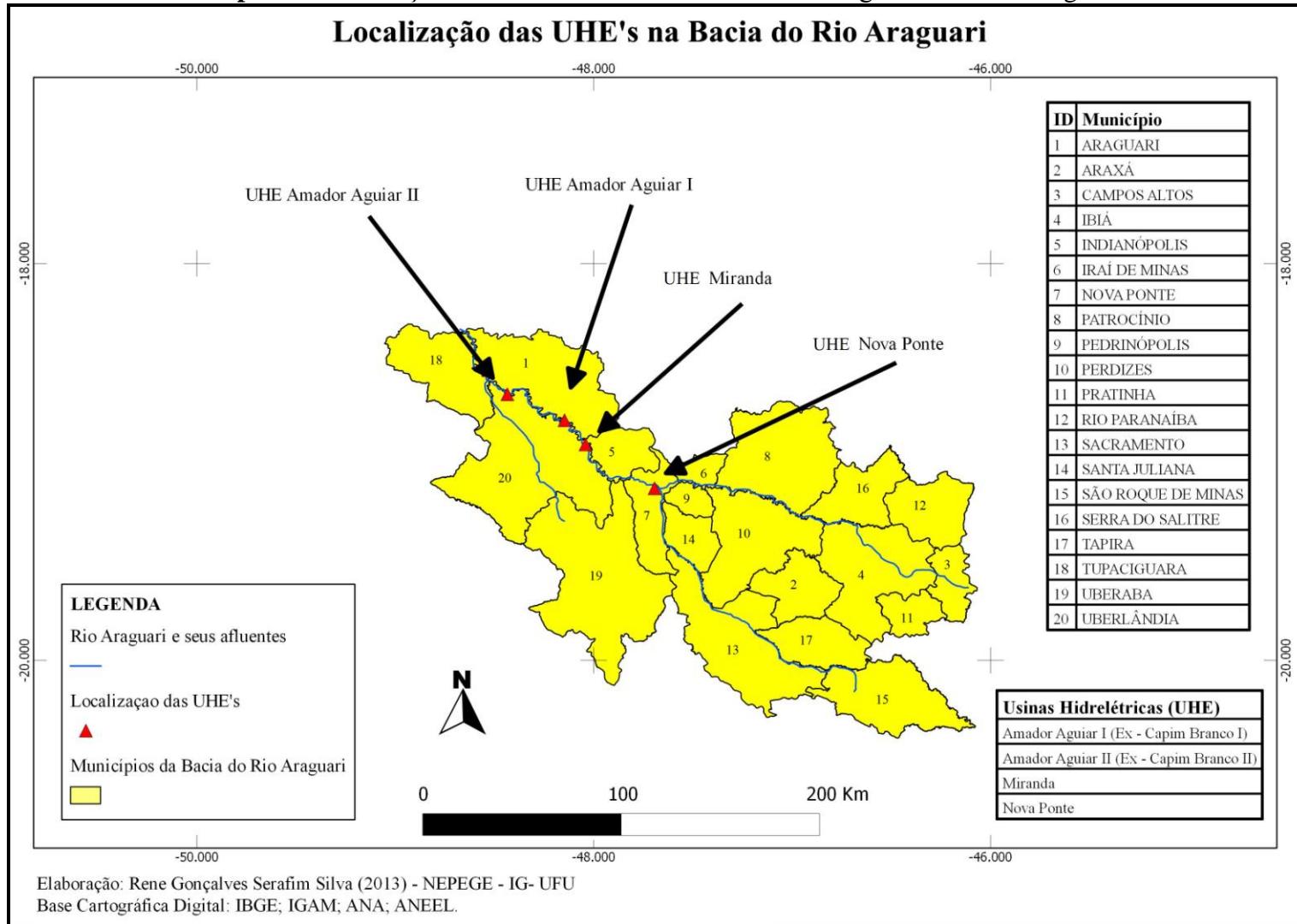
A bacia hidrográfica do Rio Araguari forma, em conjunto com outras bacias hidrográficas, a bacia do rio Paranaíba, caracterizado também por ter ao longo de seu curso diversos empreendimentos hidrelétricos instalados. Trata-se, portanto, de bacias hidrográficas que, em virtude de seu potencial hidráulico para geração de energia elétrica, sofrem com os efeitos da implantação destes empreendimentos.

O mapa 1 apresenta a área delimitada da bacia hidrográfica do Rio Araguari no estado de Minas Gerais, e o mapa 2 apresenta a localização dos empreendimentos hidrelétricos instalados e em operação na bacia do Rio Araguari e categorizados como Usinas Hidrelétricas (UHE's), conforme apresentado no quadro 2. Além disso, proporciona uma visão da delimitação territorial dos municípios citados na tabela 1.

Mapa 1 – Delimitação da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari no estado de Minas Gerais



Mapa 2 – Localização das UHE's instaladas na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari



A série de empreendimentos hidrelétricos instalados e em operação torna o Rio Araguari em uma sucessão de lagos/reservatórios para fins de geração de energia hidrelétrica. Sua essência, enquanto rio, é descaracterizada, tornado-o “refém” de suas próprias águas barradas.

Analizando o mapa 2, percebemos que entre UHE Nova Ponte e UHE Amador Aguiar II, primeira e última usina hidrelétrica, respectivamente, há apenas uma distância de aproximadamente 100 km. Neste intervalo, 4 grandes usinas hidrelétricas estão instaladas, ampliando os efeitos socioespaciais que um empreendimento de grande porte imprime sobre o espaço geográfico.

Os pequenos intervalos espaciais que separam um empreendimento de outro maximizam os efeitos socioespaciais dado à característica dos empreendimentos em cascata, termo discutido anteriormente neste capítulo e utilizado pelo próprio consórcio que administra e opera o Complexo Energético Amador Aguiar para definir o contexto de implantação das UHE's na bacia do Rio Araguari:

A Usina Hidrelétrica Amador Aguiar II está localizada no rio Araguari entre os municípios de Araguari e Uberlândia, localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, e está inserida em um contexto de **empreendimentos hidrelétricos em cascata**. (...) Situadas a montante encontram-se a PCH Pai Joaquim e as Usinas Hidrelétricas Nova Ponte, Miranda e Amador Aguiar I. A Usina Hidrelétrica de Amador Aguiar II está submetida à influência do remanso da UHE Itumbiara, situada a jusante, no rio Paranaíba, sendo o rio Araguari afluente ao seu reservatório. (CCBE, sd., grifo nosso)¹⁵

Esta afirmação do consórcio reforça o caráter da bacia hidrográfica do Rio Araguari no contexto dos grandes empreendimentos hidrelétricos instalados no Brasil. Embora não tenhamos incorporado as UHE's de Itumbiara (Rio Paranaíba) e a PCH Pai Joaquim no mapa e na análise dos empreendimentos hidrelétricos instalados no Rio Araguari, podemos dizer

¹⁵ Esta citação não possui data de publicação e está disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.ccbe.com.br/visitacao/unidade-i/>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

que a “vocação” do rio em receber os empreendimentos hidrelétricos está intimamente ligada à própria “aceitação” dos atores políticos, econômicos e sociais da região. Para corroborar com esta última afirmação, Ribeiro (2008) nos apresenta o seguinte dado sobre a implantação dos empreendimentos Amador Aguiar I e II:

Os aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e Capim Branco II, projetos de interesse de um consórcio formado pelas empresas CEMIG e Companhia Vale do Rio Doce, tiveram sua viabilidade ambiental questionada a partir de sólida base conceitual e técnica que apontava para a inconveniência do aproveitamento do último trecho de aproximadamente 110 km de rio livre de barramentos, além de coincidir com a porção da bacia que exibia, ainda, em região de **intensa ocupação agrícola, remanescentes florestais importantes** (ecótono mata atlântica/cerrado), remanescentes estes que correspondiam, em parte, a um “condomínio de reservas legais” para propriedades que tiveram a totalidade de suas áreas desmatadas para uso agrícola. Ou seja, o que havia sido admitido no passado, em razão do fato consumado do total desmatamento, e como exceção para a continuidade da exploração dessas áreas, com envolvimento inclusive do Ministério Público na celebração desse compromisso, teria de ser agora objeto de nova configuração e articulação institucional para acomodar um novo uso, no caso, a formação dos reservatórios dos aproveitamentos projetados. (RIBEIRO, 2008, p. 180-181, grifo nosso).

O último trecho livre do rio, do primeiro ao último represamento de água, conforme destaca o autor, com presença de intensa ocupação agrícola e remanescentes florestais, reforça o caráter político e econômico da implantação dos empreendimentos de Amador Aguiar. A apoderação, pelo consórcio, do último trecho lótico do rio promoveu não somente a degradação ambiental, mas a perda de terras amplamente usadas com finalidades agrícolas.

Ainda de acordo com Ribeiro (2008), a implantação do empreendimento em estudo eliminou o último trecho lótico entre os aproveitamentos hidrelétricos de Macacos e Itumbiara, representando um total de 70% de ambientes lênticos produzidos pelo Homem ao longo de toda a extensão do Rio Araguari.

Podemos afirmar, deste modo, que a transformação do rio em um grande lago não é uma ficção ou um exagero da realidade vivida. É uma constatação empírica e documental do alagamento de terras e descaracterização de um recurso hídrico: a usurpação do território e

dos lugares vividos, transformando o que é corrente, a água e a vida, em lago, parado e estático no tempo e espaço.

Capítulo 3 – A territorialização do Complexo Energético Amador Aguiar

3.1 Territórios atingidos: a natureza e a cultura

Partimos do princípio que a territorialização do Complexo Energético Amador Aguiar, no contexto geográfico, se deu a partir da funcionalidade do território como recurso (HAESBAERT, 2007), diferentemente da territorialização dos atingidos em outras áreas, como nos assentamentos. Esta territorialização, ao ser efetivada, desterritorializou grupos sociais, submergiu lugares e suprimiu atividades humanas. Deste modo, tanto a natureza como a cultura que era presente na área que hoje abrange o complexo energético, foram atingidas pelo empreendimento, sendo necessário tecer algumas observações e registros da área, conhecendo melhor o recorte espacial estudado.

Inicialmente, é preciso entender que os conceitos de natureza e cultura estão, histórica e etimologicamente, em uma relação intrínseca e inseparável. Eagleton (2005) faz esta discussão de forma concisa a partir das origens etimológicas da palavra “cultura”, que significava, em seus primórdios, o ato de cultivar a terra. Por isso, entendemos e partimos do princípio que natureza e cultura são e estão relacionadas e não podem ser dissociadas para análises do espaço geográfico. No caso de uma bacia hidrográfica, os elementos naturais e culturais estão dispostos de forma tal que resulta na sociedade em que vivemos, fruto das diversas ações dos agentes sociais (sociais, políticos e econômicos) que (re)escrevem sua história sobre o espaço.

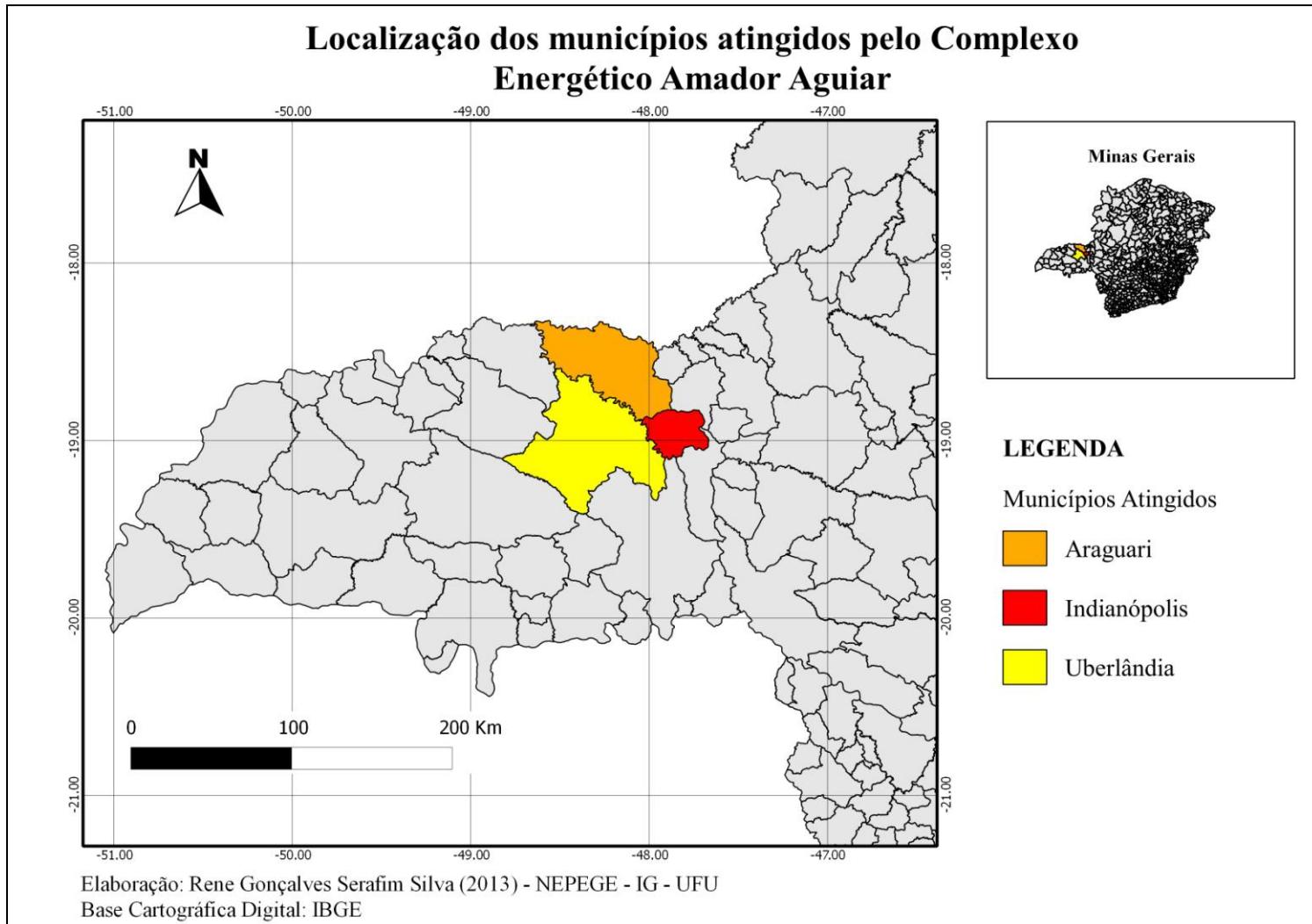
Nesta pesquisa, no recorte espacial proposto, apresentamos os três municípios atingidos pela construção do Complexo Energético Amador Aguiar: Uberlândia, Araguari e Indianópolis. O mapa 3 apresenta a localização destes municípios no estado de Minas Gerais.

Conforme o mapa 3, observamos que os três municípios atingidos pela construção dos empreendimentos hidrelétricos situam-se a oeste do estado de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, próximo à divisa com o estado de Goiás. Destes municípios, Uberlândia e Araguari tiveram as maiores áreas alagadas em virtude da formação do reservatório das usinas. Indianópolis se inclui como município atingido apenas pelo alagamento de uma pequena porção do município devido à UHE de Amador Aguiar I. De fato, Indianópolis é influenciada intensamente pela implantação da UHE de Miranda, conforme apresentamos anteriormente.

A supressão dos aspectos naturais e, principalmente, da cultura não são facilmente mensuradas. Dado este fato, o próprio consórcio Capim Branco realizou estudos e registros destes espaços: denominaram de “Registro do Patrimônio Natural” e “Registro do Patrimônio Cultural e Edificado”, como forma de “mitigação” dos impactos e efeitos sobre as áreas alagadas. Além disso, o registro serve como uma perpetuação, ainda que abstrata e documental, da natureza e da cultura alagada.

Ambos os registros foram realizados por pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia da época de implantação do complexo energético. Nossos esforços, no entanto, foram concentrados na leitura e pesquisa do segundo registro, o do patrimônio cultural e edificado, pois nele estão os registros da materialidade e imaterialidade da cultura no espaço e da natureza.

Mapa 3 – Municípios Atingidos pelo Complexo Energético Amador Aguiar.



Organizado por Santos e Alves (2005) e intitulado de “Registro do Patrimônio Cultural e Edificado das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e de Influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II¹⁶”, o livro apresenta uma coletânea de textos que versam sobre os modos de vida, religiosidade e símbolos, técnicas de produção, dentre outros assuntos inerentes à manifestação cultural.

Os autores do projeto de resgate do patrimônio cultural e edificado utilizaram recortes espaciais denominados de “área de influência”, “área de entorno” e “área diretamente atingida” para realizar o resgate, conforme prevê o termo de referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Em relação a este último recorte, os autores afirmam que:

A construção de obras visando a aproveitamentos hidrelétricos sempre implica um deslocamento de pessoas residentes da Área Diretamente Atingida (ADA) e no alagamento de bens edificados, sendo de impacto significativo para a memória coletiva de uma região, ocasionando uma inevitável perda das referências locais, principalmente por aqueles moradores diretamente atingidos. (SANTOS; ALVES, 2005, p.8)

Para além da perda dos bens edificados, os bens simbólicos, que podem ou não ser edificados, também são perdidos e não mais reproduzidos pelos atingidos. Não somente a denominada ADA sofre com esse problema, mas todos os demais atingidos que estão na área de influência ou entorno do empreendimento.

Muitas vezes, o próprio rio é a referência local, culminando em uma descaracterização e perda da referência identitária-territorial. O rio em si torna-se a referência, e a vinda do

¹⁶ As UHE's Amador Aguiar I e II, no momento de implantação e início de operação, eram chamadas de Capim Branco I e II. Posteriormente, foram rebatizadas com os nomes atuais. Portanto, alguns registros utilizam estes dois nomes para referenciar o Complexo Energético Amador Aguiar, anteriormente conhecido como Complexo Energético Capim Branco.

empreendimento hidrelétrico, transformando-o em lago, desfaz uma construção natural-cultural na relação indivíduo-sociedade-natureza. Esta é uma das características da territorialização de empreendimentos hidrelétricos.

A mitigação, por meio do registro ou de outras formas de atenuação das perdas, como os reassentamentos, não impede o sentimento de vazio e usurpação na vida dos deslocados. No entanto, reconhecemos que registros deste tipo devem sempre existir independentemente de sua finalidade, tornando-se o elo que une gerações que viveram o território alagado e os indivíduos que não tiveram ou não terão mais a chance de conhecer e utilizar este mesmo território.

Nos registros levantados e publicados, estão as festas tradicionais dos moradores de fazendas e distritos da região, de cunho religioso, principalmente, com o envolvimento da culinária, da música e dos adornos (roupas, objetos, símbolos, etc.) culturais, como as festas de Santos Reis, dos Santos padroeiros e do Natal. Elas são divididas em vários dias, alternando momentos sagrados (de rituais religiosos) e profanos (festa com baile e comida). (ALVES et al.; 2005).

Há também o levantamento de edificações antigas e que estão localizadas na área de influência, entorno ou diretamente atingida. São construções cujas histórias são contadas por meio de moradores. A edificação que nos chama mais a atenção e representa uma perda simbólica imensurável e irreparável é a Ponte do Pau Furado, que ligava os dois lados do rio Araguari.

Oficialmente construída como Ponte Cesário Alvim, a Ponte do Pau Furado é objeto de muitas histórias e lendas. Construída na década de 1920, ela fora erguida próxima ao Porto Pau Furado, daí a popularização de seu codinome pelos moradores. Durante muitos anos, até a construção da BR-050, a ponte foi a ligação entre Uberlândia e Araguari. Em março de 2005,

a ponte teve sua estrutura desmontada devido às obras da UHE Amador Aguiar I (ALVES et al.; 2005).

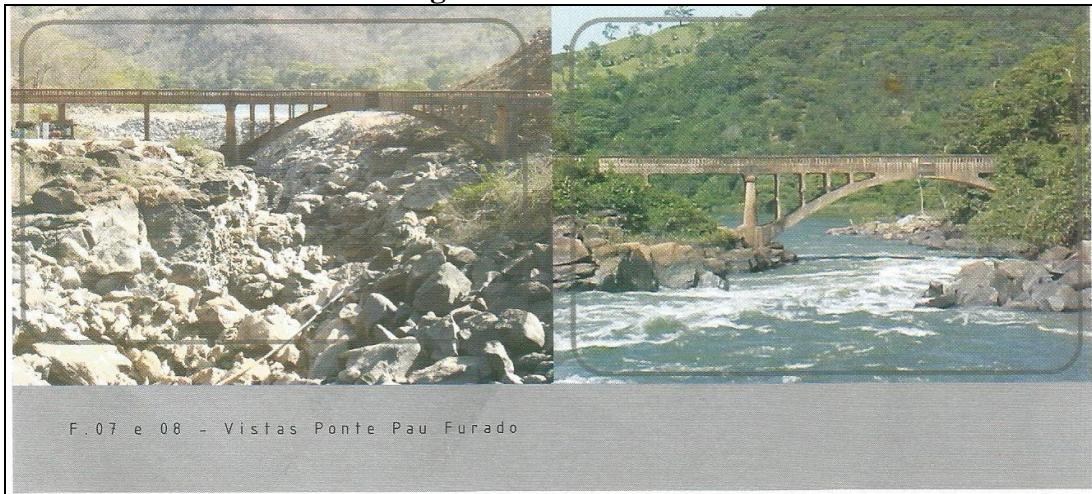
Em documento da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), encontrado e disponibilizado na rede mundial de computadores por meio de seu endereço eletrônico, denominado de “Inventário de Proteção do Acervo Cultural” sobre estruturas arquitetônicas e urbanísticas, pudemos extrair a seguinte informação:

Há um projeto de construção da Usina Hidrelétrica Capim Branco I que visa ser implementada no Rio Araguari, em terras dos municípios de Araguari, Indianópolis, e Uberlândia. De acordo com o projeto, o eixo da barragem coincide exatamente com a localização da Ponte do Pau Furado, que por sua vez será demolida para a execução da obra. Até o instante momento, tal projeto encontra-se em processo de licenciamento ambiental junto ao COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental, por intermédio da Câmara de Infra-estrutura, da FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2003, p.3).

Até o momento do inventário realizado pelo poder público municipal, a proposta era que o local se tornasse patrimônio cultural do município de Uberlândia de forma integral. O objetivo, segundo o documento, seria a conservação, revitalização e manutenção do empreendimento quase centenário. Conforme consta no documento citado acima, a construção da barragem de Amador Aguiar I consolidou o “afogamento” da edificação histórica e importante para a compreensão da história e da geografia regional.

Os moradores da região que não tiveram a oportunidade de conhecer esta obra arquitetônica histórica, hoje apenas podem contemplá-la por fotografias, “causos” relatados por contadores de histórias, registros históricos ou relatos de pesquisas. Além da história e da beleza arquitetônica da ponte do Pau Furado, a importância dela na ligação entre dois lugares e na produção do espaço geográfico regional sequer pode ser mensurada e analisada em poucas linhas. A figura 2 mostra duas fotos distintas sobre o mesmo objeto:

Figura 2 – Ponte do Pau Furado



Fonte: Alves et al., 2005, p. 28.

Digitalização da figura: Autor, 2013.

A foto do lado esquerdo representa o momento em que as águas do rio Araguari tiveram seu curso interrompido para a desmontagem da estrutura da ponte. Do lado direito, a incorporação da ponte ao ambiente natural do rio, tornando-se parte da composição da paisagem.

Estes aspectos abordados, enfatizado pelo objeto da ponte do Pau Furado, mostrou que natureza e cultura não podem ser tão facilmente dissociadas. Utilizamos da natureza para construir nossos objetos e edificações, para a produção rural dos nossos alimentos, para conhecer os ritmos e ciclos naturais que nos ensinam os momentos de plantar, de colher, de festejar e de agradecer os santos, os deuses e outras entidades religiosas.

Esta natureza, na área que abrange o trecho do rio Araguari, pode ser classificada dentro dos seguintes padrões físicos:

Os rios e córregos da região apresentam várias cachoeiras e corredeiras. Próxima do Vale do Araguari a paisagem possui um relevo fortemente ondulado, com altitude de 800 a 1.000 m e declividades suaves, em torno de 30%. Os solos são muito férteis, do tipo latossolo vermelho e vermelho-escuro. Em todas as suas porções, verifica-se que a vegetação predominante é o cerrado e nas vertentes mais abruptas observa-se a presença de mata mesofíltica. Além do abastecimento de água para alguns municípios, o Rio Araguari apresenta um potencial energético que já está sendo explorado, com as Usinas Hidroelétricas de Nova Ponte e Miranda. Está prevista também a construção das Usinas de Capim Branco I e II. [...] As condições climáticas na Bacia do Rio Araguari são caracterizadas com nitidez por duas estações bem definidas, sendo uma seca compreendendo os meses de abril a setembro, e outra úmida, entre os meses de outubro e março. (BACCARO et al., 2004, p.4)

Mais uma vez, reforçam-se as características que o rio Araguari possui e sua potencial capacidade em receber empreendimentos hidrelétricos. Cachoeiras e corredeiras, marcas do rio Araguari no passado, atualmente são raramente encontradas em pequenos trechos remanescentes de rio.

O relevo fortemente ondulado, observado anteriormente à instalação dos empreendimentos hidrelétricos do Complexo Energético Amador Aguiar, já não se apresenta tão ondulado, pois a elevação do nível das águas subtrai esta característica da paisagem do vale do rio Araguari. A dinâmica climática permanece inalterada, com duas estações bem definidas ao longo do ano, conforme destacou Baccaro e outros (2004). Esta é uma característica ímpar do clima tropical presente na região da bacia hidrográfica do rio Araguari. No entanto, é fato comum moradores dos municípios da região considerarem um aumento nas temperaturas em virtude da quantidade de represas implantadas.

3.2 O Consórcio Capim Branco Energia (CCBE): o agente des-territorializador

O Complexo Energético Amador Aguiar é um empreendimento cuja finalidade é a geração de energia elétrica a partir de fontes hidráulicas. Entretanto, a finalidade para além da geração de energia é a produção voltada para os interesses do próprio consórcio, não necessariamente da população que vive na área de influência do empreendimento. Muito menos, os interessados ou beneficiários são o restante da população brasileira.

Neste contexto, é preciso compreender quem são os integrantes do consórcio, como ele foi formado e qual é a destinação da energia gerada pelo complexo energético. Para tanto, lançamos mão de dados coletados diretamente do sítio eletrônico do Consórcio Capim Branco Energia (CCBE)¹⁷, dos documentos relativos ao empreendimento publicados pela República Federativa do Brasil, ANEEL e do Banco de Informação de Geração (BIG), anteriormente apresentado nesta dissertação.

O Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), empresa que implantou e opera as duas UHE's de Amador Aguiar, obteve a concessão de exploração de potenciais hidráulicos na bacia hidrográfica do rio Araguari em 2001, por meio de decreto sancionado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Consideramo-los, deste modo, o agente desterritorializador dos indivíduos que viviam nas áreas atualmente utilizadas pelo empreendimento.

Este decreto, denominado de Decreto de 1º de Agosto de 2001, outorgou concessão para que as empresas Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), CEMIG Capim Branco Energia S.A., Comercial Agrícola Paineiras Ltda., Companhia Mineira de Metais e Camargo Corrêa Cimentos S.A. explorassem o trecho compreendido entre os municípios de Uberlândia e Araguari por 35 anos, contado da assinatura do “Contrato de Concessão do Uso de Bem Público” (BRASIL, 2001).

¹⁷ Não há data nem autoria pessoal nos textos divulgados no endereço eletrônico do consórcio. Deste modo, utilizaremos as informações coletadas na página do consórcio de forma indireta e sem data, citando apenas o consórcio de forma institucional.

De acordo com o parágrafo único do referido decreto, a energia gerada pelo complexo, até então batizado de Complexo Energético Capim Branco, apresenta duas finalidades:

- Uso exclusivo, podendo comercializar a energia excedente, eventual e temporariamente;
- Produtor independente.

Na primeira categoria, de produção de energia elétrica para uso exclusivo estão a CVRD, Companhia Mineira de Metais e Camargo Corrêa Cimentos S.A. Na segunda categoria, de produtor independente, está a empresa Comercial Agrícola Paineiras Ltda. A CEMIG Capim Branco Energia S.A., participa como produtor independente e comerciante da produção gerada e excedida do primeiro grupo de empresas, além de ter participação na produção de energia elétrica gerada.

Questionando esta forma de organização da implantação de hidrelétricas no Brasil por meio da indústria brasileira, Bermann (2007) discute a controvérsia dos empreendimentos hidrelétricos voltados para a produção independente ou autoprodução. Segundo o autor,

Há que questionar a legitimidade da expropriação para fins de atividades consideradas privadas, seja na condição de produtor independente seja para fins de consumo exclusivo. A argumentação utilizada para justificar tal providência se refere ao entendimento de que a implantação de unidades geradoras de energia elétrica, qualquer que seja o regime de exploração, redonda na ampliação da capacidade de atendimento à demanda nacional, atendendo, portanto, ao interesse público envolvido. No caso específico da autoprodução, as novas unidades geradoras representariam a disponibilização de quantidades de energia que seriam necessariamente destinadas ao atendimento das necessidades desses segmentos industriais interessados. Ainda, o interesse público seria também observado pelo incremento de receitas públicas, geração de empregos e melhoria de condições de vida da população. Os empreendimentos no regime de autoprodução [...], entretanto, revelam tratar-se de empreendimentos que apenas asseguram a ampliação da capacidade de produção de cada uma das empresas eletrointensivas envolvidas. Dessa forma, não existe a decantada folga para o sistema público. Pelo contrário, as usinas hidrelétricas licitadas para o regime de autoprodução na verdade subtraem do sistema público a desejável ampliação da oferta (BERMANN, 2007, p.148)

Existe uma lógica sólida no pensamento do autor, contrariando a argumentação exposta. Ao aumentar a oferta para exploração privada, com indústrias coligando-se em consórcios e privatizando os rios brasileiros, estas mesmas diminuem as áreas com potencial hidráulico, expropriando terras e água. Esta expropriação resulta no caráter des-territorializador que empreendimentos hidrelétricos promovem aos grupos sociais que estão no caminho dos rios que recebem o empreendimento.

Retomando a análise do consórcio, o contrato de concessão nº 090/2001 emitido pela ANEEL, celebrou o “negócio” entre o Consórcio Capim Branco Energia e a União. Este contrato autorizava o consórcio para o “uso de bem público para geração de energia elétrica”. Nele, foram definidos os usos que cada empreendedor aplicaria na energia gerada até o ano de 2036.

As empresas que citamos, de acordo com o decreto, como produtores para “uso exclusivo”, foram alocadas na condição de “autoprodutores”. Na essência, não houve diferenciação da finalidade do uso da energia elétrica produzida, apenas de nomenclatura para composição do contrato firmado entre o consórcio e a ANEEL.

No princípio, as empresas apresentaram a seguinte participação de quotas no consórcio:

Tabela 4 – Participação de cada empresa no CCBE na celebração do contrato com a ANEEL

Empresa	Quota (%)
CEMIG Capim Branco	20
Paineiras	17
CVRD - Vale	46
CMM	12
Camargo	5

Fonte: Contrato de Concessão nº090/2001 – ANEEL – AHE Capim Branco I e II

Adaptação: Autor, 2003.

Com esta divisão, a Vale tornou-se a líder na participação do consórcio, conforme aponta o contrato. Esta liderança a colocou como concessionária responsável perante a ANEEL.

Em junho de 2002, ainda na fase de estudos e licenciamento do complexo energético, a empresa Camargo Corrêa Cimentos S.A. transferiu suas cotas proporcionalmente para as empresas do CCBE, autorizada pela ANEEL por meio da Resolução nº 678, de 10 de dezembro de 2002. Diante da saída de uma das concessionárias, o CCBE apresentou uma nova configuração de quotas, a saber:

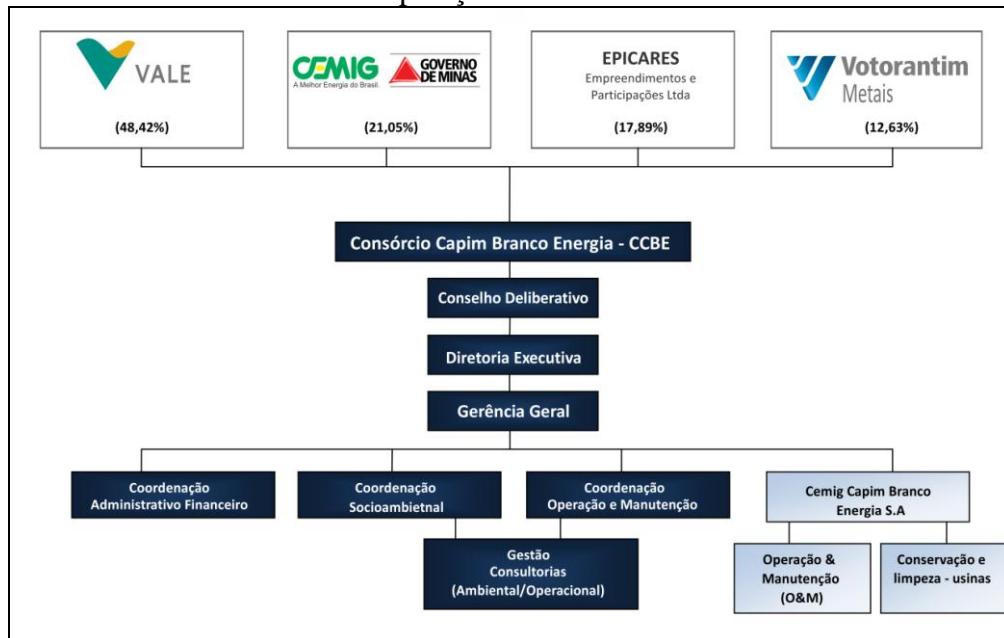
Art. 2º Transferir a quota de participação da empresa Camargo Corrêa Cimentos S.A. na concessão compartilhada, para as demais consorciadas, na proporção de suas respectivas participações, cujas quotas passam a ser as seguintes:

Companhia Vale do Rio Doce - 48,4211 %
CEMIG Capim Branco Energia S.A. - 21,0526 %
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. - 17,8947 %
Companhia Mineira de Metais - 12,6316 %

Parágrafo único. As parcelas transferidas para as empresas CEMIG Capim Branco Energia S.A. e Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. terão o regime de exploração alterado de autoprodução para produção independente de energia elétrica. (ANEEL, 2002).

Além da recomposição das quotas, a Resolução autorizou que CEMIG e Paineiras alterassem o regime de exploração de suas novas quotas. Este mecanismo ocorreu para manter o regime de exploração inicial das duas empresas. A participação de cada empresa, conforme consta na Resolução da ANEEL, pode ser conferida no próprio sítio eletrônico do consórcio, que disponibiliza a estrutura administrativa do CCBE. A figura 3 ilustra esta estrutura:

Figura 3 – Estrutura administrativa do CCBE e a participação de cada empresa na composição do consórcio.



Fonte: CCBE – Disponível em: <<http://www.ccbe.com.br/institucional/administracao-consorciadas/>>. Acesso em 15 ago. 2013.

Em 2007, um novo aditivo do contrato celebrado entre ANEEL e concessionárias foi realizado para transferir as quotas da Companhia Mineira de Metais para a Votorantim Metais Zinco S.A. em virtude da incorporação destas empresas. Por este motivo, a figura 3 apresenta a Votorantim Metais como detentora de 12,63% das quotas do consórcio.

Outra informação apresentada na figura 3 e que não constava anteriormente é a participação da concessionária Epícares Empreendimentos e Participações Ltda. com 17,89% das quotas. É a mesma quantidade que pertencia à Comercial Agrícola Paineiras Ltda. Esta mudança de pertencimento de quotas do CCBE ocorreu em fevereiro de 2013, quando a ANEEL divulgou a Resolução Autorizativa nº 3.901, de 1º de Fevereiro de 2013, com o seguinte texto: “Transfere, da empresa Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. para a empresa Epícares Empreendimentos e Participações Ltda., a participação na concessão para explorar as Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e Amador Aguiar II.” (ANEEL, 2013).

A configuração da estrutura administrativa do CCBE permaneceu conforme mostra a Figura 3 até maio de 2013, quando a Epícares Empreendimentos e Participações Ltda, cuja

Suzano Papel e Celulose S.A. é proprietária majoritária, vendeu suas quotas para a Vale e a CEMIG. Embora a Resolução Autorizativa nº 3.091 da ANEEL, que consolidou a transferência de quotas entre as concessionárias, tenha ocorrido em maio, a imprensa local já noticiava em março de 2013 a venda da participação da Suzano (Epícares) para a CEMIG e Vale, conforme mostra a figura 4, por valores vultuosos.

Figura 4 – Notícia da venda da participação da Suzano Papel e Celulose S.A. no CCBE.



Fonte: Jornal “Correio de Uberlândia” – 15 de março de 2013.

Arquivo: Autor, 2013.

De acordo com a notícia veiculada no jornal, os 12% pertencente à Suzano (Epícares) foram adquiridos pela CEMIG e pela Vale por R\$223 milhões de reais, reconfigurando, novamente, a participação de cada empresa na composição do CCBE. A título de verificação

do valor atribuído aos 12% da Suzano, podemos pensar no valor total de mercado do empreendimento, na ordem de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão de reais¹⁸, demonstrando na prática o que Martins (1993) chamou, em nosso 1º capítulo, de “projetos econômicos de envergadura”.

A Vale adquiriu 69,7% da participação da Suzano e a Cemig os demais 30,3%, alterando as quotas de participação destes dois empreendedores no CCBE. Desde maio de 2013, a participação na composição do consórcio tornou a Vale como detentora de cerca de 60% do CCBE, absoluta na liderança dos empreendimentos hidrelétricos.

Esta territorialização, física e econômica, principalmente, do consórcio sobre este recorte espacial da Bacia Hidrográfica é resultado de um meio pelo qual indústrias, mineradoras e empreiteiras nacionais e multinacionais conseguiram converter o território público e de uso comum, como o rio, em território privado sob o aval do poder público.

A UHE Serra do Facão, em Goiás, que também possui em sua composição uma diversidade de empresas formando um consórcio, é um exemplo semelhante ao estudados por nós. Na perspectiva geográfica, há estudos sobre o processo de territorialização da usina hidrelétrica em pesquisa divulgada por Nascimento e Mendonça (2012).

3.3 O Complexo Energético Amador Aguiar: implantação e características

O Complexo Energético Amador Aguiar, composto pelas duas usinas, apresenta diferenças em relação às usinas hidrelétricas de Miranda e Nova Ponte no que tange às suas

¹⁸ Utilizamos regra de 3 simples da matemática para se chegar a este valor. Obviamente, este valor pode ser maior ou menor, de acordo com o momento do mercado econômico/financeiro tanto das empresas quanto do país e da demanda/oferta de energia elétrica.

características estruturais e técnicas. Diante disso, lançamos mão de uma apresentação dos dados técnicos que compõem cada UHE para que seja possível algumas análises e compreensões.

Antes disso, é necessário abordar alguns aspectos em relação a sua inauguração para contextualizar o empreendimento no tempo. Em estudos anteriores (SILVA, 2011), apresentamos o seguinte texto referente à implantação do Complexo Energético Amador Aguiar:

A princípio, apenas uma usina hidrelétrica seria construída na área que hoje compreende o complexo. Entretanto, o estudo de viabilidade técnica e econômica, posteriormente, decidiu que os impactos seriam menores com a construção de duas usinas, sem perder a capacidade de produção de energia. No segundo semestre de 2003, o complexo energético efetivamente começou a ser construído e entrou em operação parcialmente no dia 21 de fevereiro de 2006, com a primeira unidade geradora em funcionamento do AHE Amador Aguiar I. O primeiro empreendimento do complexo entrou completamente em operação no dia 16 de maio de 2006, quando sua terceira e última unidade geradora entrou em funcionamento. Em 9 de março de 2007, a primeira unidade geradora do AHE Amador Aguiar II entrou em funcionamento, e sua última unidade geradora em 4 de julho do mesmo ano. Desse modo, da primeira unidade geradora da primeira usina até a última unidade da segunda, foram gastos quase 1 ano e meio com as obras, demonstrando a complexidade de tais empreendimentos. (...) O Complexo Energético Amador Aguiar foi oficialmente inaugurado em 5 de dezembro de 2006, com a presença de vários políticos das esferas municipal e estadual, empresários e pessoas da comunidade que, de alguma forma, tiveram relações com a construção do complexo. Nota-se, por meio dos informativos do consórcio, que os “atores hegemônicos” da sociedade, tanto do cenário político como financeiro, fizeram questão de se apresentar como os responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região, por meio de seus discursos. (SILVA, 2011, p. 38-39)

O excerto acima nos apresenta o histórico de “inaugurações” do empreendimento, visto que ao longo de quase 1 ano e meio o complexo energético foi sendo colocado em operação aos poucos, com a ativação de suas unidades geradoras. A foto 1 mostra o momento de inauguração da UHE Amador Aguiar I e a foto 2 a inauguração da UHE Amador Aguiar II:

Foto 1 – Inauguração da UHE Amador Aguiar I.



Fonte: CCBE¹⁹ – Galeria de Fotos.

Foto 2 – Inauguração da UHE Amador Aguiar II.



Fonte: CCBE – Galeria de Fotos.

Nas duas inaugurações nota-se a presença política das esferas estadual e federal da época. Nestes momentos, aqui e em outros contextos, os agentes políticos aparecem para

¹⁹ As fotos cuja fonte esteja apenas a sigla do Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), foram coletadas diretamente do arquivo disponível no sítio eletrônico do consórcio, portanto, de domínio público e acessado pela rede mundial de computadores.

referendar as ações cujos discursos estão sempre atrelados ao desenvolvimento econômico e criação de infraestrutura.

A UHE Amador Aguiar I (foto 3) localiza-se no trecho do rio Araguari que compreende Uberlândia, Araguari e uma pequena área municipal de Indianópolis. A obra está à montante das UHE's de Miranda e Nova Ponte, além da PCH Pai Joaquim. O quadro 3 apresenta sinteticamente a ficha técnica de Amador Aguiar I.

Quadro 3 – Ficha Técnica da Usina Hidrelétrica de Amador Aguiar I.

UHE Amador Aguiar I	
Coordenadas Geográficas	18° 47' 25"S e 48° 08' 50"W
Potência Instalada	240 MW
Unidades Geradoras (Quantidade)	3
Área Inundada	18,66 km ²
Profundidade Média do Reservatório	25 metros
Profundidade Máxima	42 metros

Fonte: CCBE.

Adaptação: Autor, 2013.

Foto 3 – Vista aérea da UHE Amador Aguiar I.



Fonte: CCBE – Galeria de Fotos.

A UHE Amador Aguiar II (foto 4) localiza-se no trecho do rio Araguari que compreende Uberlândia e Araguari, à montante da UHE de Itumbiara e à jusante da UHE de Amador Aguiar I. No quadro 4, apresentamos também uma ficha técnica de Amador Aguiar II.

Quadro 4 – Ficha Técnica da Usina Hidrelétrica de Amador Aguiar II.

UHE Amador Aguiar II	
Coordenadas Geográficas	18° 39' 35"S e 48° 26' 07" W
Potência Instalada	210 MW
Unidades Geradoras (Quantidade)	3
Área Inundada	45,11 km ²
Profundidade Média do Reservatório	25 metros
Profundidade Máxima	55 metros

Fonte: CCBE.

Adaptação: Autor, 2013.

Foto 4 – Vista aérea da UHE Amador Aguiar II.



Fonte: CCBE – Galeria de Fotos.

A partir da leitura dos dados apresentados nos quadros 3 e 4, um ponto interessante a ser abordado é a área inundada das duas usinas do complexo energético. Embora a geração de energia da UHE Amador Aguiar II seja 30 MW menor em relação à UHE Amador Aguiar I,

sua área inundada apresenta-se 2,5 vezes maior. Isso significa que Amador Aguiar II possui menor potencial gerador de energia e alagou uma área significativamente maior que Amador Aguiar I.

Este exercício de reflexão suscita um debate sobre a necessidade de implantação de duas usinas ao invés de um único empreendimento, provavelmente de maior porte. Quais foram os relatórios e estudos técnicos que levantaram a necessidade de fragmentar o empreendimento hidrelétrico em duas partes? Esta decisão é técnica, política ou financeira? Voltamos, novamente, à contribuição de Ribeiro (2008) e que nos ajudam a responder, ao menos, o nosso segundo questionamento, sobre a decisão:

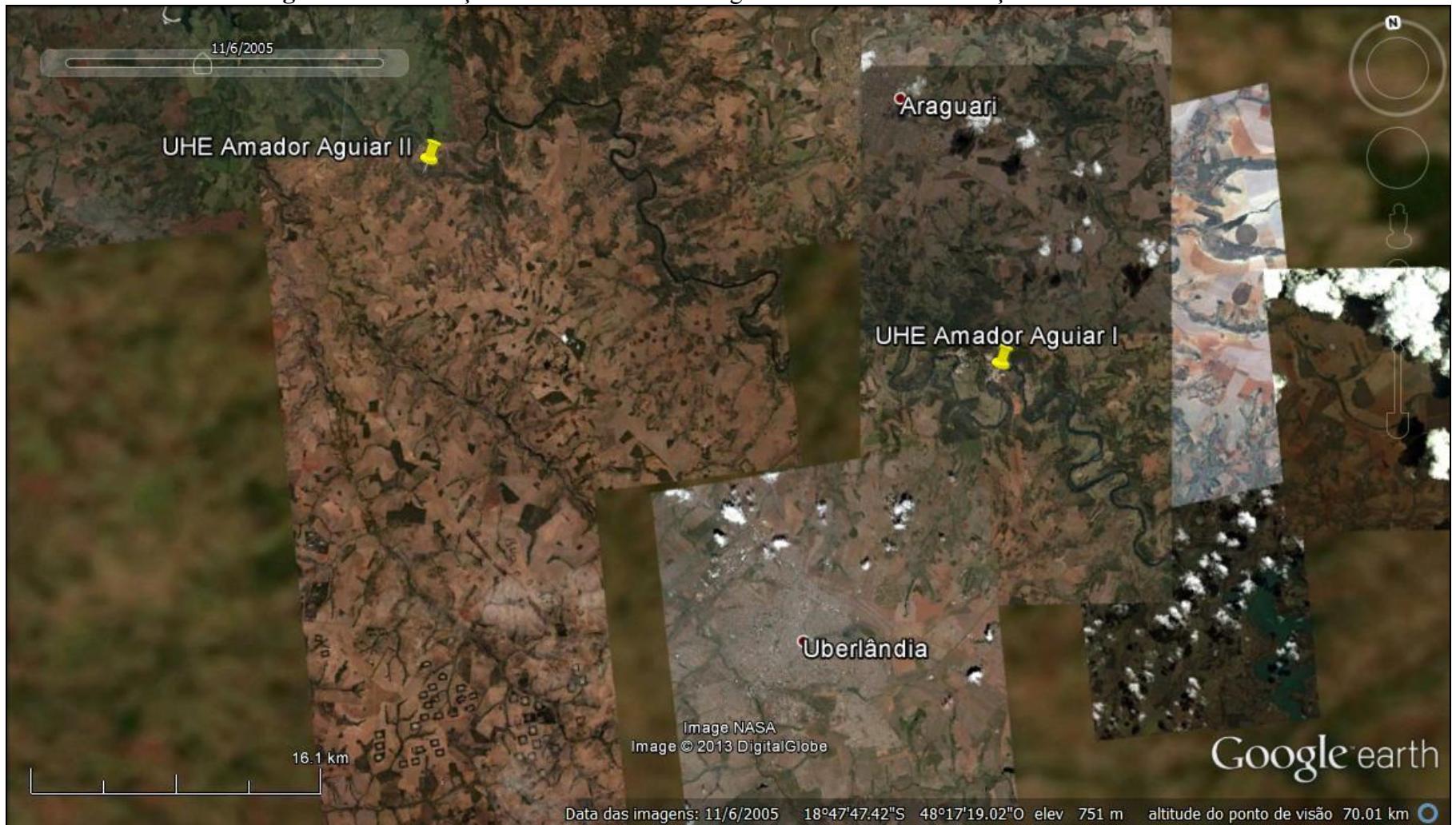
Esse documento, ao definir aquele trecho do rio Araguari como de importância biológica extrema, recomendava ações de manejo para conservação, tendo como principais justificativas a preservação de espécie de peixe ameaçada de extinção e de remanescente significativo do rio para migração de peixes. [...] argumentava-se, ainda, que significativo número de novos projetos hidrelétricos se encontrava já licenciado no Estado de Minas Gerais [...]. Todos esses argumentos, todavia, foram simplesmente ignorados, tendo o Consórcio empreendedor à época se limitado a afirmar, quando questionado, que as perdas apontadas eram “condição de projeto” decorrente da “decisão de aproveitamento hidrelétrico do recurso hídrico”. **Tratava-se, portanto, da clara imposição de uma decisão tomada antecipadamente, desconsiderando as atribuições do COPAM e a partir de uma visão parcial de uso prioritário do recurso hídrico para a produção de eletricidade.** (RIBEIRO, 2008, p. 182, grifo nosso).

Posto estas considerações, é possível afirmar que a decisão de implantar mais um empreendimento hidrelétrico no rio Araguari pode ter partido da esfera política e/ou econômica, mas não de uma decisão técnica. Cabe destacar, ainda, que uma área de potencial hidrelétrico não precisa necessariamente ser transformada em empreendimento hidrelétrico, principalmente quando o remanescente a ser explorado foi identificado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) do estado de Minas Gerais como uma área de preservação e conservação.

As imagens 1 e 2, coletadas por meio do aplicativo Google Earth (2013), apresentam as localizações dos empreendimentos hidrelétricos, das cidades de Uberlândia e Araguari,

além de demonstrar a transformação do rio Araguari em um grande lago com imagens de satélites de séries históricas, antes e após a construção do complexo energético.

Imagen 1 – Localização das UHE's Amador Aguiar I e II antes da formação dos reservatórios.



Fonte: Google Earth (2013).

Imagen 2 – Localização das UHE's Amador Aguiar I e II após a formação dos reservatórios.



Fonte: Google Earth (2013).

A comparação entre as duas imagens evidencia o alagamento e a descaracterização dos contornos do rio Araguari. As áreas inundadas, além de alagar terras férteis, deslocam populações e promove a desestruturação fundiária dos proprietários que possuem terras nas margens do rio. Nesta desestruturação fundiária, os atingidos que fazem parte desta pesquisa e que serão abordados no próximo capítulo, tornam-se também atingidos, uma vez que perdem seus trabalhos e seus elos com o rio que outrora existia.

3.4 Os efeitos socioespaciais do empreendimento hidrelétrico: movimentos sociais, a justiça e os atingidos

Nesta pesquisa, tentamos entrar em contato com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) via correspondência eletrônica, para esclarecer alguns questionamentos que surgiram ainda em pesquisas passadas²⁰ sobre a não atuação do movimento especificamente na bacia hidrográfica do rio Araguari. Não obtivemos nenhum retorno das tentativas realizadas. Entendemos que por trás de sua não atuação do lado mineiro da bacia hidrográfica do rio Paranaíba, é possível que haja um entrave de ordem política, econômica, social ou até mesmo de logística do grupo.

Um artigo publicado por Zhouri e Gomes (2007), esclareceu alguns de nossos questionamentos e descobrimos algumas nuances em relação à falta de movimentos sociais na contrapartida da implantação do Complexo Energético Amador Aguiar. Na verdade, o papel que caberia ao MAB, por ser o movimento ligado à defesa dos atingidos por barragens, foi

²⁰ Ver Silva (2011).

delegado, em parte, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bastante presente e atuante no Triângulo Mineiro.

Intitulado de “Da Invisibilidade à Mobilização Popular: atores e estratégias no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II”, Zhouri e Gomes (2007) discutem a forma como o consórcio atuou no sentido de tornar os atingidos “invisíveis” à luz do processo socioambiental deflagrado pela implantação do projeto. De forma geral, e que sintetiza a mobilização que fora realizada em torno da implantação do Complexo Energético Amador Aguiar, a mobilização que ocorreu se deu da seguinte forma:

A despeito da invisibilização exposta (pelo EIA/RIMA, pelos técnicos da FEAM, pela empresa, pelos conselheiros do COPAM e até mesmo pela literatura vigente), uma variada gama de atores se fez presente no licenciamento ambiental do Complexo Capim Branco, tais como: proprietários de terras, meeiros, posseiros, vaqueiros, sitiantes, técnicos e professores universitários, estudantes, donas de casa, advogados e o MST. Apesar de não terem se estabelecido como um movimento institucionalizado e coeso, os atores articularam suas estratégias em conquistas pontuais. As ações em rede não constituíram uma pauta comum e unificada de reivindicações, mas convergiram no sentido de explicitar que o conflito fosse tratado legitimamente pelos órgãos ambientais nas várias instâncias do licenciamento e após. (ZHOURI; GOMES, 2007, p.117)

As incongruências da implantação dos dois empreendimentos hidrelétricos, apesar de não ter unificado um movimento único de luta, possibilitaram uma Ação Popular²¹ a qual apresentava uma série de artifícios utilizados pelo CCBE para burlar a legislação ambiental vigente. Nesta Ação Popular, o Ministério Público Federal (MPF) de Uberlândia citou uma série de irregularidades que vinham sendo realizadas sob o aval da própria FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Em resumo, o MPF (2002) solicitou, na época, a suspensão dos efeitos da Licença de Instalação (LI) concedida pela FEAM e que o CCBE se renunciasse de praticar qualquer ato

²¹ Processo nº 2002.38.03004312-8. Autor: Ana Cláudia Peixoto de Melo e outros. Réu(s): ANEEL e outros.

em relação ao início das obras do complexo energético. Todavia, a morosidade da Justiça fez com que a implantação do empreendimento se concretizasse.

Entretanto, em março de 2013 o Ministério Público Federal divulgou uma notícia em seu sítio eletrônico informando que o Tribunal condenou o CCBE a implantar programas de recuperação ambiental, visto que todo o empreendimento já se encontrava instalado e operando. Esta condenação veio como “reforma de sentença” proferida em 2010, quando a Ação Popular foi julgada improcedente devido ao estágio de operação do Complexo Energético Amador Aguiar.

Neste sentido, vemos que organizações e movimentos sociais, quando coesos e unidos em seus propósitos, conseguem por meio das lutas e da Justiça uma voz aos mandos e desmandos dos agentes hegemônicos. Porém, a falta de uma unidade e a morosidade da Justiça em torno da implantação do Complexo Energético Amador Aguiar ocasionou na efetivação do empreendimento.

Como consequência da implantação do empreendimento, houve um movimento de des-re-territorialização de diversos atingidos. Dentre eles, os que eram proprietários de terra e os que eram trabalhadores rurais assalariados, sendo estes últimos, em sua maioria, com registro em carteira profissional. Abaixo, alguns dados (tabelas 5 e 6) sobre a quantidade de atingidos pelo empreendimento em estudo, demonstrando a quantidade de pessoas que foram atingidas com a implantação do empreendimento:

Tabela 5 – Atingidos pela UHE Amador Aguiar I.

Atingidos pela Usina Hidrelétrica Amador Aguiar I				
Propriedades Atingidas		Famílias Reassentadas (Não Proprietários – Trabalhadores Rurais)		
Parcialmente	Totalmente ou Inviabilizada	Assentamento Olhos D’Água	Assentamento Vida Nova	Relocação Urbana
62	27	7	8	15

Fonte: CCBE – Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA).

Organização: Autor, 2014.

Tabela 6 – Atingidos pela UHE Amador Aguiar II.

Atingidos pela Usina Hidrelétrica Amador Aguiar II				
Propriedades Atingidas		Famílias Reassentadas (Não Proprietários – Trabalhadores Rurais)		
Parcialmente	Totalmente ou Inviabilizada	Assentamento Olhos D'Água	Assentamento Vida Nova	Relocação Urbana
156	29	5	0	26

Fonte: CCBE – Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA).

Organização: Autor, 2014.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas 5 e 6, observamos na quantidade de propriedades atingidas pelo empreendimento. No total do complexo energético, entre propriedades atingidas parcialmente, totalmente ou inviabilizadas, foram 274 propriedades atingidas. Destas propriedades, aquelas consideradas inviabilizadas foram assim denominadas para a formação da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório.

Em relação a estes atingidos, os proprietários de terras, podemos afirmar que o empreendimento os causou um deslocamento físico e econômico, principalmente. Nas concepções de atingido abordadas por Vainer (2008), estes proprietários se encaixam na concepção territorial-patrimonialista. Desta forma, as negociações giram em torno do valor da terra perdida pelo alagamento e/ou desuso.

Por sua vez, os atingidos não proprietários de terra, principalmente os que foram relocados para os assentamentos Olhos D'Água e Vida Nova, somam 61 famílias, incluindo aqueles que optaram pela relocação urbana. Estes atingidos se enquadram na concepção denominada por Vainer (2008) de Hídrica. O deslocamento compulsório destas famílias abrange desde questões econômicas, cujos trabalhos foram cessados com a chegada do empreendimento, até culturais e simbólico-afetivas, com a perda do rio e a utilização deste em suas manifestações.

Todos os proprietários e não-proprietários atingidos pelo empreendimento possuem seus nomes divulgados pelo Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA), com exceção dos relocados para o espaço urbano. De acordo com o relatório, estes atingidos optaram pela relocação urbana, embora possuam suas raízes no meio rural, pela necessidade de tratamentos de saúde adequados e idade avançada para trabalhar. Entretanto, não apresenta seus nomes e para onde (cidade e bairro) foram relocados.

Capítulo 4 – A reterritorialização dos atingidos nos assentamentos Vida Nova e Olhos D’Água

4.1 A reterritorialização dos atingidos não-proprietários de terra

Os atingidos não-proprietários de terras, sujeitos desta pesquisa, ao serem desterritorializados de seus trabalhos, modos de vida e, consequentemente, de seus lugares, em virtude da concretização da obra e início do funcionamento dos aproveitamentos hidrelétricos, foram encaminhados para dois assentamentos rurais, localizados no município de Uberlândia (MG). Denominamos de reterritorialização este processo em que ao serem desterritorializados de seus territórios originários, os atingidos tiveram que buscar por outros territórios. Haesbaert (2011, p. 131) nos alerta que “toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização”, portanto, há um processo indissociável entre desterritorialização e reterritorialização.

Desta forma, a reterritorialização é o processo posterior à desterritorialização. No contexto desta pesquisa, podemos afirmar que a desterritorialização se iniciou logo após os primeiros indícios que os empreendimentos hidrelétricos se instalariam e, consequentemente, desapropriariam pessoas e propriedades das áreas onde hoje se encontram os aproveitamentos hidrelétricos, e não, necessariamente, no deslocamento em si. A possibilidade de perder seus territórios já cria um sentimento de desterritorialização nos indivíduos, visto suas preocupações em pensar o futuro já sabendo que aquele presente deixará de existir, de fato, em algum momento próximo.

De início eu tive uma preocupação, porque [...] ele falou que ia indenizar só as pessoas mais de idade, as pessoas acima de 50 anos, aí as pessoas que era mais jovem eles não ia indenizar. Aí eu fiquei um pouco preocupado porque eu ia perder o emprego, o meu ex patrão tem outras fazendas, outras sedes, mas nas outras fazendas ele já tem também os outros empregados. Ele não ia tirar um empregado de lá pra por eu lá no lugar do outro. Eu temi perder meu emprego e ficar meio complicado pra mim. Eu fiquei quieto, esperei, depois já mudaram a conversa que ia indenizar todo mundo, falou que ia comprar uma casa na cidade, aí depois deram a opção pra gente escolher. [...] Eles que deram a opção pra gente. (ENTREVISTADO²², 2013)

Este primeiro fragmento da pesquisa de campo realizada com um dos assentados demonstra esta discussão da desterritorialização chegar antes mesmo do deslocamento físico do indivíduo. O sentimento de desterritorialização é formado a partir do momento em que se sabe que não haverá mais aquele espaço presente. A preocupação expressa pelo assentado nada mais é do que a desterritorialização daquele estilo de vida, do seu trabalho, do meio em que vive. A falta de um posicionamento favorável à situação vivida pelo assentado em questão torna o momento da chegada do empreendimento, com as primeiras conversas de implantação, até a decisão de incluí-lo como indenizado (atingido), um período de indefinição quanto ao seu futuro território, local onde o indivíduo já começa a planejar sua reterritorialização, suas novas formas de vida e atividades.

A indenização, contudo, não representa uma resolução completa dos problemas encontrados pelos atingidos. Foschiera (2010) faz esta ressalva em seus estudos, ao tratar da implantação da UHE de Barra Grande:

Ao mesmo tempo em que o processo de indenização significava um alívio para muitas famílias, que viam garantidos seus direitos, para outros significava um processo de exclusão, ou por não serem inseridos entre os indenizados, ou por entenderem que a indenização não representava o valor merecido, ou, ainda, por não se adaptarem [sic] ao novo local para onde haviam se transferido. (FOSCHIERA, 2010, p. 48)

²² Utilizaremos a denominação “entrevistado” para referirmos aos assentados entrevistados e citados nesta pesquisa. Independente do gênero da pessoa, vamos manter a denominação no masculino. Este procedimento foi pensado para resguardar as identidades dos assentados de ambos locais pesquisados, omitindo, também, suas idades.

Este processo de exclusão soma-se ao fato de que os atingidos poderiam ter conquistado um ganho maior com a indenização, visto que a situação em que se encontrava era única e alteraria drasticamente seus modos de vida. No relato abaixo, compreendemos que a indenização, em um primeiro momento, parece ter sido percebida de bom grado ou até mesmo um favor que o consórcio oferece aos atingidos. Entretanto, com a experiência, a sabedoria e a convivência com pesquisas deste cunho, observamos que os atingidos tomam consciência de sua situação e atentam para uma realidade desconhecida, de possibilidades.

Na época, eles passaram em valores aqui pra nós, eles diziam assim: 70 mil (reais), sendo 30 da construção da casa e 40 do valor do lote né, na época. [...] o que nós tivemos de benefício foi o que foi oferecido, na época, hoje, até a gente tem uma associação, a gente fala, que talvez poderia ter tirado até mais aproveitamento, mas como a gente não tinha aquela sabedoria né?! Eu acho assim, que na época, por a gente está assim meio desiludido, saindo, acho que tudo que vinha era bem-vindo né?! Você entendeu? O que tava vindo pra gente já tava de bom tamanho. (ENTREVISTADO, 2013).

Utilizando-se da fragilidade e do medo dos atingidos em perder tudo, o consórcio estipula um valor de indenização, partindo sempre do menor valor, esperando que as populações atingidas se organizem e conquistem um pouco mais daquilo que é oferecido. Nos assentamentos Olhos D'Água e Vida Nova, entretanto, esta situação não ocorreu, embora o relato acima reconheça que o embate por melhores indenizações poderia ter ocorrido caso tivessem sabedoria e experiência sobre o assunto.

Germani (2003) expressa sua preocupação quanto ao fato de que populações atingidas de todo o Brasil pudessem se atentar para esta questão quando relata a luta dos camponeses da região de Itaipu por melhores avaliações do valor de suas terras, além de melhores condições de reassentamento. Se na época das negociações para a implantação do Complexo Energético Amador Aguiar pesquisas semelhantes a de Germani (2003) tivessem ocorrido na região, talvez a situação dos assentados pudesse ser melhor em termos de indenização.

Há relatos que um “ilhado”, expressão local para designar populações que moravam nas pequenas ilhas que se formavam ao longo do leito do rio Araguari, conseguiu indenizações melhores que os demais atingidos não-proprietários de terra.

Teve um assentado aqui, que tinha apelido de Galego, ele era ilhado. Eu ouvi falar que o Galego foi o que tirou mais aproveitamento do consórcio. Ele era muito esperto, homem vivido, do trecho né?! Hoje ele já é morto, mas na época ele saiu muito bem. Ele comprou uma fazenda muito boa pro lado de Brasília. Ele quis tudo indenização, tudo em dinheiro. E ele comprou com as próprias mãos, construiu. Assim a gente ouviu falar por terceiro, ele não contou nada pra gente, mas ouvi falar que ele saiu muito bem. (ENTREVISTADO, 2013, grifo nosso).

Este atingido, o Galego, ilhado do rio Araguari, reconhecido como um homem do “trecho”, talvez tenha sido beneficiado pela sua condição de “homem vivido”. Pertencer ao “trecho” significava que era um homem acostumado com a mobilidade, a vida itinerante que algumas pessoas levavam pelo Brasil devido aos grandes projetos, como as hidrelétricas, conforme nos apresenta Guedes (2012):

A partir de 1980, um termo curioso – o “trecho” – começa a aparecer numa série de trabalhos acadêmicos voltados para o estudo de trabalhadores “móveis” ou “itinerantes”, em geral no centro-norte do país e no contexto da discussão do que seus autores vão chamar frequentemente de “grandes projetos”: empreendimentos agropecuários, mineradoras, siderúrgicas, usinas hidrelétricas, obras de infraestrutura. [...] este termo aparece vinculado a um personagem peculiar: o “peão do trecho”. (GUEDES, 2012, p. 139)

Pertencer ao trecho, talvez, tenha sido uma virtude de Galego, pois o termo discutido por Guedes (2012) muitas vezes visto como depreciativo, de pouco reconhecimento, o tenha sido determinante para conseguir uma melhor indenização, que satisfizesse seus desejos e anseios, diferente de seus vizinhos de rio, que aguardavam ansiosos por uma definição.

A inquietude dos indivíduos atingidos pelo empreendimento, quanto à decisão e espera por uma resposta ou definição de seus destinos, constitui um agravo psicológico muito maior

que até mesmo suas atividades econômicas e culturais, conforme podemos perceber por alguns relatos de diferentes assentados:

Foi um longo prazo, sabe?! Muita ansiedade, muita preocupação. (ENTREVISTADO, 2013).

Nós participamos (de uma reunião) e veio uma equipe né?! Entre psicóloga... eles eram três. [...] Foi fazer uma pesquisa, uma preparação com nós, pra gente não ficar muito abalado. Porque a gente achava assim, sair dali era quase uma morte né?! Porque pra onde a gente ia mesmo né?! (ENTREVISTADO, 2013).

Não foi nós que escolheu, de todo jeito não ia fazer a usina? Com a gente lá ou não ia fazer a usina. Tenho certeza. [...] Começar tudo de novo, pra uma pessoa já de idade, com doença. Imagina a cabeça da pessoa. Porque não é só questão financeira que eles mexeram, mexeu com o psicológico de todo mundo. (ENTREVISTADO, 2013).

A ansiedade, a preocupação, o recurso ao profissional psicólogo, são indícios de que a chegada de um empreendimento desterritorializador causa danos psicológicos aos indivíduos atingidos. A última fala do assentado, em que sinaliza que não é só a questão financeira, mas a própria condição psicológica de todos os envolvidos, demonstra um sentimento que é individual, mas ao mesmo tempo, compartilhado por todos. A perda do território, portanto, é física, de base material (o trabalho produzido, as benfeitorias realizadas nos lugares de moradia, etc.), mas, sobretudo, simbólico e psicológico.

No trecho abaixo evidencia-se que existiu, ainda, a possibilidade de não ser considerado atingido um dos proprietários de um lote no assentamento Vida Nova:

Primeiro eles falava que não ia me dar nada né?! Falava que “não, você não foi desapropriado, você não vai ter nada não”. [...] Aí começou uma confusãozinha. Eles (o consórcio) não queria me trazer pra cá, não queria me dar (um lote). Dando pra todo mundo um pedacinho. (ENTREVISTADO, 2013).

Mais uma vez, as concepções abordadas por Vainer (2008), hídrica e territorial-patrimonialista, são postas na discussão de quem é o atingido. No caso deste assentado, segundo suas informações, seu antigo patrão, que era advogado, entrou com uma medida

judicial para que ele fosse inserido na política de assistência social do consórcio, considerando, assim, um atingido pelo empreendimento. Se este indivíduo, a partir desta afirmação dada pelo consórcio, tivesse saído de seu trabalho e migrado para outras áreas rurais ou urbanas, a procura de um novo lugar e trabalho, provavelmente não estaria assentado e de posse de um lote.

Revendo as tabelas 5 e 6, do capítulo anterior, a maioria dos atingidos optou pela relocação urbana, migrando-se para os municípios de Uberlândia e Araguari. Todavia, algumas famílias optaram por continuar no meio rural, sendo relocados para algum dos assentamentos, priorizando suas localidades originais, embora nem todos conseguiram um lote na área de influência do empreendimento, como ocorreu com parte dos atingidos da UHE Amador Aguiar I. Destas famílias que optaram por permanecer na terra, foram destinadas pequenas glebas de terras distribuídas entre os dois assentamentos, conforme tabelas abaixo:

Tabela 7 – Estrutura Fundiária do Assentamento Olhos D’Água.

Estrutura Fundiária do Assentamento Olhos D’Água			
Lote	Área Útil (ha)	Área Total (ha)	Origem da Família Assentada
1	2,68	2,68	UHE Amador Aguiar I
2	2,766	2,8971	UHE Amador Aguiar II
3	2,53	2,53	UHE Amador Aguiar I
4	2,54	2,54	UHE Amador Aguiar I
5	2,54	2,54	UHE Amador Aguiar I
6	2,5491	2,5708	UHE Amador Aguiar II
7	2,5316	2,5628	UHE Amador Aguiar II
8	2,5586	2,5586	UHE Amador Aguiar II
9	2,75	2,75	UHE Amador Aguiar I
10	2,46	3,22	UHE Amador Aguiar I
11	2,5025	3,066	UHE Amador Aguiar II
12	2,54	2,91	UHE Amador Aguiar I

Fonte: CCBE – RADA.

Organização e adaptação: Autor, 2013.

Tabela 8 – Estrutura Fundiária do Assentamento Vida Nova.

Estrutura Fundiária do Assentamento Vida Nova			
Lote	Área Útil (ha)	Área Total (ha)	Origem da Família Assentada
1	3,5	5,65	UHE Amador Aguiar I
2	2,3	12,45	UHE Amador Aguiar I
3	3,22	5,14	UHE Amador Aguiar I
4	3,37	4,62	UHE Amador Aguiar I
5	2,14	3,95	UHE Amador Aguiar I
6	2,04	5,06	UHE Amador Aguiar I
7	2,04	5,21	UHE Amador Aguiar I
8	2,18	5,36	UHE Amador Aguiar I

Fonte: CCBE – RADA.

Organização e adaptação: Autor, 2013.

Nesta estrutura fundiária proposta pelo consórcio do Complexo Energético Amador Aguiar, podemos notar que as áreas dos lotes não são iguais, sendo que todos apresentam tamanhos reduzidos, principalmente de área útil. A área total do lote inclui, além da área útil, as Áreas de Preservação Permanente (APP), sendo, portanto, proibido seu uso para fins econômicos ou exploratórios.

Aprofundando sobre o tamanho dos lotes e a escolha da localidade (e não do assentamento), descobrimos apenas que houve um sorteio para distribuição dos lotes entre as famílias. Não havia, pelo menos nos documentos pesquisados e nas entrevistas realizadas, nenhum indício que nos remetesse a algo que influenciaria o tamanho do lote e da casa para a família. Nas entrevistas, muitos assentados afirmam que o tamanho do lote é pequeno e a promessa do consórcio era algo maior que os dados apresentados.

É pequeno. A terra é pequena. Precisava de mais espaço. Na época eles falavam parece que era três alqueire, e hoje ficou só com 27.500 metros quadrado só. O que é pequeno. Se for pra você trabalhar mesmo, direitinho, não dá não. [...] É muito pequeno. Quer ver, nem os sem terra, o sem terra a chácara dele é três alqueire. Bem maior. Aqui não dá nem um alqueire. (ENTREVISTADO, 2011).

Hoje só eu que trabalho né, meus meninos estuda. Aí eu tenho que trabalhar fora porque se eu for esperar daqui não tem jeito de eu comer, minha família. Tem que sair fora pra trabalhar. [...] trabalho pros outros fora. (ENTREVISTADO, 2011).

O tamanho da área útil do lote, portanto, desfavorece a produção agropecuária no lote, principalmente no assentamento Olhos D'Água. As potencialidades de trabalho idealizadas pelo consórcio, de tornar os assentados em pequenos produtores rurais, não se consolidaram e o lote tornou-se um lugar-moradia para a maioria das famílias do assentamento Olhos D'Água. A produção que existe é, em grande parte, para consumo próprio e até mesmo doação entre os assentados.

Diferentemente, o assentamento Vida Nova foi idealizado (pelos assentados) como área de potencial turístico, uma vez que possui a represa em suas proximidades, utilizando as áreas do lote com finalidade comercial. Com isso, o tamanho não interfere tanto, pois o uso comercial é restrito a construções que ocupam espaços pequenos, como restaurante, chalés, bares e áreas de lazer. Inicialmente, assim como ocorreu no assentamento Olhos D'Água, os moradores do Vida Nova foram solicitados que usassem a área para plantação e/ou criação de animais, conforme relato a seguir:

O consórcio deu a ideia pra gente plantar hortaliça. Mas a gente não queria mexer com hortaliça. A gente pensou mais no comércio, porque a gente tá na beira do lago. Vamos montar um restaurante e fazer uma área turística. (ENTREVISTADO, 2013).

A idealização do novo território a ser ocupado e, de fato, territorializado pelo atingido, se mostrou com uma perspectiva muito além da visão do consórcio, enxergando novas possibilidades frente ao processo de ocupação territorial proposto pelo agente desterritorializador. Esta visão de negócio, demonstrada no relato acima, é resultado do conhecimento que o entrevistado obtinha sobre seu território. Como o atingido ficaria nas proximidades da região de onde trabalhava, ele já vislumbrou novas formas de atividades

econômicas, diferente daquela que ele realizava antes da chegada do empreendimento hidrelétrico.

Assim, durante o processo de organização dos lotes nos dois assentamentos, houve uma padronização do consórcio em construir as casas e parcelar a área útil de cada lote em tamanhos semelhantes ou bastante próximos. A foto 5 é representativa da construção das casas tanto no Vida Nova como nos Olhos D'Água. Elas seguem o mesmo padrão de construção, diferenciando-se apenas pela cor. Utilizamos a foto 5 por representar de forma mais fiel as casas que foram entregues aos moradores quando foram relocados para o assentamento. A única diferença é que nesta casa há uma varanda coberta na frente da residência realizada posteriormente pelo proprietário.

Foto 5 – Casa construída pelo CCBE aos moradores do assentamento Vida Nova.



Fonte: Trabalho de Campo.

Arquivo: Autor, 2013.

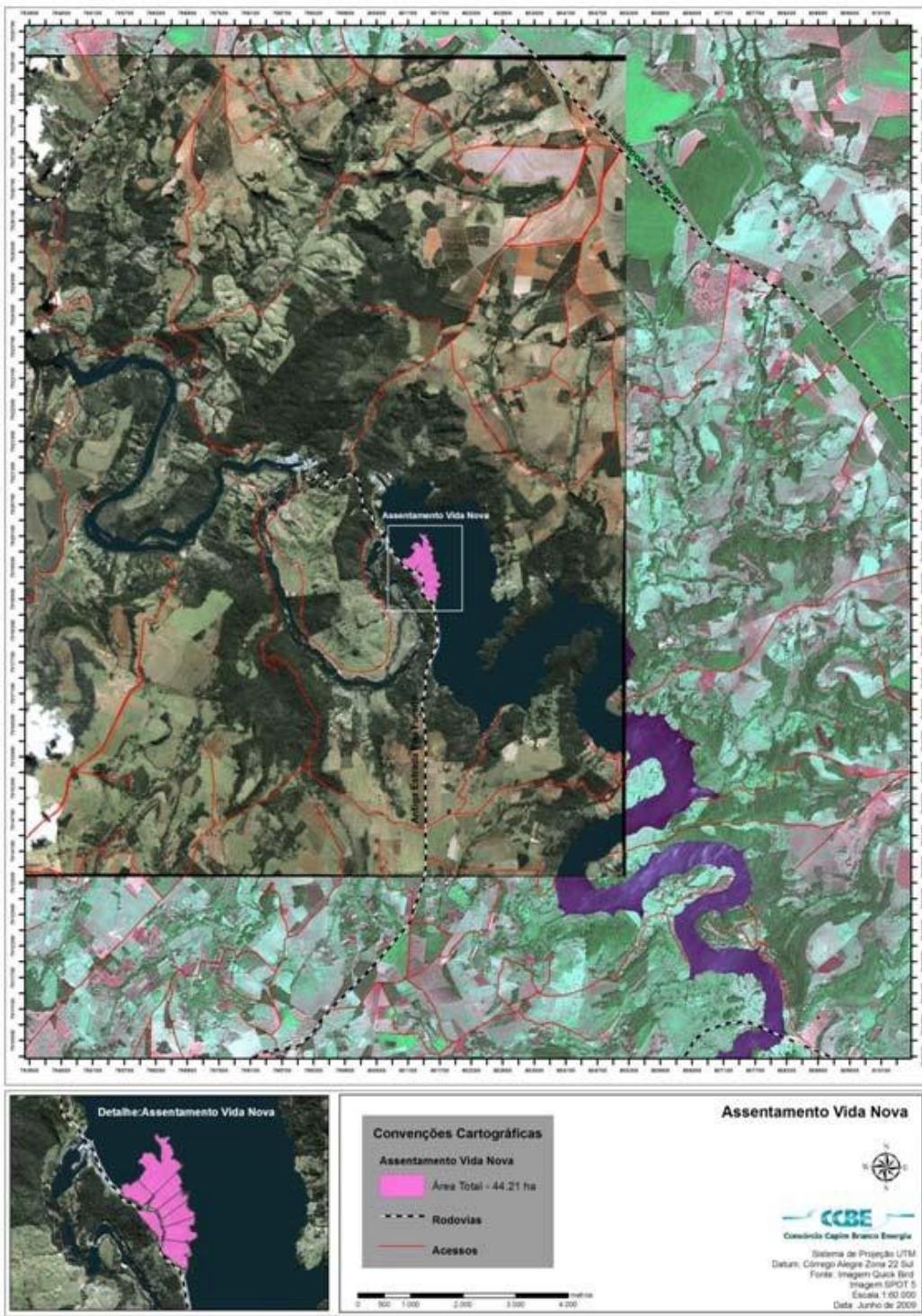
Este fator difere da pesquisa realizada por Foschiera (2010), quando da implantação da UHE de Barra Grande, onde a força de trabalho influenciava o tamanho do lote e o número de indivíduos, bem como o sexo dos filhos, influenciava o tamanho da casa:

O tamanho do lote no reassentamento dependia da força de trabalho familiar, sendo que idosos e crianças tinham valor de metade de um adulto. Já o tamanho da casa dependia do número de filhos e do sexo dos mesmos, pois se houvesse dois filhos que fossem um casal, seria construído um quarto a mais do que se fossem ambos os filhos do mesmo sexo, pois poderiam dormir no mesmo quarto. (FOSCHIERA, 2010, p. 47).

Em relação ao assentamento Vida Nova, as 8 famílias contempladas com lotes eram provenientes da própria região do Pau Furado²³, local onde atualmente está a Usina Hidrelétrica Amador Aguiar I. Este assentamento está localizado na estrada do Pau Furado, distante, aproximadamente, 30 km do centro de Uberlândia, entre o dique da barragem e o vedorado da UHE Amador Aguiar I, nas coordenadas geográficas 18° 47' 40"S e 48° 08' 26"O.

²³ O termo Pau Furado foi visto no Capítulo 3. Entretanto, a origem de seu nome não foi explorada a fundo naquele momento, apenas fizemos a menção de que se tratava de uma ponte que foi construída próximo ao porto que existia no local de mesmo nome. Em entrevista com um dos moradores da região, o nome Pau Furado, segundo o relato de moradores mais antigos, referia-se a uma canoa que tinha um furo para passar uma corrente, próximo ao porto. Esta canoa servia para atravessar o rio e levar o gado de um lado para o outro.

Figura 5 – Localização do Assentamento Vida Nova.

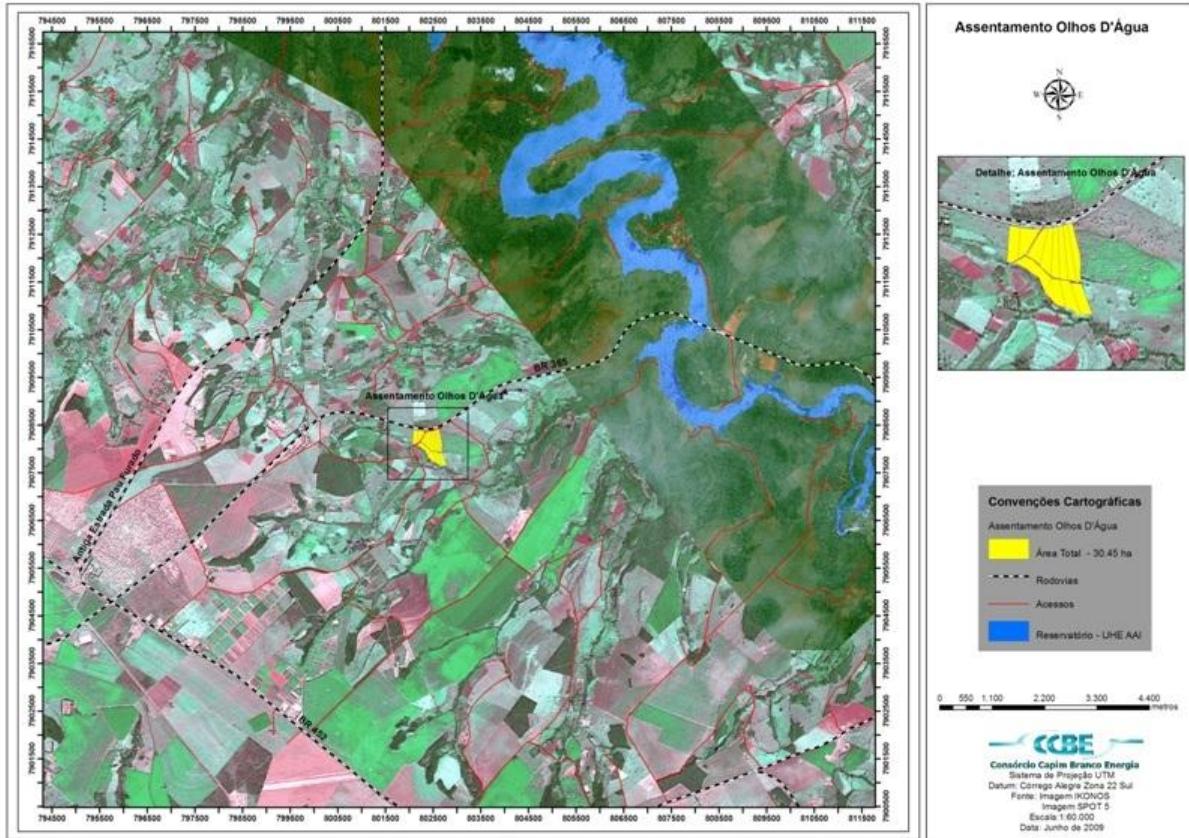


Fonte: RADA – CCBE.

Por sua vez, no assentamento Olhos D’Água há moradores atingidos pelos dois empreendimentos que fazem parte do complexo energético, sendo 7 famílias originárias da área de influência da UHE Amador Aguiar I e 5 famílias da UHE Amador Aguiar II. Este

último assentamento está localizado na BR-365, distante cerca de 20 km do centro de Uberlândia, sentido Patrocínio, nas coordenadas geográficas 18° 53' 49"S e 48° 07' 51"O.

Figura 6 – Localização do Assentamento Olhos D’Água.



Fonte: RADA – CCBE.

Uma curiosidade se apresenta quando observamos que o maior reservatório do complexo energético (da UHE Amador Aguiar II), que atingiu o maior número de propriedades, representou também o menor número de atingidos não-proprietários de terras que optaram pelo reassentamento rural. Isso fica evidente quando analisamos os dados indicados nos quadros 3 e 4, e as tabelas 5 e 6 do capítulo 3. A explicação para tal fato foi obtida nos trabalhos de campo e em relatos dos moradores de ambos os assentamentos: o problema do assentamento Olhos D’Água relaciona-se à distância entre o local original dos atingidos e o local do reassentamento, diferentemente do que ocorreu no assentamento Vida Nova.

No assentamento Vida Nova, os reassentados são da própria região, inclusive com morador de um dos lotes sendo o proprietário do próprio remanescente de terra em que trabalhava. Enquanto isso, no assentamento Olhos D'Água, há uma distância considerável entre o local de onde as pessoas foram desterritorializadas e o local onde elas estão reassentadas.

Por meio do *software* Google Earth, traçamos uma linha reta partindo de onde hoje se encontra o reservatório da UHE Amador Aguiar II até o assentamento Olhos D'Água, resultando em uma distância de cerca de 40 km. Ressaltamos que é uma perspectiva em linha reta, desconsiderando as estradas e rodovias de acesso entre estas duas localidades, podendo aumentar esta distância.

Outro fator determinante é a questão da água, pois os moradores do assentamento Vida Nova, com exceção de um lote, possuem suas terras até o limite do reservatório da barragem da UHE Amador Aguiar I. Este importante fator não ocorre no assentamento Olhos D'Água, localizados longe da água, possuindo apenas um rego d'água que corre por todo o assentamento e lotes, sendo utilizado para irrigação e consumo dos animais. O ponto mais próximo que dá acesso ao rio Araguari, partindo do assentamento Olhos D'Água, dista cerca de 5 km. Sabendo que alguns assentados não possuem meios de transporte particular, esta distância se torna considerável.

Todos os reassentados, das duas localidades, eram trabalhadores rurais assalariados, sendo que nas entrevistas eles afirmavam que possuíam vínculos empregatícios formais, com carteira de trabalho assinada e benefícios. Além disso, utilizavam as propriedades como moradia sem custos e até produziam para consumo próprio ou comercialização com a anuência de seus empregadores. Portanto, o principal fator que os mantinham nestes trabalhos, além do desejo de trabalhar no meio rural, era a garantia de seus salários e não

aquilo que faziam além de suas obrigações trabalhistas. Os relatos dos entrevistados confirmam a condição de trabalhadores rurais:

O meu esposo tirava leite, trabalhava numa fazenda né?! Ele tirava o leite e eu fazia queijo. Éramos trabalhadores rurais. Ele tinha carteira assinada, né?! Eu [...] ajudava na lida de casa, né?! Nós trabalhava na fazenda [...] que ficava na ponta do dique, no início do assentamento. (ENTREVISTADO, 2013).

Eu mexia com gado, pra fazendeiro aí. Mas era muito melhor eu trabalhar de empregado que trabalhar pra mim hoje. [...] Com gado, além de mexer com gado eu mexia com olaria também. [...] Sempre trabalhando pros outros. [...] A derradeira parte que eu trabalhei, aí foi carteira assinada, 17 anos foi carteira assinada. (ENTREVISTADO, 2013).

Era vaqueiro, tudo que era preciso ele fazia. Era registrado, de carteira assinada. Tudo, tudo, sabe?! (ENTREVISTADO, 2013).

Além de confirmar a condição de trabalhador rural, é possível visualizar em um dos relatos a insatisfação sobre a nova condição. Ser empregado e não o proprietário de um lote, por maior que seja a contradição da afirmação, remete à cultura de quem a vida inteira esteve sob a condição de assalariado, vendendo sua força de trabalho e recebendo no final do mês pelos serviços prestados. Torná-los empreendedor, por parte do consórcio, foi submetê-los a uma nova dinâmica em suas vidas, tornando-lhes, agora, o dono de seu próprio negócio ou terra, e não o funcionário. Entretanto, esta condição gerou aos indivíduos novas responsabilidades, e obstáculos, que nem sempre estão aptos a superá-los. Uma delas é o fato de que, ao final do mês, não podem contar com a certeza do salário que percebiam.

Deste modo, com o reassentamento e a conquista do lote, esta dinâmica de trabalho se reconfigurou de forma que não existia mais a relação patrão-empregado, mas a condição de proprietário. Neste caso, o trabalho que sustentaria uma família, a partir do reassentamento, seria provido pelos próprios assentados, a partir da potencialidade imposta pelo consórcio em cada um dos assentamentos. Obviamente esta potencialidade, no caso do Vida Nova, foi

modificada pelos próprios moradores da região, redefinindo seus caminhos e a própria forma de reconstruir seus lugares.

4.2 Memórias dos lugares alagados

Os lugares alagados pelo empreendimento, ou mesmo aqueles lugares que não foram alagados, mas que tiveram que ser desapropriados para formação da área de reserva das represas do complexo energético, foram revisitados também nas entrevistas. A memória dos atingidos foi o caminho pelo qual buscamos rever e compreender as relações com o antigo lugar, principalmente a relação do atingido com o rio.

Sobre a memória, o antropólogo Joël Candau (2012) faz uma análise dos diferentes tipos de memórias que possuímos, destacando, no contexto desta pesquisa, as chamadas memórias fortes. A memória forte seria estruturante da identidade, logo, esta identidade estaria ligada às memórias que construímos individualmente ou em grupos. Para o autor, memória e identidade são indissociáveis até certo ponto, conforme excerto:

De fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (CANDAU, 2012, p. 19).

Além disso, Candau (2012) contribui de forma significativa acerca da formação da identidade do indivíduo quando associa a busca por uma identidade com a memória. Interligando ao estudo do território e do lugar, ou seja, do espaço geográfico, a memória

constitui-se em uma ferramenta de visualização do espaço vivido pelos atingidos do Complexo Energético Amador Aguiar, tornando-se fonte de pesquisa de lugares já alagados.

Elencamos como prioridade nesta pesquisa o estudo do rio como lugar alagado e sempre revisitado nas memórias dos atingidos assentados, tanto em Olhos D'Água como no Vida Nova. O papel do rio, enquanto recurso para a manutenção da vida e seus aspectos simbólicos, é constantemente relembrado pelos reassentados. Cada indivíduo com sua memória, com a sua idealização daquilo que não existe mais, mas que por se tratar de uma memória forte (CANDAU, 2012) ainda permanece vivo, remonta suas histórias de vida e as relações estabelecidas com o rio Araguari, por vezes chamado de rio das Velhas, nome popular e arraigado no vocabulário das populações tradicionais da região.

Oliveira (2012) aponta a necessidade de compreendermos as dimensões significativas do lugar. São vários os lugares, construídos sobre o território dos atingidos pelas barragens do empreendimento que pesquisamos por ora. É o habitar dos atingidos, que Buttiner (1982) nos mostrou ainda no capítulo inicial, onde significa viver de acordo com os ritmos da natureza.

Assim, iniciamos a transcrição de uma série de depoimentos sobre o rio Araguari, obtidos nas entrevistas com as populações atingidas para compreender e analisar suas falas e suas histórias relativas ao rio. Destacamos, primeiramente, as seguintes falas:

Lá eu pescava né, pescava fim de semana, tinha muito colega que ia lá pra casa. E hoje, dos tempo que eu tô aqui, eu fui no rio duas vezes só. [É longe?] Ah... daqui até lá na ponte vai dar quase uns, quer ver, deve dá uns 8 quilômetros, ou mais. É muito. Lá em casa, lá não, era pertinho. Era... você não gastava 5 minutos e já tava na beira do rio. Era o lazer que tinha, pescar fim de semana. (ENTREVISTADO, 2011)

Utilizava. A gente usava assim, pra banho né?! Passar o final de semana, domingo, fazer um churrasquinho. [...] A gente pescava bastante. (ENTREVISTADO, 2013).

Era um rio de água corrente, muito bonito. Peixe tinha em abundância, porque depois que fez a represa, o peixe já ficou mais difícil pra gente, a fiscalização também pegou mais no pé. Quando a gente morava lá na fazenda não, a gente pesca na hora que queria, então a gente sempre tinha um peixinho pra comer fresquinho. Aqui já é mais diferente. (ENTREVISTADO, 2013).

De um rio, os primeiros pensamentos que se vem à mente é a fluidez das águas e seus peixes, dando-lhe vida. Pelo menos este é o nosso pensamento quando falamos de um rio. Nos relatos, percebemos que as águas do rio Araguari eram muito utilizadas para a pesca e o banho. A proximidade física com o rio mantinha uma relação de apego, de posse e pertencimento ao próprio rio.

Além disso, o fator água corrente é algo essencial na caracterização daquilo que um dia foi rio. E não somente na caracterização física, mas na própria compreensão dos ciclos da natureza:

Quando era o rio era muito melhor. Quando era o rio, não tava esse calorão que tava aqui pra gente não. O rio passava longe, mas a água corria lá, não ficava essa água parada esquentando pra vim esse calorão pra cá. [...] O rio era a minha vida né?! Além de eu ganhar o dinheiro do patrão, das 7 horas até às 8 horas, 8 e meia, eu tirava, do rio, eu tirava o dinheiro da despesa do mês. Eu ia lá, pra lá, pescar sabe?! E levava e vendia. [...] Tinha muito peixe. Represou, acabou tudo, os peixes sumiu tudo, não sei o que foi isso, você não pega peixe mais nesse trem aí. (ENTREVISTADO, 2013)

Na percepção da população local, a formação dos lagos, não somente do Complexo Energético Amador Aguiar, mas todos de uma forma geral presentes no rio Araguari, promoveram uma elevação nas temperaturas médias da região. Não há estudos que comprovem esta afirmação de elevação das temperaturas, mas é possível que o microclima possa ter sido influenciado pelo represamento das águas e elevação de seu nível, aumentando a superfície de contato do sol com o recurso hídrico.

O último relato exemplifica a importância do rio na pesca e comercialização dos pescados para os moradores das áreas alagadas. Esta atividade, embora não fosse a principal fonte de renda, era uma alternativa para a sua complementação, além de ser uma atividade que envolve questões sociais, culturais e ambientais. Seria aquilo que Tuan (1980) denominou de topofilia.

O sentimento de perda expresso no relato a seguir mostra que a topofilia continua ativa na memória dos atingidos. Além da fala, que exprime este sentimento, a forma de contar e as expressões corporais²⁴ nos dizem a intensidade deste sentimento no momento em que se relata.

Tinha uma praia de areia, assim, o povo ficava doidinho. Fazia assim de gente. Acabou tudo. [...] Pra mim, isso daí (a represa) foi uma tristeza da minha vida, isso aí. Pra mim foi. Quando era o rio, era outra coisa. Represou isso aí, acabou tudo, a graça de todo mundo aí. (ENTREVISTADO, 2013).

Alagar um trecho do rio foi, portanto, uma tristeza para muitos indivíduos. Uma tristeza que precisou ser suprimida e substituída por outros objetos e acontecimentos. A indenização, embora aliviasse a tensão de perder o emprego, também servia para preencher o vazio deixado pela “morte” do rio.

Aquilo ali pra nós (o rio), isso aqui não chega nem aos pés. Era bonito demais. Hoje em dia as casas são melhores, mas o estilo de vida que a gente tinha lá era muito melhor. Você tinha paz, você tinha sossego, liberdade, você podia ir lá no rio a hora que você quisesse, podia pescar pro seu consumo. (ENTREVISTADO, 2013).

Mesmo assim, o preenchimento deste vazio não era completo e sempre carregava certa incompletude. O rio, e o estilo de vida levado em virtude da presença do rio, não conseguia ser superado pela simples indenização e construção de casas novas. O estilo de vida, conforme colocado pelo entrevistado, era a sua forma de viver na região e, ainda, viver o lugar, ou seja, seu habitar naquele local. A liberdade da pesca, do uso do rio, fazia parte do habitar e dava sentido aos moradores que vivenciavam o rio das Velhas.

²⁴ Consideramos expressões corporais as formas como os pesquisados narram suas histórias nas entrevistas, utilizando feições, gestos e movimentos. Nestas expressões corporais há momentos de comoção, de tristeza, de raiva, de negação, de afirmação, enfim, expressões que não são passíveis de serem transcritas, mas que fazem parte da observação no campo e são presenciadas pelo pesquisador.

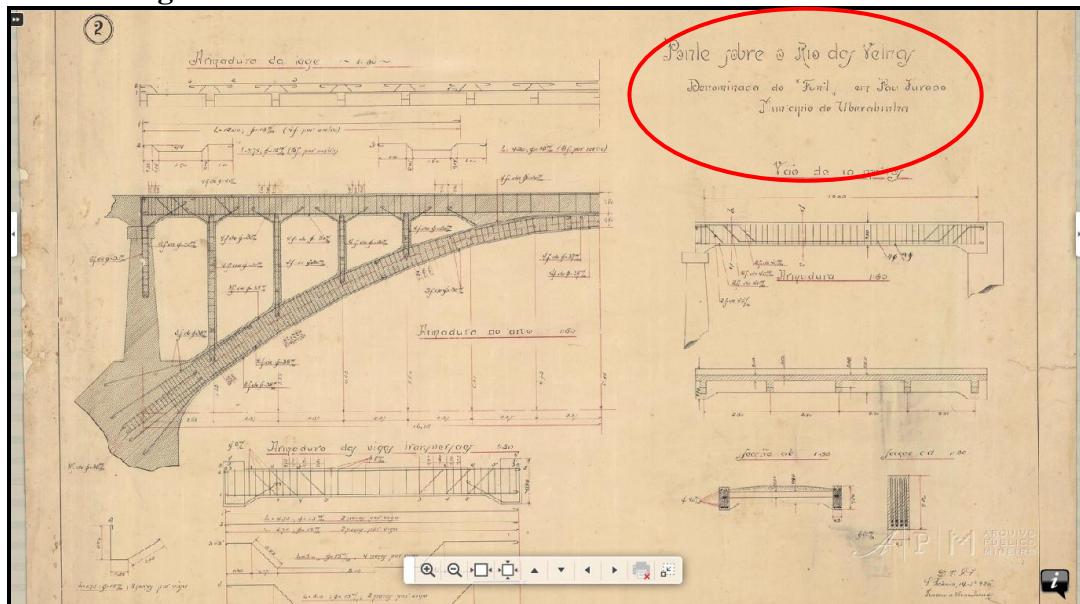
Eu era conhecido de todo mundo lá, trabalhava varrendo pasto, fazia de tudo. Aí chegou aqui eu fiquei meio em dificuldade, rapaz. (...) Foi 14 anos e tanto, quase 15 anos. No rio, o rio das Velhas.(ENTREVISTADO, 2011).

Nós falava ele de rio das velhas, mas o nome desse rio é rio Araguari. Todo mundo falava rio das velhas. (ENTREVISTADO, 2013).

A sapiência popular dos indivíduos é algo extremamente importante para recontar suas histórias de vida e percepção dos lugares alagados. Por meio de suas falas, podemos até mesmo visualizar seus lugares, seus territórios. O rio das Velhas é o rio dos atingidos pelo empreendimento do Consórcio Capim Branco. O rio Araguari é o rio represado do Complexo Energético Amador Aguiar.

E este outro nome do rio, na verdade, remontava aos próprios ancestrais dos moradores que também fizeram parte de um lugar alagado. Está presente, inclusive, em publicação da década de 1920 que apresentava um esboço do desenho da ponte do Pau Furado. A figura 7 mostra, na parte destacada em vermelho, a menção do rio como rio das Velhas, denominando, ainda, a região como Pau Furado.

Figura 7 – Planta da Ponte do Pau Furado sobre o rio das Velhas



Fonte: Arquivo Público Mineiro: Sistema Integrado de Acesso do APM – Minas Gerais.

Continuando a visita pelos lugares alagados dos atingidos, temos alguns relatos que enfatizam a transformação que ocorreu em suas vidas com a perda do rio e de seus trabalhos:

Ah... muda. Muda muito, muda muito. Porque fim de semana você ia com os meninos, levava os meninos para a beira do rio, tomava um banho né?! Muda muito. Era uma diversão na beira do rio, né?! Falta dos meus colegas. Era muito colega da cidade que ia pra lá, ia lá pra casa. Acabou tudo. (ENTREVISTADO, 2011, grifo nosso).

*É porque lá eu era acostumado com todo mundo, pra mim trabalhar né?! Então você chega num lugar, até você **habitar** naquele lugar, lá eu era conhecido de todo mundo, trabalhava naquelas fazenda tudo. Então você chega num lugar que você não conhece, então fica meio difícil. Hoje do jeito que anda as coisa, as pessoas fica meio “veiaco” (esperto) pra arrumar serviço pra gente né?! (ENTREVISTADO, 2011, grifo nosso).*

A ênfase dada no relato, com a palavra “muda”, demonstra claramente que este sentimento é real e como o rio era importante na união familiar dos indivíduos que utilizam o trecho do rio em que moravam. Ademais, o “habitar” em outras terras, em outros lugares, outros territórios, é difícil, conforme percebemos na fala do entrevistado atingido. O desconhecimento territorial do indivíduo, neste caso, refere-se à distância para onde foi deslocado, visto que este último relato trata-se de um atingido reassentado no Olhos D’Água. Anteriormente já discutimos a distância do deslocamento promovido para estes moradores em relação ao lugar de origem.

Era bom demais, ia pescar. [...] De tardezinha chegava, tomava banho no rio mesmo. [...] o rio era o principal. Aquilo lá era uma... chegava de tardezinha ia pescar alguma coisa. (...) Se fosse pra voltar tudo de novo, eu voltava pra lá. (ENTREVISTADO, 2011, grifo nosso).

Era pra pesca, pra banho, pro lazer. Meu pai usava muito a pesca né?! Garimpava. [...] Meu pai já achou duas (pedras de diamante) boas lá. [...] Pegava xibiu também, era a renda dele também, era mais barato, mas pegava xibiu. (ENTREVISTADO, 2013).

“O rio era o principal”, conforme palavras do atingido. Era o principal ponto de referência espacial e cultural dos moradores das áreas que hoje estão alagadas. O rio, além do uso para lazer, banho e pesca, também era utilizado para a mineração artesanal. O xibiu²⁵, embora não fosse um diamante, era uma fonte de renda e meio pelo qual algumas famílias sobreviviam na região.

Os lugares alagados, desta forma, representam uma memória forte para os moradores atingidos pelos dois empreendimentos hidrelétricos. Tanto moradores mais velhos como mais novos, que tiveram diferentes vivências, possuem suas lembranças praticamente intactas, reforçando que os seus antigos lugares eram, de fato, seus territórios, pois estavam sob seus domínios simbólicos e culturais e manifestavam neles suas apropriações.

4.3 Novas identidades e territorialidades

Em virtude do deslocamento para os dois assentamentos, Vida Nova e Olhos D’Água, os moradores tiveram que reconstruir suas identidades territoriais, suas territorialidades. Foi preciso refazer o seu lugar e dar novos significados às suas vidas. Para Haesbaert (2007), a identidade territorial ocorre na medida em que se estabelece uma construção “concomitante e indissociável” entre as categorias identidade e território.

Deste modo, a identidade é construída sobre o novo território designado para atender os deslocados. Sem um referencial principal, que era o rio, o lote torna-se uma espécie de referencial para os moradores, visto que agora aquele pedaço de terra é de sua propriedade. O

²⁵ Xibiu, ou xibio, de acordo com o Dicionário Michaelis, é uma forma regional dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais para designar diamante pequeno. Para as populações entrevistadas, xibiu é uma pedrinha de menor valor que o diamante, mas que gera uma boa renda.

forte apego pelo rio, aos poucos, vai sendo direcionado para o lote “conquistado”. Como os lugares alagados não voltarão mais, os moradores dos dois assentamentos tentam dar novos significados, e identidade, aos seus novos territórios. Contudo, a experiência do passado está sempre presente em suas narrativas como se ainda fizesse parte de seu cotidiano.

No assentamento Olhos D’Água, que já fora objeto de estudo nosso (SILVA, 2011), identificamos uma série de elementos que significavam novas identidades e territorialidades dos assentados. Dentre os elementos identificados, pudemos destacar as atividades de cultivo; o nome dado para cada lote com nomes de cunho religioso; elementos pré-existentes e que foram incorporados pelos moradores; enfim, uma série de elementos que contribuíram para uma nova identificação com o novo lugar e para satisfazer suas territorialidades.

As fotos 6, 7, 8, 9, 10 e 11 representam novos elementos que, em diferentes lotes, promoveram um elo de identificação e, posteriormente, sentimento de pertencimento dos indivíduos que hoje ocupam estas áreas.

Foto 6 – Casarão antigo.



Foto 7 – Lavoura de feijão.



Fonte: Trabalho de Campo.

Arquivo: Autor, 2011.

Foto 8 – Rego d’água e bananal às margens.



Fonte: Trabalho de Campo.

Arquivo: Autor, 2011.

Foto 9 – Lavoura de milho.



Foto 10 – Piscicultura artesanal.



Fonte: Trabalho de Campo.

Arquivo: Autor, 2011.

Foto 11 – Denominação de “Chácara”.



Cada um dos elementos mostrados serve como referência territorial aos indivíduos que vivem nos lotes. Cada elemento é uma forma de suprir a falta do rio ou do meio em que vivia. A foto 6 mostra uma casa de arquitetura e construção antiga, sede da antiga fazenda que existia no assentamento. O morador deste lote, em sua entrevista, demonstra como um objeto pode se tornar símbolo e referência espacial:

Aquela casa ali, eu gosto daquela casa. Aquela casa antiga ali. É histórica. Eu gosto daquela casa ali muito. Eu quero arrumar ela, é antiga, eu quero arrumar ela. Quando eu mudei pra cá não tinha nenhuma casa aqui. Então eu morava naquela casa lá, depois é que fez essa aqui eu mudei pra cá. Mas eu gosto mais daquela casa lá.(ENTREVISTADO, 2011)

Eles queriam que eu quebrasse. Eu disse não, não posso quebrar não, deixa ela. O povo do consórcio perguntou se eu queria que derrubasse né, eu falei assim: não, não derruba não. É até covardia né?! Não pode, não pode. Eles falou, não... se quiser a gente passa trator nela. Eu falei assim: ó, se vocês arrumar essa casa minha não precisa nem fazer a outra. Aí eles disse: não, vou fazer outra porque fica caro (o conserto), não sei o que que tem. (ENTREVISTADO, 2011)

As demais fotos mostram as lavouras plantadas nos lotes para consumo próprio e venda do excedente quando há compradores que vão até o local procurar pela mercadoria. Apenas o morador do lote em que é mostrada a lavoura de milho possui meio de transporte particular e vende seus produtos na cidade de Uberlândia, plantando, também, hortaliças. Os demais plantam e criam para o próprio consumo, sendo que alguns já são aposentados e outros vivem do trabalho fora do lote como assalariados.

Embora não represente o rio, o rego d'água possibilitou que um dos assentados fizesse uma barreira em um trecho que passa por seu lote. Lá, ele criou um sistema que alimenta os pequenos peixes que passam pelo rego d'água, criando-os em uma espécie de piscicultura artesanal (foto 10). Quando atingem um determinado tamanho, os peixes ficam impedidos de continuar o seu curso, ficando disponível ao morador do lote para consumo próprio e de sua família.

Os moradores do assentamento optaram por utilizar o nome “chácara” (foto 11) ao invés de lote, uma vez que visualizam aquele território (pedaço de terra) não como uma conquista da luta pela terra, mas apenas uma aquisição fruto de seus trabalhos cessados e indenizados (ZHOURI; GOMES, 2007).

No assentamento Vida Nova, as novas identidades e territorialidades são identificadas a partir do próprio lote e pelo trabalho que desenvolvem em cada um deles. As atividades, no geral, são de restaurante, aluguel de chalés, bares e turismo rural, para quem quer apenas utilizar o espaço para lazer e apreciar as águas da represa. Esta última atividade, no entanto, tem sido desaconselhada pelo consórcio, pois é uma área muito próxima à UHE Amador

Aguiar I, no trecho de vazão reduzida (TVR), passível de mudanças bruscas de volume de água em curto período.

As fotos 12, 13, 14, 15, 16 e 17 representam as atividades realizadas no local pelos diversos lotes:

Foto 12 – Bar e Restaurante.



Foto 13 – Chalés para aluguel.



Fonte: Trabalho de Campo.

Arquivo: Autor, 2013.

Foto 14 – Material para reciclagem.



Foto 15 – Bananal para consumo próprio.



Fonte: Trabalho de Campo.

Arquivo: Autor, 2013.

Foto 16 – Açafrão feito artesanalmente.**Foto 17 – Cômodo de bar.**

Fonte: Trabalho de Campo.

Arquivo: Autor, 2013.

Os moradores do assentamento Vida Nova possuem uma diversidade de atividades impossíveis de serem realizadas no outro assentamento. Consideramos impossíveis, em Olhos D'Água, devido não haver a represa em sua proximidade, atrativo para as populações exógenas à região, oriundas, principalmente, de Uberlândia e Araguari.

A foto 12 representa o primeiro lote no sentido Uberlândia-UHE Amador Aguiar I, sendo este um estabelecimento comercial muito utilizado nos finais de semana para turismo rural. O local possui bar e restaurante, além de chalés (foto 13) para acomodação fixa e/ou temporária. Durante a semana, trabalhadores da região, principalmente da usina, utilizam o estabelecimento para almoçar. Até meados de 2013, o valor cobrado pelos chalés era de R\$ 150,00 o final de semana ou R\$ 500,00 o mês inteiro.

Comparando este lote com os demais, por meio das observações de campo e entrevistas, é possível afirmar que é o único que conseguiu, de fato, incorporar uma cultura empreendedora e desvincular o sentimento de trabalhador para patrão, gerindo o próprio negócio. O sucesso do lote somente foi possível devido à oportunidade dos proprietários em aproveitar a chance que tiveram de fazer almoços aos funcionários temporários que

trabalhavam na usina antes de sua inauguração e sua localização estratégica. Ainda assim, o relato abaixo, de um dos moradores do lote, demonstra dificuldades em tornar o local totalmente usado pelos turistas:

Até era pra ser um ponto turístico [...] No caso, o meu é, do restaurante. Mas só que pra banho e área de lazer lá na beira (da represa) está bem complicado. Porque hoje eles já estão pedindo um registro da estrada, que é pra poder descer com barraca e algumas coisas, pra fazer um piquenique, o carro não pode descer, dentro da reserva. Tem que ser a pé. Dizem que quando a gente conseguir registrar. (ENTREVISTADO, 2013).

Na foto 14, por sua vez, observamos outro lote, cujas atividades são voltadas apenas para a complementação de renda da aposentadoria, servindo o local apenas como moradia aos proprietários. A foto mostra que o lote foi destinado, em parte, para depósito de material reciclado, revendido para empresas e cooperativas que reciclam o material recolhido. De acordo com os proprietários, não é muito representativa a renda, mas ajuda a complementar a aposentadoria, uma vez que o lote não é utilizado para plantação, criação e/ou turismo rural. Apenas plantas frutíferas, como o bananal (foto 15), e hortaliças são mantidas no lote para consumo próprio.

Em outra foto é mostrado o açafrão feito artesanalmente (foto 16), configurando-se em outra fonte de renda para um dos proprietários de um lote. De acordo com os relatos, é vendido a R\$ 35,00 a garrafa, embora produzido em pequena escala, apenas para atender as necessidades básicas do produtor. A última foto da sequência, mostra um dos 4 cômodos pequenos de bar presente no assentamento. Deste total, três cômodos estão em funcionamento, arrendados pelos proprietários dos lotes, e um está desativado, com um anúncio de “aluga-se”.

Neste assentamento, podemos perceber que os indivíduos já se encontram territorializados e manifestam suas territorialidades a partir do aspecto físico do lote, de suas atividades e relação que mantêm com o novo lugar. O habitar, neste caso, encontra-se pleno,

diferentemente do que ocorre no assentamento Olhos D’Água, onde a situação precária dos assentados os levaram à venda do lote de quase metade das propriedades de lá.

4.4. Uma nova desterritorialização?

O processo de desterritorialização e reterritorialização pode ser mais complexo do que aparentemente se mostra à primeira vista. Ele não se encerra, necessariamente, no fato de desterritorialização e do consequente ato de reterritorialização. A não adaptação do morador no novo território, por exemplo, pode levar a uma nova desterritorialização e a busca de outra reterritorialização.

Neste sentido, propusemos esta última seção no capítulo no intuito de discorrer sobre algumas situações presenciadas no trabalho de campo, principalmente nos relatos obtidos nas entrevistas com os moradores de ambos os assentamentos, que não poderiam ficar de fora da pesquisa. Uma nova desterritorialização estaria em curso nos dois assentamentos? Ou, ainda, uma “desterritorialização prolongada” (MARTINS, 2011)? A resposta é sim. E esta nova desterritorialização se apresenta de forma distinta entre os dois assentamentos.

No Olhos D’Água, a situação precária em que se encontram alguns assentados, além daqueles que estiveram na mesma situação alguns anos antes da pesquisa se iniciar, nos possibilitou pensar acerca das razões que fariam com que estes indivíduos, proprietários de um pequeno lote, estariam na tênue linha que separa a territorialização da desterritorialização. Obviamente, como já discutiu Haesbaert (2011), uma nova desterritorialização não significaria que as populações deixariam de ter seus territórios, mas eles estariam cada vez mais propensos a se reterritorializar em ambientes precários, de maior fluidez e hibridismo.

Muitos assentados de Olhos D'Água já venderam seus lotes por não terem se adaptado à vida de proprietário, uma vez que a renda do lote somente seria conquistada com o trabalho conjunto de produtor e empreendedor realizado em seus lotes. Estabelecer esta nova relação de trabalho e cultura empreendedora não foi alcançada de forma plena nos planos de ações assistenciais promovidas pelo consórcio. Os demais moradores do assentamento utilizam suas propriedades, preferencialmente, como moradia, trabalhando fora e como assalariado ou recebendo proventos de aposentadoria.

Como os assentados de Olhos D'Água receberam suas escrituras em 2010, a facilidade em vender suas terras tornou ainda mais latente suas vontades individuais enquanto proprietários. O título de posse, por si só, já não era um obstáculo, tanto que constatamos nas entrevistas que uma família fez a venda de sua propriedade ainda sem a escritura. Esta situação promoveu uma nova desterritorialização em alguns indivíduos, ainda em virtude da construção do empreendimento hidrelétrico em questão, podendo promover novas desterritorializações no futuro.

Apesar da manutenção de todos os assentados no Vida Nova, a problemática de uma nova desterritorialização ganha força na medida em que um fator essencial para a territorialidade naquele espaço ainda não ocorreu: a posse da escritura dos lotes. Apesar de quase uma década vivendo no assentamento, os moradores se sentem inseguros por não ter a escritura da terra em que vivem e a angústia quanto a uma possível saída do local lhes acompanha no dia a dia. Nos relatos abaixo, percebemos que o sentimento de uma nova desterritorialização é presente na fala dos assentados:

A escritura até hoje (não saiu). [...] Hoje eu te falo a verdade: pra tá aterrorizando os moradores aqui é essa falta de escritura. Até hoje. É aonde a gente ainda fica com um pouquinho de medo, por exemplo, chega aqui, eles falam, "A Cemig (na) hora que pegar tudo, pode deslocar vocês daqui. Vocês tá numa área de reserva né?!" Porque eles falam que aqui é uma reserva. [...] Não, o consórcio não fala não, isso tudo é conversa de terceiro, porque a gente nem sabe o que é isso, você entendeu?! (ENTREVISTADO, 2013, grifo nosso).

Essa escritura tá me preocupando, porque já tá fazendo um bom tempo que a gente tá aí. De início eles prometeram essa escritura com 5 anos. Os 5 anos já se passaram e até hoje eles não deram conta. [...] Então essa escritura tá me preocupando porque tem algumas pessoas que falam que a gente tá dentro da área de segurança da usina. Outros falam que não. Aí já saiu conversa que eles vão até desapropriar a gente aqui. Aí a gente fica um pouco preocupado porque a gente investiu muito, todo dinheiro que a gente ganhou a gente pôs aqui, então a gente já fez muita benfeitoria. Fica um pouco preocupado de ser deslocado pelo tanto que a gente já gastou. [...] Não só o bem material que a gente já gastou, mas o sentimento da gente também né?! Porque a gente já acostumou aqui. A gente já era acostumado lá onde a gente morava, veio pra cá, ficou um pouquinho diferente, mas tava mais ou menos perto né?! Não mudou muito a região, então a gente acostumou fácil. Agora, deslocar a gente daqui pra ir pra outro lugar, a gente nem sabe pra onde, aí fica um pouco complicado. (ENTREVISTADO, 2013).

A falta da escritura e de um posicionamento concreto por parte do consórcio torna a vida dos assentados do Vida Nova, que era pra ser tranquila, advindos de um processo bem sucedido de reterritorialização, um problema constante e que desestrutura-os psicologicamente. Passar por um novo processo de des-re-territorialização promoveria, em grande parte dos proprietários, um dano irreparável em todos os sentidos. A partir dos relatos, o que se tem é que o consórcio garante a manutenção destes assentados na região onde já estão instalados. Entretanto, funcionários do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e pessoas ligadas à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), garantiram em visitas técnicas realizadas *in loco*, que eles estão em área de reserva e risco, segundo os relatos.

Estas afirmações paradoxais, acrescido da demora em emitir a escritura das propriedades, alertam os reassentados na questão de uma nova desterritorialização. É possível visualizar de forma categórica, em alguns relatos, outra forma de lidar com esta questão caso este processo ocorra novamente:

Agora vai ser diferente. Mesmo que o financeiro não cobre, agora vai ser diferente, não vai ser do jeito que eles querem. A gente vai cobrar tudo, tudo, tudo. Plantação, tudo, inclusive o moral. Dessa vez eu falei pra minha mãe, podemos sofrer, sabe?! Se tiver que ir pra outro lugar, igual ela, a gente compra uma chácara ou uma fazenda, coloca eles ou vai embora realmente pra Uberlândia de volta. Dessa vez vai ser diferente. (ENTREVISTADO, 2013, grifo nosso).

Com a minha luta e trabalho, eu já rendi muito aqui. [...] Então hoje, se Deus o livre, for pra gente sair daqui, eu te garanto que eu vou sofrer mais do que quando eu saí da fazenda, você entendeu?! [...] Não tô nova mais. [...] Pra começar tudo de novo, se pra um relocamento, eu vou sofrer muito. (ENTREVISTADO, 2013, grifo nosso).

No primeiro relato acima, é possível visualizar que o aprendizado prático da des-re-territorialização, sob as condições e diretrizes do consórcio, inclusive com os valores pré-estabelecidos de indenização, não se aplicaria a um novo deslocamento, caso se confirme. Este aprendizado é fruto das relações que são estabelecidas entre outras pessoas, fora do contexto local, mostrando-lhes caminhos, e a busca individual por direitos e deveres, principalmente na condição de atingido por barragem.

Por outro lado, o segundo relato se depara com uma situação em que a condição física e psíquica já não permite realizar um novo processo de des-re-territorialização. Não questiona valores ou indenização, mas a sua situação enquanto indivíduo passível de sofrimento. Esta situação nos remete a pensar cada um dos moradores atingidos anteriormente pelos empreendimentos, que passaram por este processo e tiveram estas mesmas preocupações ao longo de alguns anos, da decisão de se construir um empreendimento hidrelétrico até sua efetiva operação.

Entendemos, portanto, que uma nova desterritorialização encontra-se em progresso, tanto no assentamento Olhos D’Água quanto no assentamento Vida Nova. Embora distintos, este processo está em curso na medida em que populações já saíram e venderam seus lotes (Olhos D’Água), ou estão na incerteza da obtenção da escritura de suas propriedades (Vida Nova), que já deveria ter ocorrido há quatro anos e desde então apenas informações conflitantes têm chegado aos ouvidos dos moradores.

Podemos dizer, indo além do que Martins (2011) denominou de “desterritorialização prolongada”, que uma nova desterritorialização dos assentados moradores do Vida Nova seria uma desterritorialização programada, visto que se o consórcio estava a par das condições de

relocação da área (risco, reserva ou qualquer outro impedimento legal) tal procedimento não deveria ter ocorrido. Ademais, a situação não deveria ser prorrogada por mais tempo, necessitando de um desfecho para que as consequências não atinjam proporções ainda maiores.

Considerações Finais

Neste momento, chegamos ao final desta dissertação com a certeza de que o tema não se esgota, apenas finda-se uma discussão proposta, mas abrem-se novas perspectivas para outros debates acerca da temática que nos é tão instigadora. Concluímos, em parte, um trabalho iniciado em 2011 e que agora nos resta apresentar algumas considerações, não necessariamente conclusões fechadas e definitivas. Dizemos que concluímos em parte porque este trabalho e a temática não se esgota. Apenas ampliamos o debate que vem sendo realizado há alguns anos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e há algumas décadas nas ciências humanas, de forma geral, no Brasil e no mundo. Em parte, também, porque o nosso caminho acadêmico não se encerra por aqui, na defesa deste mestrado.

Escolhemos, para a pesquisa, sujeitos que foram atingidos por duas barragens que formam um complexo energético na bacia hidrográfica do rio Araguari. Entretanto, não fomos guiados a estudar os efeitos socioespaciais de todos os atingidos, mas de um grupo específico: dos atingidos não-proprietários de terras que optaram pelo reassentamento rural. Este grupo, em especial, norteou nossos debates, pois, ao longo de grande parte da história dos atingidos no Brasil, estes foram os maiores prejudicados pela falta de reconhecimento (financeiro, moral e legal) por parte de consórcios, empresas públicas e privadas de geração de energia e pelo próprio Estado, com suas políticas e legislação.

Cabe ressaltar, aqui, o papel desempenhado pela Geografia no estudo realizado, cujas categorias de análise, especialmente o território e o lugar, propiciaram compreender as dinâmicas ocorridas no interior deste grupo frente aos processos desencadeados pelos empreendimentos hidrelétricos UHE Amador Aguiar I e II. Os procedimentos metodológicos também, como o trabalho de campo, essencial em pesquisas que envolvem sujeitos e seus

espaços, é uma contribuição da Geografia e uma forma de manter a tradição de coleta de dados e informações no campo, exterior aos dados oficiais.

Buscamos, portanto, realizar uma pesquisa nos preceitos da pesquisa qualitativa, conforme discutimos na introdução desta dissertação. Esta concepção, a qual consideramos uma ideologia e filosofia que parte do pesquisador, foi instigada a partir da disciplina “Fundamentos de Metodologia Científica”, ministrada pelos professores Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa e Dr. Júlio César de Lima Ramires, no ano de 2011. Nesta época, ainda como aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Geografia, fomos convidados a participar da construção de um livro voltado para esta temática que tem crescido na Geografia brasileira, a pesquisa qualitativa.

Partindo desta linha de pensamento, fomos atrás, também, de dados e conhecimentos complementares, que subsidiasse a nossa pesquisa, principalmente referente à nossa temática. Construímos, assim, um capítulo que discutiu exclusivamente a geração de energia no Brasil, principalmente a de origem hidráulica. Neste contexto, incorporamos a bacia hidrográfica do Rio Araguari (MG) para que pudéssemos compreender melhor esta dinâmica em um recorte espacial mais próximo de nós. Deste capítulo, podemos concluir (ou pensar) alguns aspectos sobre a geração de energia através de fontes hidráulicas.

Primeiramente, é preciso entender que os efeitos socioespaciais ocorrem, em maior ou menor intensidade, quando um empreendimento hidrelétrico inicia os procedimentos de instalação. Isto significa afirmar que a energia gerada por empreendimentos hidrelétricos não é “limpa”, como alguns políticos, cientistas, jornalistas e pessoas, de modo geral, afirmam ao público. Podemos dizer, no máximo, que ela é renovável devido ao ciclo hidrológico de uma bacia hidrográfica. Todavia, a alteração do meio físico e as populações atingidas por tais empreendimentos tornam esta forma de geração de energia elétrica apenas renovável e nociva do ponto de vista social e ambiental.

Em segundo lugar, podemos concluir sobre o desequilíbrio da matriz energética brasileira e o papel pioneiro do estado de Minas Gerais na geração de energia a partir de aproveitamentos hidrelétricos. O seu grande potencial hidráulico, em virtude das diversas bacias hidrográficas e seu relevo, propiciou que o estado mineiro impulsionasse a geração de energia elétrica ao longo dos anos, principalmente nas últimas duas décadas, com o aumento demográfico e expansão das atividades industriais no Brasil. Em relação ao desequilíbrio, embora a geração de energia por fontes hidráulicas cause menos problemas ambientais atmosféricos, comparado à queima de combustíveis fósseis nas termelétricas, por exemplo, há que se pensar nos problemas socioambientais e, por conseguinte, espaciais, que as hidrelétricas causam. Do ponto de vista prático, é preciso rever as prioridades energéticas, tanto de oferta quanto de consumo. Ou seja, a energia gerada hoje atende a quem e é produzida para quê? É um questionamento de reflexão.

Outro aspecto importante que deve ser considerado é a atuação de consórcios na geração de energia hidrelétrica. Muitas empresas privadas de diversos setores, nacionais e multinacionais, estão envolvidas na construção, implantação e operação de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, utilizando-se da energia gerada para o autoconsumo ou até mesmo para a venda no Sistema Interligado Nacional (SIN). Representa, assim, um mercado sempre em expansão e de retorno financeiro garantido. O Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), responsável pela implantação e operação das usinas do Complexo Energético Amador Aguiar, é um exemplo deste sistema pernicioso de uso dos rios brasileiros para fins privados de geração de energia elétrica, sob o codinome de concessão.

Observamos que na bacia hidrográfica do rio Araguari o último remanescente de rio (desde o primeiro empreendimento hidrelétrico até sua foz, no rio Paranaíba), embora fosse considerado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) como de importância biológica extrema, além de ser o último trecho de água corrente do afluente principal, tornou-

se mais uma área sujeita a atuação dos empreendedores do setor elétrico brasileiro, independente da análise técnica e científica dos órgãos ambientais competentes. Esta ação é resultado de tomadas de decisões políticas e financeiras, sobrepondo-se aos aspectos sociais, ambientais e técnicos.

No penúltimo capítulo, inserimos a discussão da des-territorialização de forma mais intensa, analisando o consórcio (agente des-territorializador) e os atingidos (desterritorializados). Destrinchamos a composição do consórcio para compreender quem era este agente desterritorializador e os atores envolvidos nesta trama de implantação do empreendimento no último trecho de águas correntes do rio Araguari. Fizemos, também, um levantamento das propriedades atingidas, das famílias reassentadas e seus destinos. Este levantamento nos possibilitou visualizar que o processo de des-territorialização é algo amplo e complexo, visto a quantidade de pessoas e lugares que são atingidos com a chegada de empreendimentos hidrelétricos. Mesmo com a formação de reservatórios não tão grandes, comparados a outras Usinas Hidrelétricas espalhadas pelo território brasileiro, é possível compreender que independente do tamanho da área alagada, um empreendimento hidrelétrico transforma o cotidiano das pessoas, seus territórios e seus lugares.

A informação, oficial ou não, de que um empreendimento hidrelétrico chegará a um determinado local, já é capaz de promover uma desterritorialização nos indivíduos. Carentes de maiores informações e assessoramento, estes indivíduos relatam a ocorrência de problemas psicológicos quando se deslocam para outras áreas em busca de novas oportunidades. Retiram-lhes o seu lugar, o seu habitar sobre o espaço. E estes aspectos, mesmo que simbólicos, promovem uma verdadeira transformação na dinâmica territorial dos grupos sociais atingidos.

No último capítulo, focamos nossas análises na reterritorialização dos indivíduos que foram atingidos e optaram pelo relocation rural, encaminhados aos assentamentos Vida

Nova e Olhos D'Água. O trabalho de campo aliado à técnica de entrevistas, buscando as histórias de vida como fonte de dados e informações, nos possibilitou vivenciar períodos passados e presentes dos territórios e lugares dos atingidos. São territórios alagados, passados, e territórios vividos, do presente. Nestes territórios, o lugar de cada um nas tramas da des-reterritorialização a que foram submetidos.

Algumas considerações devem ser feitas de forma geral, pois remetem aos dois grupos sociais estudados. Por outro lado, algumas considerações devem ser feitas de forma isolada, visto a particularidade em que se encontra cada assentamento e seus moradores. Deste modo, tecemos algumas considerações gerais, que se aplicam a todos os moradores e aos dois assentamentos rurais e, posteriormente, específico sobre cada um.

A desterritorialização é um processo que se inicia com a chegada da notícia do empreendimento. Os atingidos não-proprietários de terras, especialmente, tornam-se reféns da espera e da indenização. A espera em ser reconhecido; a espera pelo fim e começo de uma nova atividade econômica; a espera pelo seu futuro destino. E a indenização, que cobre por um trabalho que não mais terão, e pela vida de assistencialismo que levarão por algum tempo.

A reterritorialização, por sua vez, ocorre de forma diferente para cada indivíduo deslocado. Ainda que em uma mesma família, a reterritorialização não é igual para todos, pois isso implica em aspectos não só materiais, mas simbólicos e afetivos. As novas identidades e territorialidades definem o “sucesso” ou “fracasso” do indivíduo perante a sociedade. Os seus lugares precisam ser novamente formados e significados, atribuindo novos valores, juízos e reconhecimento. Como valores e juízos são particularidades de cada indivíduo, é difícil valorar tais atitudes.

Nossa trajetória, bem como os trabalhos realizados ao longo desta pesquisa nos fez perceber que alguns moradores do assentamento Olhos D'Água, embora de posse de suas escrituras, vivem em situação de precariedade econômica. Assim, a posse da escritura torna-se

um convite para sua saída com possíveis ofertas de venda do lote. Mesmo sem a escritura, antes de 2010, isso ocorreu em pelo menos um lote, demonstrando que a posse definitiva da propriedade é um atrativo a mais para aceitar ofertas de compra.

A desterritorialização, portanto, continuaria sendo promovida pelo empreendimento hidrelétrico, pois os moradores de Olhos D'Água somente estão lá em virtude da construção das barragens e do deslocamento compulsório a que foram submetidos. Esta possível desterritorialização no lote, a princípio econômica, tornaria ainda mais precária uma nova reterritorialização, seja no campo ou na cidade.

Uma tentativa do consórcio em incutir na cultura dos moradores do assentamento um empreendedorismo voltado ao cultivo e venda de hortaliças e doces não surtiu muito efeito. A maioria dos moradores que ainda resta no assentamento e que foram deslocados para lá devido ao empreendimento hidrelétrico sobrevivem da renda de trabalhos realizados fora do lote, prestando serviço ou como assalariado, ou, ainda recebendo pensão/aposentadoria. Há um caso em que constatamos que a família arrendou o lote para terceiros, migrando para a cidade em busca de condições de vida melhores. Neste caso, manteve-se, pelo menos, a propriedade do lote e uma renda que possibilitaria alugar uma residência de baixo custo na cidade.

Novas territorialidades e identidades surgiram com a mudança para o assentamento. Alguns aspectos de suas territorialidades ficaram alagados com o enchimento dos reservatórios, mas outras identidades territoriais surgiram e fazem parte do cotidiano. Podemos dizer que significaram seus novos lugares. Por último, afirmamos que o deslocamento para uma região diferente daquela que os atingidos viviam e a falta de proximidade com a água (o rio ou represa), promoveu um desenraizamento profundo e que ainda carece de novos significados, novas formas de preencher e significar o lugar.

Diferentemente do assentamento Olhos D'Água, o Vida Nova favoreceu a ascensão econômica de alguns moradores, possibilitando que a perda de seus territórios precedentes fosse minimizada, principalmente por estarem nas proximidades das áreas em que ocupavam. A “prosperidade” de alguns lotes favoreceu esta reterritorialização, embora esta compreensão não possa ser aplicada a todos os moradores. Esta ascensão econômica está vinculada às atividades realizadas no local, que é o turismo rural próximo à represa da UHE Amador Aguiar I, com restaurante, bares e chalés. A produção agrícola e a pecuária são atividades secundárias, voltadas para o autoconsumo.

Todavia, a falta da escritura dos lotes, com quase 5 anos de atraso desde o primeiro prazo, também de 5 anos após a mudança para o local, aliada às conversas de que a área deveria ser desapropriada pelo consórcio, tornam-nos suscetíveis a uma nova desterritorialização. E uma nova desterritorialização, na situação em que se encontram, promoveria danos ainda maiores visto que muitos moradores do local se encontram em uma idade avançada para recomeçar, além de já haver várias benfeitorias no local. Seria um dano material, moral e psicológico muito maior aos moradores uma desterritorialização neste momento, principalmente pelo discurso do consórcio de que a documentação está sendo providenciada, apesar das informações conflitantes. Possivelmente, a reterritorialização seguiria os mesmos moldes do assentamento Olhos D'Água: longe da água e da região de onde sempre estiveram.

Esta possibilidade, conforme apresentamos no último capítulo, poderia ser caracterizada como uma desterritorialização programada, visando uma efetivação do empreendimento hidrelétrico no momento de obtenção das licenças ambientais para implantação e operação. Ou ainda, um planejamento mal elaborado, cujas consequências serão sentidas apenas pelos atingidos e não pelo complexo energético.

A partir destes apontamentos realizados até aqui, podemos finalizar estas considerações afirmando que os processos de des-re-territorialização promovidos por empreendimentos hidrelétricos, em qualquer parte do território brasileiro em que ele ocorre, é resultado de uma nova lógica e dinâmica das políticas energéticas e de desenvolvimento do país, aliado a um jogo de interesses políticos e econômicos local, regional e até mesmo global.

Por fim, os maiores prejudicados, os atingidos pelas barragens, passam por este processo acumulando perdas históricas e, em alguns casos, irreversíveis. Do ponto de vista geográfico, des-re-territorializar, no caso dos atingidos, é vivenciar uma perda de um território de significados e elos, lugar das manifestações materiais e imateriais da vida. Na apropriação de um novo território, carente de vínculos e vivências, necessitando de ser preenchido com o tempo e os elos criados a partir de objetos, relações culturais e trabalho, estes novos territórios sempre apresentarão um vazio deixado pelos lugares alagados. Vazios que podem não ser vistos, mas sentidos nas falas dos atingidos.

Referências

ALVES, K. B. et al. Patrimônio Edificado: história e características arquitetônicas. In: SANTOS, R. J.; ALVES, K. B. (Org.). **Registro do Patrimônio Cultural e Edificado das Áreas Diretamente Afetadas, de Entorno e de Influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II.** Uberlândia: Composer, 2005. p. 25-68.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Extracto de Contrato de Concessão de Geração nº90/2001.** Disponível em:
[<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ect2001090.pdf>](http://www.aneel.gov.br/cedoc/ect2001090.pdf). Acesso em: Jul de 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Processo nº 48500.005784/00-02. **Contrato de Concessão nº 090/2001 – ANEEL – AHE Capim Branco I e II.** Arquivo em PDF.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Resolução Normativa nº 3.901, de 1º de Fevereiro de 2013. Disponível em:
[<http://www.aneel.gov.br/cedoc/rea20133901ti.pdf>](http://www.aneel.gov.br/cedoc/rea20133901ti.pdf). Acesso em: Jul de 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Resolução nº 678, de 10 de Dezembro de 2002. Arquivo em PDF.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Banco de Informações de Geração (BIG).** Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=15>>.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Sistema de Informações Georreferenciadas no Setor Elétrico (SIGEL).** Disponível em: <<http://sigel.aneel.gov.br/>>.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Planta da Ponte sobre o Rio das Velhas.** Item Documental: AS-188. Minas Gerais. Disponível em:
[<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/).

BACCARO, C. A. D. et al. Mapeamento geomorfológico da bacia do Rio Araguari (MG). In: LIMA, S. do C.; SANTOS, R. J. (Org.). **Gestão ambiental da bacia do Rio Araguari:** rumo ao desenvolvimento sustentável. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Geografia; Brasília: CNPq, 2004. p. 1-19.

BARTOLOME, L.J.; DE WET, C.; MANDER, H.; NAGRAJ, V.K. **Displacement, Resettlement, Rehabilitation, Reparation, and Development.** WCD Thematic Review I.3 prepared as an input to the World Commission on Dams. Cape Town, 2000. Disponível em: <<http://www.dams.org/>>. Acesso em: 12 out. 2010.

BECKER, B. K. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. **Bol Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 3, p. 783-790, set-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a11v7n3.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2013.

BERMANN, C. Impasses e Controvérsias da hidreletricidade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n.59, p. 139-7153, jan-abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a10v2159.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2012.

BERNARDELLI, C. **Os efeitos socioespaciais das usinas hidrelétricas Amador Aguiar I e II:** o assentamento Vida Nova em Uberlândia-MG. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p.83-132

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, p.53-62, jun. 2001.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Guia do empreendedor de pequenas centrais hidrelétricas.** Brasília: ANEEL, 2003.

BRASIL. Decreto de 1º de Agosto de 2001. Outorga concessões para exploração de potenciais hidráulicos, por meio das usinas hidrelétricas denominadas Capim Branco I e Capim Branco II, que constituem o Complexo Energético Capim Branco, em trecho do rio Araguari, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=220591>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

BRASIL. Decreto n. 7.342, de 26 de outubro de 2010. Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

BUTTIMER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPIM Branco 12%. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. A7, 15 mar. 2013.

CONSÓRCIO CAMPIM BRANCO ENERGIA (CCBE). **Complexo Energético Amador Aguiar**. Disponível em: <www.ccbe.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2012.

CONSÓRCIO CAMPIM BRANCO ENERGIA (CCBE). **Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA)**. Belo Horizonte: Geonatura Serviços em Meio Ambiente/Água Doce Consultoria, 2009.

CONSÓRCIO CAMPIM BRANCO ENERGIA (CCBE). **Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA)**. Belo Horizonte: CCBE, 2010.

CONANT, M. A.; GOLD F. R. **A geopolítica energética**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CORRÊA, R. L. Trabalho de campo e globalização. In: O DISCURSO GEOGRÁFICO NA AURORA DO SÉCULO XXI, 1996, Florianópolis. **Colóquio...** Florianópolis: UFSC, 1996.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 15-48.

DAMASCENO, I. A. **A PCH Pai Joaquim no contexto de grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Araguari-MG**. 2011. 57 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FELIX FILHO, J. **Amazônia**: belezas e verdades dos rios. São Paulo: All Print Editora, 2013.

FOSCHIERA, A. A. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, IV, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: GEPAL, UEL, 2010, p. 42-51.

GERMANI, G. I. **Expropriados Terra e Água:** o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA; ULBRA, 2003.

GOMES, A. C. S. *et al.* **O Setor Elétrico.** Brasília: BNDES, 2002. Disponível em: <http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial14.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

GONÇALVES JR, D. Eletricidade: um negócio muito rentável no Brasil. **Brasil de Fato:** Uma visão popular do Brasil e do Mundo. p. 1-12, 29 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/11766>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

GOOGLE Earth. Imagens de satélite. 2013.

GUEDES, A. D. Abrir no mundo, rasgando o trecho: mobilidade popular, família e grandes projetos de desenvolvimento. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 21, p. 137-152, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/53916/57860>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

HAESBAERT, R. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 115-144.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

_____. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 17, p.19-46, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HERZOG, W. **Onde sonham as formigas verdes.** [Filme]. Produção de Werner Herzog. 1984. 100 min.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

LEITE, A. D. **A energia do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, H. R. **Território e políticas de “sustentabilidade” no Complexo Energético Amador Aguiar – Rio Araguari/MG**. 2013. 218f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MARTINS, G. I. **As tramas da des(re)territorialização camponesa**: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais. 2011. 298f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MARTINS, J. S. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIELNIK, O.; NEVES, C. C. Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Coord.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988. p. 17-38.

MINAS GERAIS. Lei 12.812, de 28 de janeiro de 1998. Regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

MINAS GERAIS. Lei 15.012, de 15 de janeiro de 2004. Altera dispositivos da Lei nº 12.812, de 28 de Janeiro de 1988, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, o qual dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República em Minas Gerais. Procuradoria da República em Uberlândia. **Ação Popular nº 2002.38.03004312-8**. Uberlândia, 2002. p.1-6.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EFEITOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS (NEPEGE). Disponível em: <<http://www.nepege.ig.ufu.br>>. Acesso em: 26 out. 2013.

NASCIMENTO, A. C.; MENDONÇA, M. R. Territórios e hidrelétricas: o processo de transformação do território a partir da territorialização da Barragem Hidrelétrica Serra do Facão no vale do rio São Marcos. In: JORNADA DO TRABALHO, XIII, 2012, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: CEGeT, UNESP, 2012, p. 1-20.

OLIVEIRA, L. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual é o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 3-16.

OLIVEIRA, M. P. A indústria elétrica no Brasil no início do século XX: a companhia brasileira de energia elétrica e a atuação do grupo Guinle & Cia na produção do urbano e suas redes técnicas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL GLOBALIZACIÓN, INNOVACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE REDES TÉCNICAS URBANAS EN AMÉRICA Y EUROPA, 1890-1930, 2012, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, 2012, p.1-26.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, Ano 14, v. 1, n. 23, p. 4-18, 1º sem. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. **Ponte do Pau Furado**. Uberlândia, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual é o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

RIBEIRO, M. Q. C. Licenciamento Ambiental de Aproveitamentos Hidrelétricos: a trajetória do conflito. In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 171-186.

ROSA, L. P. Os grandes projetos e o setor elétrico. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Coord.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988. p. 9-14.

ROTHMAN, F. D. (Ed.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

SANTOS, R. J.; ALVES, R. L. Turismo religioso e as festas rurais de Uberlândia (MG), o maior centro urbano da bacia do rio Araguari. In: LIMA, S. do C.; SANTOS, R. J. (Org.). **Gestão ambiental da bacia do Rio Araguari**: rumo ao desenvolvimento sustentável. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Geografia; Brasília: CNPq, 2005. p. 203-221.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Coord.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988. p. 83-166.

SIGAUD, L.; MARTINS-COSTA, A. L. B.; DAOU, A. M. L. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1987, Vértice/ANPOCS, p. 214-290.

SILVA, A. C. Natureza do trabalho de campo em Geografia Humana e suas limitações. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 1, p. 49-54, 1982. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/viewFile/293/273>> Acesso em: 03 dez. 2013.

SILVA, A. M. et al. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. Uberlândia: UFU, 2009.

SILVA, V. P. **Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte – MG**: reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana. 2004. 220f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Grandes projetos e transformação no sentido de lugar. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 21, p.18-28, jun. 2007.

_____. Grandes empreendimentos, cidade e transformações espaciais: uma discussão teórica. In: RODRIGUES, S.C.; MERCANTE, M. A. (Org.). **Avaliação Sócioambiental do**

Domínio dos Cerrados e Pantanal: métodos e técnicas. Uberlândia: UFU; Campo Grande: Anhanguera-Uniderp, 2013. p. 111-124.

SILVA, R. G. S. Os atingidos por barragens do Complexo Energético Amador Aguiar: reminiscências simbólico-afetivas de territórios alagados e as novas identidades territoriais no Assentamento Olhos D’água. 2011. 82 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

_____; SILVA, V. P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D’água em Uberlândia. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p.397-408, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v23n3/v23n3a03.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2013.

SILVA, A. Usina Hidrelétrica de Miranda e as mudanças socioespaciais em Indianópolis-MG. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SOUZA, M. J. L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

THOMPSON, P. **A voz do passado** história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Y. **Topofilia:** Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, C. B. Conceito de “Atingido”: Uma Revisão do Debate. In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-62.

ZHOURI, A.; GOMES, L. A. Da Invisibilidade à Mobilização Popular: atores e estratégias no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, II., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), 2007.

ZHOURI, A.; ROTHMAN, F. D. Assessoria aos Atingidos por Barragens em Minas Gerais: Desafios, Limites e Potenciais. In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens.** Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 122-168.